



Ariana Rumstain

Peões no trecho

Trajétórias e estratégias de mobilidade
no Mato Grosso


e-papers

Sociedade e
Economia do
Agronegócio

5

Sociedade e Economia do Agronegócio

5



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Os livros desta coleção são produtos de um projeto de pesquisa coletivo e interdisciplinar, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições.

O objetivo do projeto é realizar um mapeamento das relações sociais que configuram o chamado “agronegócio” no Brasil atual, procurando estabelecer seus vínculos com as políticas estatais e com as estratégias de grandes empresas a que está associado.

A pesquisa desenvolve-se em várias frentes, da investigação bibliográfica e dos levantamentos cartográficos e estatísticos ao trabalho de campo, de cunho antropológico ou sociológico.

Têm sido objeto de investigação empírica sistemática a região sojicultora em torno da BR-163, em Mato Grosso, e a região produtora de oleaginosas e do “Café do Cerrado” no Triângulo Mineiro. Alguns estudos também têm sido realizados no Oeste da Bahia.

O estudo é coordenado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (PPGSA/IFCS/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, ligado à mesma universidade (PPGAS/MN/UFRJ), e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). De seu quadro fazem parte professores e alunos desses centros de pesquisa, bem como de outras universidades.



Ariana Rumstain

Peões no trecho

Trajетórias e estratégias de
mobilidade no Mato Grosso

Rio de Janeiro, 2012

 **e-papers**

© Ariana Rumstain/E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2011.
Todos os direitos reservados a Ariana Rumstain/E-papers Serviços Editoriais Ltda. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores.
Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-333-0

Conselho editorial

Beatriz M. Alasia de Heredia Moacir Palmeira
Leonilde Medeiros Sergio Pereira Leite

Projeto gráfico

Rodrigo Reis

Diagramação e capa

Sheila Neves do Rêgo

Imagem de capa

istockphoto /DariuszPa

Revisão

Nancy Soares

Publicação financiada pela Fundação Ford.
A pesquisa de que resultou este trabalho foi feita com recursos da Fundação Ford, do CNPq e da Faperj.

Esta publicação encontra-se à venda no *site* da
E-papers Serviços Editoriais.

<http://www.e-papers.com.br>

E-papers Serviços Editoriais Ltda.

Rua Mariz e Barros, 72, sala 202

Praça da Bandeira – Rio de Janeiro

CEP: 20.270-006

Rio de Janeiro – Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livro, RJ

R891p

Rumstain, Ariana

Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso /
Ariana Rumstain. - Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

171p.(Sociedade e economia do agronegócio; 5)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7650-333-0

1. Migração interna - Brasil. 2. Gaúchos - Mato Grosso. 3. Mão de obra -
Mato Grosso. 4. Mercado de trabalho - Mato Grosso. I. Título.

12-1021.

CDD: 304.8098172

CDU: 314.15-026.48

Para a Rosa que acaba de nascer

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pela bolsa concedida pelo período de dois anos, e à Fundação Ford pelo financiamento do campo de pesquisa. Auxílios imprescindíveis para a realização do trabalho.

Aos professores do Museu Nacional (UFRJ) agradeço pelas possibilidades de diálogo. Agradeço também aos funcionários do Museu Nacional e da biblioteca Francisca Keller pela atenção e auxílio.

Agradecimentos aos colegas do mestrado e doutorado que compartilharam suas dúvidas, informações e saberes. André Dumans, Beatriz Mattos, Felipe Silva, Flávia Dalmaso, Leonardo Bertolossi, Leonor Valentino, Luana Almeida, Orlando Costa, Pedro Braum, Raphael Santos, Rogério Brittes, Silvia Monnerat e Wecisley Ribeiro. Às colegas Ana Amélia Xavier, Camila Medeiros, Elisa Cunha, Fernanda Figuerelli e Grazielle Dainese, por compartilhar as angústias e alegrias pelas quais passamos no processo de formação e por dividirmos a atenção do mesmo orientador generoso.

Gostaria de agradecer com muito carinho aos amigos com os quais partilhei o campo de pesquisa e que foram, sem dúvida, essenciais para a realização deste trabalho. Aos amigos Luciana Almeida, Cláudia Prestes, Cristiano Desconsi e a professora Dra. Ana Cláudia Marques (USP), com os quais dividi o alimento, a casa, as risadas, as dificuldades e toda uma vida que se passou num instante, mas que nos pareceu uma eternidade.

Agradeço também a oportunidade de dialogar com o grupo de pesquisadores do projeto “Sociedades e Economia do Agronegócio – um estudo exploratório”, aos professores Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Rosângela Cintrão, Sérgio Leite, Marcos Bezerra e John Cunha Comerford. Agradeço especialmente a meu orientador, professor Dr. Moacir Palmeira, pela compreensão e amizade.

Sentimentos sinceros de agradecimento aos trabalhadores maranhenses que doaram seu tempo e atenção, mesmo após um dia de trabalho cansativo na lavoura. Desejo-lhes “sorte” em suas empreitadas pelo “trecho”.

Agradeço também a uma porção de amigos que se faz nas andanças pelo mundo: Fernando, Fernanda, D. Maria, Laís, Seu Silvio, Janice e um querido sorveteiro e mestre.

Agradeço imensamente pelo apoio de meus pais, Wilma e Eduardo, e às irmãs, Thaís e Aline, pelo incentivo desde sempre. São os guardiões de minha história e a quem recorro quando preciso lembrar quem eu sou e as dificuldades pelas quais passamos juntos. Aos meus avós, Rosa e Waldir, agradeço o meu modo de enxergar o mundo e todo o apoio quando eu estava distante.

Às irmãs de coração, Caroline, seu pequeno Rodrigo, e Camila, por todo auxílio no processo de elaboração do trabalho. À Rita e ao Joaquim, pelo carinho com que me receberam em sua casa e a quem pude confiar a pequena Rosa Maia, para que eu pudesse redigir esta história de bravos homens com destino ao Mato Grosso.

Por fim, meu agradecimento ao homem que mais doou tempo, paciência e amor, Danilo, descendente de corajosos nordestinos migrantes.

Assim, só depois de haver reconhecido, não sem hesitações, os erros de óptica do princípio, é que se pode chegar ao conhecimento exato de uma criatura, se é que esse conhecimento é possível. Mas não o é; pois enquanto se retifica a visão que dele temos, ele próprio, que não é um objeto inerte, muda por sua conta; pensamos apanhá-lo, ele se desloca; e, julgando vê-lo enfim mais claramente, apenas as imagens antigas que havíamos tomado é que conseguimos aclarar, mas essas imagens não o representam mais.

Marcel Proust

Em busca do tempo perdido: à sombra das raparigas em flor

LISTA DE FIGURAS

- 52 Figura 1 | Croqui de quitinete na Cidade do Eixo
- 54 Figura 2 | Croqui da quitinete de uma cidade vizinha

LISTA DE SIGLAS

AL	Alagoas
BA	Bahia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
EEP	Escola de Educação Profissional
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GO	Goiás
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial
MA	Maranhão
Metamat	Companhia Mato-Grossense de Mineração
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PR	Paraná
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RH	Recursos Humanos
RS	Rio Grande do Sul
SE	Sergipe
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

17	Prefácio
21	Introdução
24	O lugar
31	Campo de pesquisa: dificuldades e espaços de observação
44	Breve introdução às categorias nativas
51	Capítulo 1 Cidade do Eixo
60	1.1 Controvérsias e relações: o sentido do termo “rodado” e “maranhense”
72	1.2 Peão rodado
78	1.3 O Trecho – estratégias, cálculos e dificuldades
89	Capítulo 2 Viagem in(certa) aos lugares “bons de serviço”
96	2.1 Condições de trabalho e recrutamento
105	2.2 Trabalho fichado
116	2.3 Temporários permanentes e fixos por ocasião
121	Capítulo 3 Grande propriedade
127	3.1 Trabalhador braçal
153	Considerações finais
167	Referências bibliográficas

PREFÁCIO

Estudar trabalhadores pode parecer uma coisa simples. Não são poucos os levantamentos e estudos analíticos sobre trabalhadores de diferentes setores da economia. Mas, quando a referência não são as categorias oficiais ou oficiosas da ciência econômica e sim o cotidiano de uma sociedade (para ainda falarmos em termos genéricos e convencionais) as coisas se mostram mais complicadas. “Trabalhador” é apenas um entre os muitos termos usados para designar aquilo que se costuma classificar como “mão-de-obra” ou “força de trabalho”.

O título do livro de Ariana Rumstain – *Peões no Trecho* – já sinaliza a tarefa complexa que a autora se atribuiu: pensar trabalhadores fora dos quadros das classificações dadas. Esse caminho não resultou da vontade individual de fazer algo diferente. Na verdade foi uma imposição da própria dinâmica da pesquisa.

O Mato Grosso do chamado “agronegócio” apresenta-se, a quem chega, dividido entre gaúchos e maranhenses ou, numa tradução operada em certas circunstâncias e que pode facilitar o nosso entendimento, entre sulistas e nordestinos. Essa oposição envolve muito mais que a referência a estados ou regiões de origem. Os sulistas se concebem como produtores, como pessoas que “trabalham”, e veem os outros (hoje, os nordestinos ou maranhenses; ontem, os cuiabanos, aqueles que já viviam na região) como “gente que não gosta de trabalhar”, gente que “prefere o boteco ao trabalho” ou, na formulação aparentemente mais respeitosa, como apenas “aptos ao trabalho braçal”.

Os maranhenses se vêem como pessoas em busca de serviço longe de sua terra. Uns, estabelecidos nos bairros da periferia da cidade, voltados para as possibilidades de emprego que esta lhes oferece. Outros – os que foram seguidos por Ariana Rumstain – circulando, com intensidade e regularidade variáveis, em grupos ou sozinhos, voltados principalmente para serviços no campo. São os peões, termo usado pelos

gaúchos para designar “os que vivem de trabalhar para os outros”. Com um detalhe: nem todos os peões são maranhenses.

Mas as dificuldades que se colocaram para a pesquisadora não se restringiram ao vocabulário e aos recortes classificatórios com que se deparou. Os trabalhadores com que lidou – “migrantes”, “temporários”, “sazonais” – constituem, nas suas palavras, “a massa humana invisível das áreas consolidadas da soja”. Sua dispersão no território, a transitoriedade de sua presença e, acrescento, seus trajetos diversificados e variáveis, foram também obstáculos importantes.

O caminho escolhido pela pesquisadora para estudar esses peões foi buscá-los nos lugares que todos diziam serem por eles frequentados. Começou pelas rodoviárias, encontrou-os nas ruas, localizou-os nos hotéis e hospedarias, e acabou seguindo-os até um de seus locais de origem, no Maranhão; para, na volta ao Mato Grosso, descer com eles numa vila vizinha a uma grande fazenda e poder observá-los e com eles interagir. Graças a essa decisão ousada, vamos poder conhecer, neste livro, quem são esses trabalhadores/peões/maranhenses, dentro e fora de situações de trabalho e o que está em jogo nos seus deslocamentos.

Em sua “etnografia itinerante”, a autora nos mostra que outras tantas classificações são ativadas em cada uma das situações estudadas e que, mesmo dentro do lugar de trabalho, há classificações e avaliações que se cruzam e sofrem variações, mas que acabam reforçando a divisão primeira entre gaúchos e maranhenses. Assim, para tomar apenas um exemplo, dentro das grandes fazendas, a oposição entre “operadores” (de máquinas) e “braçais” atualiza aquela oposição, mas, havendo maranhenses que dirigem tratores, ocorre uma hierarquização e uma renominação das próprias máquinas - “máquinas” são as modernas e sofisticadas colheitadeiras, cujo manejo é monopólio dos gaúchos, mas não os velhos tratores, que podem ser conduzidos por braçais maranhenses.

Exemplo mais eloquente dessas variações é o uso do termo “peão”. Na sua generalidade apontando para os maranhenses, vai ser qualificado diante da constatação que nem todos os peões são maranhenses e do auto-reconhecimento por sulistas que não trabalham por conta própria de sua condição de “peão”. Ariana Rumstain mostra como diferentes tipos de peão vão ser identificados e como os maranhenses passarão de

sinônimo de peões, “os que vivem de trabalhar para os outros”, a uma espécie de encarnação dos chamados “peões rodados”, os que vivem no mundo, sem lugar certo, sem querer saber da família.

O estigma vai ser desfeito e entendido pela pesquisadora que, procurando circunscrever seu objeto às trajetórias e expectativas de “um grupo de homens nordestinos que são descritos na literatura (...) como ‘trabalhadores temporários’”, se depara com estratégias de famílias, tão estruturadas, ainda que de forma diversa, quanto as famílias gaúchas descritas por Cristiano Desconsi no primeiro livro desta coleção. Para as famílias maranhenses, o trabalho de algum ou alguns de seus membros nas fazendas de soja ou algodão do Mato Grosso, ou naquelas de café ou cana-de-açúcar no sudeste ou no sul do país pode ser importante para sua reprodução no próprio Maranhão. Não se trata de saídas contingenciais, não são as famílias mais pobres as que deslocam seus membros para o trabalho nas fazendas. “Andar” é algo valorizado sobretudo para os jovens, que “precisam conhecer o mundo”. E a condição de “rodado” é uma condição transitória, em vários casos associada a problemas de ordem familiar.

A leitura deste livro, além de nos permitir ter uma visão do mundo do chamado agronegócio da perspectiva dos que o acessam como peões, fornece-nos elementos para pensar, com maior profundidade, questões como a do mercado de trabalho, para além do jogo entre oferta e demanda de mão de obra, e outras tantas. E, sobretudo, graças à acuidade etnográfica de sua autora, oferece-nos o quadro do funcionamento de uma grande fazenda naquele mundo muito falado e pouco conhecido, compartilhando com o leitor o desafio de entender como tecnologias de ponta e uma tentativa de adequar-se a certas normas do Ministério Público do Trabalho convivem com um sistema de segurança interna e de controle da vida dos trabalhadores que nada deixa a dever ao dos velhos latifúndios.

Moacir Palmeira

INTRODUÇÃO

O que motivou a construção desta pesquisa em particular foi a tentativa de compreender o trabalho de um grupo de homens nordestinos que são descritos na literatura em geral como “trabalhadores temporários” ou “sazonais”, por vezes como “trabalhadores migrantes”, e que constituem considerável parcela de trabalhadores das grandes propriedades de soja no Mato Grosso. A escolha do estudo focado nos trabalhadores, por ora denominados como temporários, deve-se ao fato de que este contingente de homens que aparecem e desaparecem de tempos em tempos das grandes propriedades constituem uma massa humana invisível das áreas consolidadas da soja no Mato Grosso, da qual temos mais notícias sobre as máquinas do que sobre os homens. O trabalho como “temporário” é sem dúvida a forma de contratação principal das grandes fazendas. Seja por “opção” do patrão, seja do próprio empregado, esta forma de contratação constituiu uma dinâmica de relações que é alvo da investigação e que foi se constituindo no campo.

A pesquisa não envolve o que se poderia esperar de uma investigação focada no modo de produção, ou talvez nas representações e comportamentos dos homens a respeito do seu trabalho e de sua prática econômica.¹ Nem mesmo se trata de uma análise mais detalhada sobre reprodução social. O presente trabalho trata das expectativas e do planejamento desses trabalhadores que deixam suas terras de origem para realizar uma longa viagem com destino a um lugar e um trabalho específicos.

No capítulo 1 são apresentadas as expectativas que podem envolver a permanência mais prolongada na região (nas cidades ou nas fazendas), marcadas por idas e vindas contínuas ou espaçadas ao longo de um

1 Uma referência importante para o entendimento dessa questão é a pesquisa de José Sérgio Leite Lopes, *O vapor do diabo* (1978).

tempo determinado. A decisão quanto ao tempo de permanência local pode ser determinado por uma porção de fatores: questões familiares (casamentos ou separações), financeiras (empréstimos, investimentos ou dívidas), aquisição de bens que permitem a reprodução social local ou certa diferenciação de *status*, ou simplesmente porque “estava na hora de andar...”, como diziam alguns jovens. As expectativas e planejamentos contrariam a visão de que tais trabalhadores são “rodados”. O termo “rodado” será analisado adiante, por ora é preciso explicar que se trata de uma categoria nativa empregada em diferentes circunstâncias, seja pelos próprios trabalhadores, seja pelos moradores da região de destino desses trabalhadores. A questão é que o significado da categoria varia de acordo com quem enuncia. Para os trabalhadores, como veremos, trata-se de um estado transitório, mas para parte dos moradores da região de destino e dos responsáveis pela contratação desses trabalhadores, “rodado” é empregado no sentido de um estado permanente.

O capítulo 2 apresenta questões voltadas para a dinâmica do mercado de trabalho na região, aos modos de contratação – recrutamento, jornada de trabalho e formas de pagamento. A ideia que se tem, entre gerentes e responsáveis pela contratação e, como observado, entre os próprios trabalhadores, é a da disseminação dos chamados “direitos”. Muitos gerentes reclamavam que os trabalhadores, reconhecidos na região também como “maranhenses” (uma referência que, como veremos, envolve não apenas a região de origem da maioria dos trabalhadores que exercem um determinado tipo de trabalho), são “largados” e “parecem não saber de nada”, mas seriam bons conhecedores dos seus “direitos”. Dentre os grupos de maranhenses era possível vê-los falando sobre “direitos” e discutindo “direitos” com os patrões em alguns momentos observados.

No capítulo 3 a discussão se refere à divisão do trabalho no interior das grandes propriedades, especialmente aos mecanismos envolvidos nesse processo e que são condicionados por uma determinada imagem desse trabalhador “rodado” que, por sua vez, tem uma consciência clara da imagem que se faz dele e que também constrói uma imagem do outro. Esse trabalhador, dependendo da situação, age de uma forma ou de outra. Se por acaso um grupo de maranhenses é agredido verbal-

mente em um bar dentro da área da fazenda, podem retrucar imediatamente. Se forem, todavia, surpreendidos pela chegada de um técnico no campo tratando-os de uma forma que não os agrada, como observado, os trabalhadores maranhenses adotam uma postura diferente – o que não significa resignação ante o fato. Uma vez que a oferta de trabalho é abundante e há o conhecimento disso, nada é tolerado.

No terceiro capítulo as dicotomias sulistas/maranhenses e operadores/braçais são apresentadas e nos ajudam a compreender as relações locais. Essas dicotomias permitem vislumbrar, para além da tensão, os valores associados a certas tarefas realizadas no âmbito da grande propriedade, espaço privilegiado para o presente estudo.

O que se denomina aqui como “grande propriedade”² deve ser compreendida no quadro de uma história “recente” do Mato Grosso, que data dos anos 1970 – embora já fosse consideravelmente planejada desde os anos 1950 e pensada pouco antes, desde a década de 1930 –, quando uma porção de incentivos governamentais foi oferecida para que camponeses do Sul deixassem suas terras e ocupassem os chamados “espaços vazios” do Brasil.³ Em parte, como contam alguns proprietários de terra⁴ que residem em um município localizado no eixo da

2 “A esta diferença de tamanho das propriedades – que chamam espontaneamente de fazenda, ao invés das colônias de antes – se acrescenta a diferença do processo de trabalho que agora é feito com máquinas, sementes selecionadas e adubos industrializados” (SANTOS, 1993, p. 109).

3 Santos (1993) descreve a partir da análise de um programa de colonização – Canarana – as causas estruturais de ordem socioeconômica que impulsionam as populações a se deslocar e as razões subjetivas para tal movimento (expulsão/atração), e reafirma em seu trabalho como a repercussão dessas propagandas foi ao encontro com a necessidade de terras dos colonos que estavam desejosos de “garantir o futuro de seus filhos”, e destaca que o problema no Sul era o preço da terra. Camponeses do Rio Grande já haviam migrado para o Paraná e Santa Catarina em anos anteriores. Santos reforça ainda que uma das condições para que o colono pudesse ir para o Mato Grosso era a venda de sua propriedade para o lindeiro (vizinho de propriedade). Assim, progressivamente, ocorria a concentração de terra.

4 Assim como no estudo de Maristela Andrade (2008, p. 162), os primeiros produtores agrícolas a se instalarem em Mato Grosso (no caso pesquisado por ela em Balsas, no sul maranhense) receberam dos demais gaúchos, que vieram depois, a denominação de “pioneiros”. Como destaca a autora é uma “categoria que envolve os que chegaram

BR-163 (MT), tal deslocamento também foi mobilizado pelo desejo de aquisição de terras para os filhos e, em virtude das escassas propriedades contínuas e das caras terras do Sul, propagandas surtiram efeito entre camponeses dessa região.

Em parte as propagandas foram realizadas por colonizadoras privadas, que vendiam terras para os camponeses capitalizados. Santos (1993, p. 85) destaca como a “transferência de uma forma de vida social para outra” tinha como meio principal a colonização, mas que esta só seria possível com um plano de desenvolvimento nacional, com a intervenção do Estado.⁵ Além disso, como relataram alguns informantes, os próprios gaúchos que chegavam à região ofertavam terras para outros parentes e pessoas interessadas no Sul, como teria ocorrido em um dos municípios localizados no eixo da BR-163. A expressão Cidade do Eixo será utilizada durante o trabalho para se referir a um município localizado no eixo da BR-163, mas cuja identificação oficial do nome do município não se faz necessária para a compreensão do fenômeno que se pretende estudar.

O LUGAR

Deuslinda, 70 anos, nasceu no Mato Grosso e estava a caminho de outra cidade, mais ao norte do estado, para visitar uma neta que morava com ela, mas que estava passando alguns dias com o pai e a madrasta. Atualmente, ela tem quatro filhos que trabalham em uma grande empresa

primeiro, sem obedecer, porém, necessariamente, a critérios cronológicos. Distinções são feitas, em termos das representações, envolvendo a figura dos chamados pioneiros, entre os que antecedem no tempo os demais e usufruem de prestígio pelo fato de terem experiência na agricultura, e aqueles que, mesmo tendo chegado antes, não são agricultores e se envolvem em atos ilegais de compra e venda de terras (...). O chamado pioneiro é descrito, ainda, como aquele que, sendo de confiança e tendo armazenado conhecimento e experiência, convida os demais a virem com ele, após ‘ter encontrado um lugar’”.

5 Os programas PRODOESTE e POLOCENTRO (1975) permitiram a criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento regional “que previam a ocupação racional dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial com apoio do crédito favorecido” (BERNARDES, 2005, p. 51).

de alimentos nacional, localizada em um dos municípios no eixo da BR-163. Deuslinda explica que na cidade onde reside, no Mato Grosso, não há “oportunidade de emprego”. Na cidade para a qual Deuslinda estava se deslocando, mais ao norte, por sua vez, “tem de tudo, gente de todo o lugar”, mas ressalta ela: “foram os gaúchos e os catarinas que fizeram a cidade evoluir”. Eles são considerados “um povo muito trabalhador”, nas palavras de Deuslinda. “Antes da chegada dos gaúchos era tudo seringal, mata”, completa a senhora.

Ao percorrer o caminho que vai de Cuiabá à Cidade do Eixo, pela BR-163, foi possível fazer uma leitura da paisagem que ofereceu indicações valiosas sobre a dinâmica local, seja pela observância dos tipos e portes de máquinas empregadas nos processos de plantio, seja pelas indústrias que se instalaram na região. A grandeza das propriedades e a presença de *outdoors* que anunciavam fertilizantes, máquinas e serviços de agrônomos e financiadores eram marcantes na paisagem como indicadores da dimensão das atividades econômicas da região.

Para percorrer a BR-163 é possível pegar um ônibus que parte de Várzea Grande, município vizinho à Cuiabá, sentido Alta Floresta, quase na divisa com o Pará. Pode-se notar uma vegetação mais densa logo nos primeiros trechos da estrada, que impede a vista do horizonte e permite apenas vislumbrar as porteiras de “ranchos”, “recantos” e “estâncias” e uma porção de outros estabelecimentos, como borracharias e paradas para descanso e alimentação. O que mais surpreendeu na realidade, num primeiro momento, foram as condições das estradas: sem acostamentos, cheias de buracos e com verdadeiras crateras que se abrem em virtude das chuvas e do pesado tráfego de caminhões pelas vias. Saltou aos olhos, por fim, em meio ao mar de soja ou de milho (dependendo do período do ano em que se transita), o volume de caminhões que circulava pela BR-163.

Em meio ao pesado tráfego, é preciso esperar uma brecha para prosseguir a viagem. Até o primeiro município, depois de Cuiabá, pode-se observar algumas pequenas casas com venda de mel e roçado de milho. A área urbana desse município é cortada pela estrada e o pequeno número de casas é seguido de uma porção de pastelarias. É possível observar na paisagem alguma criação de gado e cultivos permanentes de

banana e coco junto aos roçados. No caminho, com destino à segunda parada, próxima ao município de residência da entrevistada Deuslinda, há uma área de reflorestamento de *teca*, conforme ela mesma informou. Deuslinda explicou um pouco sobre a região, dizendo que, quando nasceu, todo o percurso que estávamos fazendo (de Cuiabá rumo ao norte do estado) era marcado pela presença de seringueiras, e ressalta que: “desde a chegada dos gaúchos, que vieram com os planos definidos, a paisagem se alterou radicalmente: eles já vieram com a intenção de plantar grãos e teca” e acrescenta, “teca é uma madeira para a fabricação de móveis”.

No que se refere às atividades comerciais à beira da estrada, é possível observar alguns estabelecimentos cujos nomes remetem a outras regiões do Brasil (tais como “Curitiba”, “Gaúcha”, “Itajaí”) e inúmeras churrascarias que se aut nomeiam “ranchão” ou “estância”. Até a terceira parada do ônibus surge uma porção de empresas que trabalham com extração de calcário,⁶ mais especificamente nos arredores de um dos municípios rumo ao norte do Estado do Mato Grosso.

Logo após a subida de uma serra, e às margens da BR-163, pode-se observar uma atividade agrícola de grande escala. Paisagem que pode ser contemplada após a única parada na estrada na qual os passageiros usualmente podem descansar e comer alguma coisa. No caminho que precede a parada, da serra até o posto, há algumas áreas de pastagens, que do ônibus não se pode caracterizar com precisão, e uma concentração de comércio. Após o posto de referência para os passageiros, segue uma paisagem intercalada entre pastagens e cerrado e uma intensificação de áreas plantadas de soja ou milho, dependendo do período do ano. Nas proximidades da primeira cidade, após a parada de passageiros, surgem no horizonte os galpões de criação de frango de uma grande empresa, indicando a presença de outra atividade econômica na região. É possível ainda observar uma porção de cartazes, galpões, caminhões e estruturas para compra de cereais com o símbolo da empresa estampado. Aparecem também no campo visual os silos de outras empresas que trabalham com a produção de alimentos, nutrição animal, financiamento, expor-

⁶ Elemento utilizado para a correção da acidez no solo.

tação e processamento de grãos. Além dos *outdoors* e de placas de outras empresas que dominam a paisagem.

A presença de grandes silos, secadores, indústrias e propagandas às margens da estrada e das plantações indicam a concentração de uma atividade econômica específica, ligada à formação das grandes propriedades de plantio de soja, milho e algodão na região.⁷ Segundo as observações de campo e conversas com produtores e habitantes da região, algumas cidades parecem viver um bom “momento produtivo” e econômico, não apenas com a sojicultura, mas também com a chegada de novas empresas. A expectativa é de que um grande número de empregos seja criado, e, conseqüentemente, haja um aumento não apenas do número de “migrantes inter-regionais”, mas também uma intensificação da “migração intra-regional”, afinal, com o fechamento das madeireiras mais ao norte, há um movimento de trabalhadores em busca de emprego nestes outros municípios. A chegada dessas empresas, como em qualquer outro caso, gera empregos diretos e indiretos no campo e na cidade, relacionados à produção de grãos, e impulsiona as atividades de todos os setores econômicos.

Há, ainda, outro ramo do setor de serviços que vem crescendo nesses municípios às margens da BR-163, especialmente em Cidade do Eixo: os cursos de tecnólogo para a agropecuária e os cursos universitários direcionados para o agronegócio, inclusive com a utilização do próprio termo para designar o ramo de aplicação do conhecimento. Esses novos cursos têm como um dos seus resultados a fixação dos jovens sulistas na região – que antes partiam para o Sul ou para Cuiabá para estudar – e a solução para uma “demanda por capacitação” – por aqueles que chegam a essas cidades, conforme nos informou uma pessoa ligada ao poder público local.

A palavra “capacitação” passou a ser utilizada como um desafio do poder público para atender à demanda das empresas que pretendem

⁷ O trajeto percorrido no eixo da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, tinha como foco de atenção os municípios mato-grossenses, mais especificamente as cidades localizadas às margens da BR-163 mais ao centro-norte do Estado do Mato Grosso, onde uma intensa atividade agrícola de grande escala pode ser observada.

se instalar na área e para as *trades* que já se encontram no lugar. Capacitar é palavra usualmente empregada para se referir aos “maranhenses”, considerados “trabalhadores migrantes”, que chegam às cidades em busca de emprego e sem o nível de escolaridade mínimo exigido pelas empresas. Trabalhadores que têm como destino o setor avícola, os açougues, o trabalho braçal nas lavouras e a construção civil.

Durante a pesquisa chamou a atenção o fato de que há um volume elevado de homens que chegam aos municípios do Mato Grosso vindos de ônibus do Maranhão. No decorrer de conversas informais ou entrevistas estruturadas com responsáveis pela assistência a essas pessoas, proprietários de terras ou empregados das empresas de transportes terrestres e *trades*, nota-se um senso comum em torno do período em que este acelerado deslocamento vem ocorrendo: em torno de três anos. Embora este processo tenha se iniciado nos últimos dez anos, há uma sensação geral de que há um grande número de pessoas que desembarca semanalmente na rodoviária da área urbana do município de Cidade do Eixo, onde a chamada atividade do agronegócio se destaca.

Há “suspeitas”, “boatos” e depoimentos de responsáveis pelos primeiros contatos com os homens que chegam à região, de que os chamados “migrantes” não desembarcam apenas via empresas de transporte rodoviário, mas também por “ônibus clandestinos”. Desses ônibus desembarcam os “futuros trabalhadores” na entrada da cidade e, rapidamente, desaparecem na paisagem urbana, conforme contam os primeiros informantes.

Ao conversar com uma senhora que chegou do Sul há dez anos (trabalhadora de uma empresa de transportes terrestres no Mato Grosso), há uma percepção de que o número de pessoas que chegam semanalmente vem crescendo, e muitos ficam na rodoviária alguns dias até conseguirem um emprego.⁸ A rodoviária é um espaço em que muitos chegam e passam dias dormindo e acordando até conseguirem um emprego, é um espaço de “fixação” inicial de trabalhadores. Ao menos

⁸ Esta empresa é uma das responsáveis pelos destinos do Mato Grosso a municípios do Norte e Nordeste.

era essa a visão retratada nos depoimentos iniciais sobre o contingente de homens que chega às cidades nos períodos de safra.

O responsável pelo sindicato dos trabalhadores rurais de um município vizinho de Cidade do Eixo afirma que estes trabalhadores têm destino certo em fazendas próximas e que se trata de “trabalho escravo”. Outras pessoas com quem conversei julgam que os trabalhadores têm como destino a casa de pessoas conhecidas em bairros mais afastados. Há ainda uma formulação a respeito dessa chegada (na verdade trata-se de uma ideia inicialmente apontada por um operário de uma *trade* e morador de uma cidade à beira da BR-163, mas que posteriormente se generalizou a partir de conversas com outras pessoas que residiam nas cidades de diferentes municípios da região): a de que as pessoas desembarcam no Mato Grosso e já são mandadas de volta ao Maranhão pela própria prefeitura de um município localizado na BR-163. Enfim, há uma pluralidade de concepções ligadas aos destinos destes trabalhadores na cidade compartilhada pelos moradores e pessoas que trabalham direta ou indiretamente com os chamados “maranhenses”.

Se por um lado há os que chegam pela primeira vez em busca de oportunidade, com intenção ou não de permanecer por um tempo indeterminado, há, por outro lado, os que possuem um calendário fixo de trabalho na região. Alguns proprietários de terras mantêm relações com um mesmo grupo de trabalhadores que, anualmente, saem do Maranhão para trabalhar na produção de soja e milho, retornando posteriormente para o seu local de origem. Trabalhadores que são tidos como “confiáveis”, “conhecidos” pelo proprietário de terras que, sazonalmente, “manda recado” para esses trabalhadores, inclusive aceita primos e cunhados para empregar em razão da relação de “confiança” que se estabeleceu.

Há, ainda, trabalhadores que vêm tentar a “sorte” sem local para se fixar ou emprego certo, cujo destino pode ser um emprego em alguma fazenda como catador de raiz ou vigia nas plantações de algodão e soja, empregos que não exigem a tal “qualificação”. O período em que estive fazendo a pesquisa era o da safra do milho e da colheita e do beneficiamento do algodão (maio, junho e início de julho). A soja é plantada

nos meses de outubro e novembro, e a colheita ocorre entre os meses de janeiro e fevereiro.

Dentre os trabalhadores que estão vivendo há algum tempo na cidade, em geral filhos dos que se deslocaram para a região mato-grossense há mais tempo, ou ainda entre os mais jovens com Ensino Médio completo, existe a possibilidade de um treinamento, para que possam trabalhar em alguma empresa ou outras *trades*.

A pluriatividade parece ser a marca dos que não possuem um vínculo ou calendário fixo de atividades ligado a algum produtor, dos trabalhadores que vieram “tentar a sorte”, conforme as palavras de comerciantes que lidam com a recepção destes trabalhadores em hotéis ou rodoviárias. Esses trabalhadores se dedicam ao trabalho no campo na época da colheita e a outras atividades na cidade durante outros períodos do ano, em especial, na construção civil. Um dos responsáveis pelo atendimento no setor de serviço social de uma das cidades relatou que em razão das necessidades no ramo da construção civil, a agricultura perdeu mão de obra e, em decorrência desta perda, teve que pagar maiores salários no setor agrícola para atrair a mão de obra que havia migrado para outro setor. Os produtores tiveram que aumentar os salários “para levar de volta as pessoas”.

“Crescer com controle” parece ser o desafio de algumas prefeituras locais. A ideia que subjaz a essa proposta é de desenvolvimento regional planejado e ordenado. Há sempre um medo, espelhado no desenvolvimento das grandes metrópoles brasileiras, de um processo de surgimento de favelas e, “consequentemente”, de aumento da violência – tal associação de ideias está presente nos discursos. Era possível observar nas entrevistas com alguns “pioneiros”, primeiros moradores e fundadores dos municípios, que a cidade está ficando mais violenta, mais movimentada, e o surgimento de cercas elétricas em algumas residências era visível na paisagem urbana.

Há uma ideia de futuro “grandioso” e um projeto de cidade sendo concebido em função do chamado agronegócio e das perspectivas futuras geradas por ele. Os responsáveis pelas demandas sociais dos municípios procuram “prever” com certa antecedência as carências que estão por vir, especialmente em relação a esgoto, água, moradia, energia,

escolas e hospitais para atender os migrantes que chegam às cidades. Por enquanto, como destacado em vários discursos, o mercado de trabalho está absorvendo os braços que desembarcam no Mato Grosso.

CAMPO DE PESQUISA: DIFICULDADES E ESPAÇOS DE OBSERVAÇÃO

O trabalho de campo teve duração de dois meses e uma semana.⁹ O município Cidade do Eixo foi escolhido como ponto de partida para os trabalhos de pesquisa. A cidade desse município se constitui como um importante polo de serviços para os moradores de regiões próximas, outros pequenos municípios e distritos.

Nos primeiros contatos na cidade havia referência a uma suposta divisão demarcada também geograficamente: a BR-163 seria a grande linha que marca a existência de uma cidade literalmente partida em duas. Os termos “lá” e “cá” são utilizados para descrever os dois lados da cidade dividida pela BR e são referenciais em relação à posição do entrevistado na cidade.¹⁰ Um lado seria caracterizado como predominantemente “sulista”, especialmente “gaúcho”, e o outro lado seria pre-

9 A pesquisa de campo no Mato Grosso foi realizada de maio a julho de 2008. O campo exploratório foi realizado de 1 a 8 de março de 2008, perfazendo um total de dois meses e quinze dias de trabalho na região. A equipe que trabalhou no Mato Grosso foi coordenada pela Dra. Ana Cláudia Marques (Universidade de São Paulo – Departamento de Antropologia da USP) e contou com a participação dos pesquisadores Cristiano Desconsi (mestrando no CPDA/UFRJ), Cláudia Prestes (mestranda do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais –IFCS/UFRJ) e Luciana Almeida (doutoranda do IFCS-UFRJ).

10 No decorrer de um evento promovido por uma escola na cidade, com o objetivo de arrecadar dinheiro extra para as atividades e materiais escolares, fui apresentada a um professor de Educação Física. Ele e a esposa são da região de Jaú (São Paulo). Ele me disse que há uma porção de profissionais da área de Ed. Física de Jaú que vieram para Cidade do Eixo: “pode perguntar, todo profissional desta área veio de Jaú”, enfatizou o professor. Logo no início da conversa, o professor perguntou se havíamos gostado da cidade e, com nossa afirmativa, perguntou se havíamos notado que havia uma divisão entre “o lado de cá” e o “lado de lá”. Como o local onde nossa conversa se desenrolava na escola, localizada do lado predominantemente “maranhense”, o termo “cá” passou a ser o do local do falante e “lá” o lado predominantemente gaúcho.

dominantemente “maranhense”, muito embora se possa encontrar pessoas vindas dos mais diferentes lugares em um lado ou outro da cidade. Há ainda bairros mais novos onde a mistura de paranaenses, mineiros e nordestinos em geral é mais observada pelos moradores da cidade. Essa percepção sobre um espaço dividido é parte do discurso sobre o lugar.

O centro da cidade é delimitado por duas avenidas e há uma área verde relativamente grande no centro urbano, e nas proximidades se localiza um denso comércio. Os bairros onde a maioria residente é considerada “maranhense” se localizam do outro lado da cidade, dividida pela BR-163, em direção oposta à área central. Há também feiras e comércio desse outro lado, de modo que as pessoas de um lado e de outro raramente circulam fora do local onde moram para fazer compras. Há ainda os bairros mais afastados do centro, que se localizam do lado que por ora denomino como “gaúcho”, ou do lado onde se localiza a área central da cidade, e que também possuem uma população de origem maranhense, embora sejam considerados mais heterogêneos em razão da presença de paranaenses e mato-grossenses.

Uma das dificuldades iniciais na cidade era o contato com os trabalhadores, já que, como descrito, havia certa “invisibilidade” em relação ao grupo de trabalhadores das fazendas. Nos períodos de safra, os trabalhadores estariam cumprindo suas jornadas de trabalho. Onde encontrá-los seria outro problema, já que muitos estariam residindo nos alojamentos das empresas ou das fazendas. Outro espaço seriam as quitinetes, hotéis e residências próprias ou alugadas localizadas em alguns bairros específicos da cidade do lado de “lá da BR-163”.

Um breve conhecimento da cidade e dos bairros apontados como os do “lado de lá” foi importante porque constituiu um primeiro passo para que se pudesse identificar os espaços de circulação e residência dos trabalhadores. O objetivo era ter acesso aos trabalhadores das grandes propriedades, e, nesse aspecto, outra problemática se colocava. Embora alguns trabalhadores tivessem residência em um determinado bairro e redondezas, a maioria passava semanas nos alojamentos das fazendas e visitavam a família aos finais de semana, como era o caso da maioria dos casados. Os solteiros ou homens que chegavam à cidade, sozinhos, embora se estabelecessem temporariamente em quitinetes no período

em que estavam à procura de emprego, residiam nos alojamentos de *trades* e fazendas permanentemente.

Os que possuíam família na cidade acabavam por manter uma casa para a esposa, filhos, sogra, e quem mais ali residisse, e passavam a semana toda no alojamento das fazendas e empresas de construção civil ou de frigoríficos, especialmente se localizadas em outras cidades ou à grande distância, caso de algumas fazendas.

Os trabalhadores “temporários” (também identificados como safristas ou rodados) da lavoura e os chamados “peões fixos” das grandes propriedades localizadas no município Cidade do Eixo e municípios vizinhos costumam passar alguns fins de semana na área urbana da Cidade do Eixo, particularmente nas datas próximas ao dia do pagamento. Nestes dias, eles aproveitam para receber o salário, depositá-lo e enviar, por vezes, uma parte para a família distante. Parte do salário era gasta com o alojamento em alguns hotéis da cidade no período em que eles ali permaneciam e outra era consumida com o lazer.

Uma importante informação foi adicionada ao período de construção inicial do campo. Um “hotel” na cidade foi indicado como espaço privilegiado para a busca de trabalhadores, segundo os proprietários e alguns comerciantes. Os trabalhadores, ao desembarcarem na Cidade do Eixo, poderiam ser “rodados” ou fariam parte de um grupo de trabalhadores acostumados a virem anualmente para o Mato Grosso, denominado pelos contratantes como “safristas”.

Tal hotel acabou se constituindo como o principal espaço para a realização do trabalho de campo inicial. Durante os primeiros quinze dias de campo a estada nesse hotel foi fundamental para acompanhar o movimento de homens que chegavam do Maranhão em busca de trabalho, ou ainda a circulação dos trabalhadores que vinham das fazendas para passar o fim de semana na cidade em razão da realização de exames médicos, para o recebimento do salário mensal ou para se divertirem.

O hotel era conhecido como um ponto de chegada de trabalhadores de outros estados, especialmente nordestinos. A hospedaria denominada como “hotel dos maranhenses” possuía uma varanda na entrada com algumas cadeiras nas quais os homens costumavam sentar-se. Nessa área, como se pôde observar ao longo do tempo, sempre havia

muita gente sentada conversando ou “esperando”. É interessante observar que a espera era um estado constante de quem estava hospedado: esperava-se para dar baixa em alguma carteira de trabalho, esperava-se pelo emprego quando se chegava à cidade, esperava-se por uma carona até a fazenda em dia de pagamento, esperava-se pelo resultado do exame médico para a contratação; enfim, era possível observar todos os dias alguém sentado na cadeira em frente ao hotel, calado, olhando para a rua com um olhar distante, de espera.

A grande maioria das entrevistas não era gravada e transcorria em momentos de conversa cotidiana, eventualmente com a participação de mais de uma pessoa. Passados aproximadamente quinze dias, o movimento do hotel diminuiu porque o período de contratação para a safra do algodão e a safrinha do milho havia terminado. O movimento do hotel não era mais de trabalhadores em busca de emprego, como nos primeiros dias de estada, mas de homens que estavam saindo de uma fazenda em busca de outros empregos, de trabalhadores que retornavam ao Maranhão, ou simplesmente de trabalhadores que circulavam pela cidade.

A decisão em relação à estratégia de pesquisa foi a de seguir o movimento dos trabalhadores para os locais a que estavam se dirigindo: alguns retornavam ao Maranhão, outros seguiam em direção às fazendas. Em um primeiro momento a ida para o Maranhão com um grupo de trabalhadores com os quais foi possível o contato no hotel se configurou como uma estratégia de fundamental importância para a relação entre pesquisadora e trabalhadores que se estabeleceria, posteriormente, na fazenda. Isso porque a viagem ao Maranhão se configurou como um ritual de passagem que estabeleceu credibilidade e confiança dos trabalhadores em relação à presença de uma estranha, aparentemente “gaúcha”, em virtude da aparência física, em um ambiente predominantemente masculino. Como muitos trabalhadores eram velhos conhecidos do hotel ou do Maranhão, a inserção entre os trabalhadores foi muito facilitada. A confiança necessária para a concessão de entrevistas e para o bom relacionamento foi estabelecida em virtude da viagem. Um dos trabalhadores, ao saber da viagem da pesquisadora ao Maranhão,

esboçou uma reação de satisfação e alívio dizendo “então você sabe que o que dizem da gente não é verdade?”.

A viagem fez com que, embora tendo a obrigatoriedade de sempre se apresentar aos “patrões”, a confiança dos trabalhadores não fosse abalada, comprometendo o trabalho. A pesquisadora não seria assim confundida como alguém aliada aos patrões. A intenção da viagem era entender que tipos de relações se davam na travessia, especialmente no tocante à figura de “conhecido”; era também observar como as pessoas se preparavam para a viagem; quais as expectativas de vinda e o balanço da experiência na chegada ao Maranhão. Enfim, o objetivo da viagem era compreender que tipo de informações circula durante esses três dias; assim como o modo como as pessoas reagem às novidades e a que tipos de situação estão habituadas; o que levam e trazem na bagagem, e as dificuldades que enfrentam.¹¹ A intenção, portanto, não era compreender, necessariamente, a vida lá no Maranhão em função de tal circulação, o que seria impossível dado o escasso tempo de campo no local.

Inicialmente, antes da viagem ao Maranhão, uma situação bastante delicada exemplifica a confusão em que uma “desconhecida”/pesquisadora pode se envolver quando “confundida” com os proprietários diante de “confissões” e problemáticas tão densas que envolvem a vida das pessoas, especialmente em um momento em que ainda não foi estabelecida uma relação de confiança. Certa noite, quando estávamos em uma fazenda da região, uma recepção foi realizada pelo gerente, que convidou (“convocou”) os trabalhadores a participarem de um churrasco.¹² A intenção, na visão do próprio gerente, era possibilitar um

11 As variáveis que se colocam em uma trajetória tão longa e difícil como esta são descritas pelos trabalhadores em relação às condições do transporte (calor, mau cheiro, ônibus velho), além de estrada ruim, e de inúmeras e demoradas paradas para fiscalização policial.

12 Logo após breve conversação, o gerente convidou todos a se servirem, enquanto servia uma pinga para os trabalhadores. Ele havia liberado a pinga como forma de atrair a todos para o jantar, mesmo os mais envergonhados. Normalmente a bebida é proibida, e apenas o gerente pode liberar em situações festivas, fins de semana, churrasco ou folga. Alguns trabalhadores se mostravam acanhados, sem jeito diante de nós. A explicação dada pelo gerente era de que ele havia dito para alguns deles que éramos da televisão, íamos fazer uma filmagem, o que teria assustado muitos deles. O gerente

contato da pesquisadora com os trabalhadores da fazenda. O problema é que qualquer conversação que se tentava travar com os trabalhadores individualmente era observada atentamente pelo gerente que, muitas vezes, intervinha com brincadeiras ou respondia pelos outros, como se fosse autorizado a responder em nome dos trabalhadores. Particularmente, estava quase desistindo de qualquer tipo de conversação. Saí para dar uma volta, peguei uma sobremesa e sentei na outra ponta dos bancos onde os trabalhadores estavam sentados. Havia três trabalhadores ao meu lado: Ildefonso (31 anos), Bernardo (30 anos) e Orlando (23 anos), todos de origem maranhense, conforme disseram. Ildefonso iniciou uma conversa e começou a contar um pouco sobre si, não permitindo que os outros dois ouvissem a conversa. Ele estava na fazenda há cinco anos e era contratado para “serviços gerais”, “faz de tudo”, de acordo com as palavras dele. O momento crítico ao qual se faz referência como dificuldade para a presente pesquisa se deu quando houve um questionamento da pesquisadora sobre as razões que fizeram com que ele viesse do Maranhão e tivesse notícias de trabalho no Mato Grosso. Diante da pergunta, Ildefonso se transformou. Ficou transtornado e disse que não ia responder. Na tentativa de compreender o motivo, ele, com o olhar fixo no chão e balançando a cabeça de um lado para o outro, respondeu que tinha feito “uma coisa muito errada” e não podia voltar para lá. Quando ia visitar seu pai ficava um dia na casa dele e tinha que desaparecer logo em seguida, porque “ficavam atrás dele”. Por fim ele disse bem baixinho, quase sussurrando, que havia matado um homem. Ele olhava de lado, impaciente, e fazia um movimento como se estivesse atirando. Com a sobremesa ainda nas mãos ele atirou o conteúdo do pote longe e disse que havia perdido a fome. Depois permaneceu um tempo em silêncio e disse que ninguém sabia daquilo, que ele não havia contato para ninguém até hoje e não deveria ter dito nada a uma pessoa “desconhecida” (a pesquisadora). Acrescentou que não sabia quem eu era e passou a se questionar sobre a razão de ter dito

havia brincado dizendo que éramos do programa *Linha Direta*, um programa policial exibido na Rede Globo, e que, dentre outras perspectivas, visava à procura de suspeitos e condenados desaparecidos.

aquilo a uma estranha. Ao se dar conta de que se tratava de uma confissão a uma desconhecida, pedia insistentemente para que nada fosse dito a ninguém. Depois ficou mais alguns instantes em silêncio e perguntou: “eu não sei quem você é, você pode ser da polícia, pode ser amiga do [gerente], você é amiga dele? E se contar para ele?”. E repetia o gesto de tiros sendo dados ao ar com um revólver improvisado com as próprias mãos e apontado para mim.

Em um segundo momento, após a viagem ao Maranhão, o acompanhamento de alguns trabalhadores para uma fazenda da região constituiu uma das fases mais importantes do trabalho de campo. Seria muito difícil a compreensão do universo de relações de trabalho sem a presença em uma grande propriedade da região. O problema que se impunha era de que a entrada de um(a) “estranho(a)” em qualquer propriedade privada com a intenção de entrevistar os trabalhadores e acompanhar a realização da colheita poderia causar um certo mal-estar. Em qualquer propriedade haveria uma proibição ao contato com os trabalhadores sem a mediação do “patrão”.

Certa desconfiança, em um primeiro contato com os chamados “patrões”, ou gerentes das grandes propriedades, tinha como origem as denúncias ambientais e trabalhistas na região. A maioria dos gerentes entrevistados na pesquisa perguntava mais de uma vez sobre os objetivos da pesquisa ou então fazia questão de tocar no tema ambiental ou sobre o trabalho escravo, demonstrando sempre que tudo estava “conforme a lei” nas respectivas propriedades, o que significa reserva de área de acordo com a norma estabelecida e um bom relacionamento com os trabalhadores. Fazia-se questão de mostrar os alojamentos, a cantina, a apresentação ao técnico de segurança do trabalho e comentários sobre itens que eventualmente poderiam afetar a imagem que a pesquisadora poderia ter sobre a fazenda em relação a temas considerados polêmicos, como a questão ambiental e trabalhista. Uma prova de que tais assuntos eram de fato indigestos era sua recorrência, mesmo sem que nenhuma pergunta sobre o assunto fosse elaborada.

O gerente de uma fazenda na região fez questão de “mostrar a fazenda” na ocasião do segundo contato. Na primeira entrevista, antes mesmo que a pesquisadora se apresentasse e falasse sobre as intenções

do trabalho, ele fez questão de dizer que se orgulha do trabalho dele porque a fazenda preservava o meio ambiente e ele tinha uma excelente relação com os peões porque se considerava um deles. Mesmo dizendo que não estava interessada nas questões trabalhistas e ambientais e que o foco da pesquisa era na trajetória pessoal dele e do modo como ele administrava a grande propriedade, inclusive a mão de obra, ele insistia em tocar no assunto. Em um segundo momento (quando convidada para um Dia de Campo¹³ na mesma fazenda), o gerente fez questão de que a pesquisadora conhecesse a propriedade e, a despeito dos convidados para o Dia de Campo, convidou-me para acompanhá-lo em uma visita pela fazenda em sua caminhonete Hilux, luxuosa, muito comum na região. Apenas algumas áreas da grande propriedade foram visitadas, já que a propriedade de fato era imensa: um total de aproximadamente 80 mil hectares. A caminhonete percorreu parte da fazenda e o gerente fez apenas duas paradas aparentemente casuais. A primeira foi em uma bica de água próxima a uma margem verde e a um dos talhões. Ele parou a caminhonete debaixo da bica, fez questão de descer e colocar as mãos embaixo da água e beber, enfatizando a pureza da água e a preservação da reserva, conforme “manda a lei” e com um ar de grande satisfação. A segunda foi junto a um grupo de trabalhadores perto de um dos silos. O gerente desceu da caminhonete falando alto, perguntando como estavam os trabalhadores, e antes de descer da caminhonete chegou buzinando e acenando para os trabalhadores. Elaborava questões que demonstrava intimidade e preocupação com eles. Perguntava sobre a família, as férias e as condições de trabalho e, depois, saiu acenando e dando tapinhas nas costas dos funcionários (em torno de três naquele momento).

Uma das primeiras dificuldades que se impôs durante a pesquisa era o fato de ser uma pesquisadora, uma mulher. A circulação de mulhe-

13 O Dia de Campo foi uma atividade organizada pelo gerente de uma fazenda para que os alunos de uma escola de formação de técnicos agrícolas da região pudessem ter uma experiência prática nas plantações de milho de uma fazenda. No Dia de Campo os alunos têm a possibilidade de tocar nas plantas, no solo, e identificar problemas e questões que são abordadas nas aulas teóricas, assim, os alunos podem vivenciar o trabalho que os espera no futuro.

res em geral, no hotel e nas fazendas, é bem restrita. Nas fazendas elas se destacam na cozinha ou na limpeza dos escritórios, além da prostituição, atividade de boa parte das mulheres. No hotel é muito raro ver mulheres se hospedando ou circulando. A inserção entre os trabalhadores, especialmente nos primeiros dias no hotel, foi difícil e não raras vezes situações de embaraço foram produzidas.

Certa vez, uma situação interessante ocorreu dentro do micro-ônibus que conduzia os trabalhadores até uma fazenda da região. Ao atravessar toda a estrada de terra que liga parte do asfalto que nos conduz da cidade à fazenda, após cerca de 100 quilômetros de estrada de chão, chega-se à propriedade. Ainda na cidade, o ponto de partida para a fazenda é em frente a um hotel – onde se realizou parte do trabalho de campo –, e, em seguida, o ônibus segue em direção a outro espaço onde os trabalhadores circulavam e que constantemente eu frequentava: a chamada “rodoviária clandestina” ou “agência de viagens”. Tal lugar se constituía um importante espaço de sociabilidade, onde muitos trabalhadores que se estabeleceram em hotéis do chamado “lado de lá” e recém-chegados aguardavam parentes e amigos.

Dentro do ônibus que conduzia as pessoas para a fazenda, aproximadamente doze homens, dentre os quais apenas uma mulher, foi possível observar que havia, de um lado, trabalhadores que nunca haviam estado antes na fazenda, mas também trabalhadores que retornavam das férias no Maranhão ou chegavam apenas de um final de semana na cidade. Percebida no ônibus pela única mulher presente, cozinheira de uma fazenda na região, ela fez questão de perguntar se eu tinha onde ficar quando chegasse à fazenda. Eu, mesmo planejando ficar em um dos hotéis, dos dois que há no local, respondi que não tinha certeza do local de hospedagem, mas que tinha duas indicações de hotel. Ela mais que rapidamente decidiu que me levaria para a casa de uma “amiga dela”.

Percebendo certo olhar de estranhamento do motorista do ônibus diante de tal conversação e das risadas de alguns homens presentes no micro-ônibus, aproveitei a ocasião de uma parada na estrada, em que descemos e nos dirigimos ao toalete feminino, para conversar a sós com ela. Primeiro agradei o convite, mas reafirmei minha posição de ficar

num dos hotéis que me haviam sido indicados. Ela, um tanto quanto decepcionada, ainda insistiu na oferta argumentando que se eu ficasse em um dos hotéis haveria o problema de que eu não poderia “levar os homens”. Logo percebi que havia uma confusão quanto ao “meu trabalho na fazenda” e, ao chegar à propriedade, dias depois, um trabalhador, com o qual eu já tinha alguma intimidade, veio me contar que havia ficado embaraçado quanto ao convite da cozinheira, pois ela julgara que eu fosse uma “prostituta” – como eu mesma havia suspeitado a partir da indagação dela naquele dia de viagem. Como quase todas as mulheres que pisam na fazenda são cozinheiras ou prostitutas, segundo contam, e eu havia dito, em resposta a uma pergunta, que não trabalharia na cozinha, logo concluíram que meu trabalho seria de outra natureza.¹⁴

Outra dificuldade era a entrada nas grandes propriedades sem ficar sob o jugo do produtor ou gerente. A entrada em uma propriedade poderia ser marcada por certa “vigilância” dos “patrões” quanto ao meu trabalho. Além disso, na maior parte das propriedades o trabalho teria que contar com a colaboração dos proprietários para que cedessem um espaço para estada durante a realização da pesquisa, fosse alojamento ou alguma casa na fazenda.

Uma determinada propriedade na região, a fazenda São Carlos, oferecia algumas vantagens quanto a essa problemática. A primeira foi a referência apontada pelos próprios trabalhadores como uma das grandes fazendas para onde se dirigem anualmente, com grande fluxo de pessoas durante o ano todo, já que a fazenda realiza tanto o plantio e colheita de soja (de novembro a março, aproximadamente) quanto do milho e do algodão (de abril a agosto), além do beneficiamento do algodão, que ocorre paralelamente à colheita, persistindo ainda por um tempo superior ao da colheita.

14 O tema da prostituição não merece menção apenas pelas situações embaraçosas, mas, como se observará adiante, ocupa posição central no lazer local. Um estudo mais detalhado sobre o tema poderia ser necessário. A dificuldade de realizá-lo na ocasião desta pesquisa ocorre em virtude do embaraço dos próprios homens em tratar do tema com a pesquisadora.

A segunda, e talvez mais significativa, é que não é preciso estar nos alojamentos da fazenda para ter acesso aos trabalhadores, como seria em qualquer outra propriedade. A fazenda está localizada em uma vila, e os alojamentos, mesmo cercados e inacessíveis, não impedem o contato com os trabalhadores, pois basta que saiam da porta do alojamento e já se encontram nas ruas da vila, acessíveis a qualquer pessoa. Dessa forma, embora fosse necessário uma primeira apresentação do(a) pesquisador(a) ao gerente ou ao proprietário, o acesso aos trabalhadores ocorria de modo independente, já que se podia ficar hospedado em um pequeno hotel, localizado quase em frente aos alojamentos dos trabalhadores, na avenida principal da vila.

Embora houvesse esta característica peculiar favorável, ainda havia outro problema que dificultou uma análise mais profunda sobre as relações de trabalho, e que constitui um dos limites desta monografia. O acompanhamento dos trabalhos realizados pelos homens em sua rotina diária foi um tanto quanto limitado pelas distâncias a serem percorridas a pé. Em uma propriedade do porte desta fazenda, ou da maioria das fazendas da região, é impossível vencer a distância que separa a sede do talhão em que um grupo de trabalhadores se encontra.

Para se ter uma ideia da imensidão que a fazenda possui, segundo informações de gerente e funcionários da “empresa”, a propriedade tem um total de aproximadamente 30 mil hectares abertos e dedicados ao plantio, dos 60 mil de área total, dividida em talhões. Há ainda mais duas fazendas pertencentes ao grupo. O motorista do ônibus que conduz os trabalhadores da cidade à fazenda comenta que há dois mil quilômetros de estradas internas, o que significa estradas entre os talhões. Perder-se em uma paisagem monótona, plana e repleta de uma mesma cultura perene é um risco para um estranho àquele espaço.

O tempo de permanência na fazenda São Carlos foi de quatorze dias, limitado por certo incômodo de alguns funcionários e gerentes ao ver a pesquisadora conversando com os “peões” na porta do alojamento.

Um terceiro fator, ainda, para a escolha do local foi a certeza de estar diante de um dos grandes empreendimentos da região, até porque já havia visitado outras fazendas e teria certa base de comparação. Além

disso, tratava-se de uma fazenda conhecida como uma das maiores propriedades em termos de referência para os trabalhadores, como já havia destacado o dono do chamado “hotel dos maranhenses”, técnicos agrícolas, trabalhadores, e outras pessoas com as quais havia dialogado na região.

Outras propriedades visitadas durante todo o campo tinham uma configuração muito parecida com a observada na fazenda São Carlos, como a história familiar em suas origens e a forma de administração centrada na figura de um gerente considerado o próprio “patrão”, pois, diante de empreendimentos de tal magnitude, o “dono” é uma figura distante, admirada, que visita a propriedade e que, embora entenda muito dos negócios agrícolas, pouco compreende sobre o universo dos trabalhadores. Além dessas características, soma-se outra comum às propriedades visitadas, e que não foram foco de um trabalho de campo mais intenso: a diversificação das atividades. Quando houver a referência a outras propriedades estas são: a fazenda Santo Antônio do Pinhal, a fazenda Muçambinho e a fazenda Pineápolis.

A fazenda Muçambinho pertence a um político de um município da região. O conhecimento desta propriedade se deu por ocasião de uma entrevista com o responsável pelo setor de recursos humanos de uma empresa local, que, após a conversa, fez o convite para que fôssemos conhecer a propriedade, onde nos apresentou ao gerente geral.¹⁵

Na ocasião da visita à fazenda, foi o chamado terceiro gerente,¹⁶ que, juntamente com o responsável pelo setor de recursos humanos, nos apresentaram a fazenda. A bordo de um caminhão, as diferentes áreas

15 A entrevista com o gerente de Recursos Humanos foi realizada por mim e pela coordenadora da pesquisa (Dra. Ana Cláudia Marques). Na ocasião da visita à propriedade Muçambinho decidimos nos separar: ela foi conduzida pelo gerente até a propriedade, em um carro particular, e eu fui com um grupo de trabalhadores em uma Kombi que se dirigia à fazenda naquele mesmo instante em que o convite nos foi feito.

16 O terceiro gerente é natural do Paraná e divide a função com mais dois gerentes: a parte agrônômica é de responsabilidade de um recém-contratado e cuja especialidade é o algodão; o cuidado com as máquinas, a manutenção e organização ficou sob a responsabilidade do terceiro gerente; e o outro é o gerente geral, que coordena as atividades da fazenda: “que dá cobertura para todo mundo”.

da fazenda foram apresentadas, as quais estão divididas em: suinocultura (em obras); criação de frango; criação de gado; e agricultura (soja, milho, sorgo, algodão). A fazenda Muçambinho, explica o gerente, “foi uma fazenda que cresceu comprando as vizinhas”. Além dessas fazendas, o proprietário teria mais quatro em outros municípios. O conjunto de fazendas soma 14 mil hectares, dos quais 10 mil são plantações de milho, algodão e soja, além do gado, e o restante é reserva. Este ano serão oito mil bois no confinamento, além dos mil e trezentos no pasto.

A outra fazenda que se visitou durante a pesquisa foi a Santo Antônio do Pinhal, administrada por um gerente, e é de propriedade de um senhor paranaense (30 anos). Ele também é proprietário de fazendas menores no Paraná,¹⁷ além desta no Mato Grosso, sua maior fazenda, com uma área de 9 mil hectares: sendo 3 mil dedicados ao plantio de soja; espaço para 2.500 cabeças de gado, divididas em invernadas, e 30% de reserva. O gerente conta que, no início, eram apenas três casas, e só depois o barracão onde ficam as máquinas e os alojamentos foram construídos. O proprietário tem três filhos, dois homens e uma mulher, dos quais apenas o caçula se interessa pelos negócios do pai. Na verdade ele administra, cuida de empréstimos, financiamentos, realiza grandes compras, mas não lida com a terra, trabalho ao qual o pai se dedica com afinco. O proprietário é advogado e tudo o que sabe sobre lavoura aprendeu na prática, sempre trabalhou no campo. Quando vem à fazenda Santo Antônio do Pinhal, ele costuma passar de um a três meses, e, segundo o gerente, “faz de tudo”, anda no pasto, mexe nas máquinas, vai para o curral, não descansa.

Além da área da lavoura, há o curral, o espaço destinado ao laboratório, e invernadas que dividem as diferentes raças de bois e vacas utilizadas nos processos de inseminação e criação de bezerros. Em cada pastagem cercada há gado das raças guzerá e nelore, consideradas as mais caras, “vacas puras”, que são as responsáveis pelo fornecimento de

17 O gerente explica que essas terras foram compradas em 1988. No Paraná, explica, não tem fazenda grande, a maior tem 300 alqueires. A terra lá é mais valorizada, mas a colheita no Mato Grosso, especialmente da soja, é incomparável.

embriões no processo de inseminação realizado na fazenda. Os embriões são depositados no útero de vacas de outras raças, responsáveis por gerar o bezerro, tais como a caracu, simental e jersey.¹⁸ Consideradas como “barriga de aluguel”, são raças consideradas boas para criar o bezerro porque “são mansas e dão bom leite para criar o bezerro”. O resultado é o aumento de animais nascidos por inseminação e a diminuição do intervalo entre partos, tudo isso facilitado pela possibilidade de realização de um trabalho que une o melhoramento genético com a produção em escala.

Os donos da fazenda Pineápolis são descritos pelo gerente da fazenda São Carlos como “corajosos” e “desbravadores”. Os proprietários eram madeireiros, donos de serraria no Paraná, e hoje possuem esta fazenda com 80 mil hectares, dos quais apenas 30 mil são de plantações de soja, milho e arroz (área aberta recentemente), e o restante é reserva. A família tem sua matriz em outro município e ainda uma fazenda em outro local.

Estes são alguns espaços de referência nos quais a pesquisa de campo foi produzida, embora três deles: a fazenda Pineápolis, a fazenda Muçambinho e a fazenda Santo Antônio do Pinhal foram apenas locais de estreita interação com os trabalhadores. Os outros espaços, a fazenda São Carlos, o “hotel dos maranhenses” e a rodoviária, dita “clandestina”, constituíram-se como espaços de intensa circulação e interação entre os trabalhadores e a pesquisadora.

BREVE INTRODUÇÃO ÀS CATEGORIAS NATIVAS

Uma primeira oposição pareceu se destacar nos discursos sobre a organização na área urbana de Cidade do Eixo e que depois se estendeu para outros espaços, como os assentamentos e nas grandes propriedades. Nos assentamentos, por exemplo, a oposição entre “maranhenses” e “gaúchos” é marcada por processos de diferenciação em torno da concepção de terra, ou, mais precisamente, do trabalho na terra. Os gaúchos se identificam como “agricultores”, e veem os “maranhenses” como “bote-

18 Há ainda a raça girolanda, responsável pela produção de leite na fazenda.

queiros”, como pessoas que “não sabem” e “não querem” lidar com a terra, que preferem pedir de casa em casa a mexer com a terra, a plantar. Há uma espécie de referência a uma “cultura”, “uma vontade”, uma “capacidade” de tornar a terra produtiva que seria própria do gaúcho. O maranhense seria o “vagabundo”, “o preguiçoso”, o “que não está acostumado” com o trabalho, com o suor. Nesse sentido, há uma concepção de trabalho “verdadeiro”, completamente vinculada ao trabalho na terra, concebido em contraposição ao “boteco”, ao comércio de bebidas, cigarro e sinuca.

É interessante lembrar que tal concepção de trabalho está também presente nos relatos em relação aos mato-grossenses, descritos, em muitos depoimentos, como aqueles que trocavam terras por botecos, que não plantavam nada. A ideia é de que, se os gaúchos não tivessem chegado ao Mato Grosso, essa terra seria apenas “plantação de mandioca e boteco”, como se pode notar com veemência em inúmeros relatos.

Para além de uma disposição geográfica que divide a cidade ao meio, como no modelo centro/periferia, a exemplo das grandes cidades, trata-se de uma oposição fundamental no jogo de relações sociais locais: maranhense *versus* gaúchos.

A referência em relação aos locais de origem dos trabalhadores é acionada nos discursos como importante “fator de análise” para que se possa compreender a distribuição das funções, de maneira especial, realizada entre os trabalhadores braçais e operadores. Essas são as principais categorias que exprimem a divisão do trabalho e a relação entre os trabalhadores nas grandes fazendas.¹⁹

“Peões no Trecho” é uma referência aos homens que continuamente circulam entre suas regiões de origem e as de destino – as grandes fazendas de cultivo, especialmente, da soja, no norte mato-grossense. O termo “peão” pareceu mais amplamente utilizado pelos trabalhadores sulistas para se referir, de modo generalizado, aos trabalhadores

19 Propriedade de cultivo da soja e, mais recentemente, do algodão, e que constituem a safra regional. Em menor importância relativa, encontra-se o milho, ou a chamada safrinha, que recentemente está sendo considerado como uma segunda safra em virtude do bom desempenho do produto na região.

das fazendas que lidam com todo tipo de serviço, em oposição a quem “manda”, ao proprietário da terra. Nesse sentido, quem não possui a propriedade da terra e trabalha para outrem é tido como “peão”.

“Peão” é uma forma de se referir à massa de trabalhadores das fazendas de um modo geral e também é um termo utilizado pelas pessoas da cidade para designar os trabalhadores que desembarcam com destino às fazendas da região, como observado entre os comerciantes que lidam diretamente com esses trabalhadores. Na cidade, o termo, ao ser associado à categoria “maranhense”, define uma situação permanente na qual se encontra o trabalhador, definida pela expressão “rodado”. Dependendo de quem aciona o termo, se os chamados “sulistas” ou os próprios “maranhenses”, há um deslocamento no sentido.

De forma modesta, os gerentes das fazendas dizem “ainda sou peão” ou “sou apenas um peão” ou ainda, “sou tão peão como qualquer um aqui”. Também pode se observar o uso do termo de forma pejorativa, como mais comumente se nota, como nas expressões “peão é a imagem do cão” ou “peão que é ‘bão’ deixa de ser peão”, ditas inúmeras vezes e com veemência por um comerciante do ramo da hotelaria da região.

Embora expressa de forma geral para caracterizar os trabalhadores de uma fazenda, a categoria poderia ser ainda subdividida entre pelo menos duas outras: os “operadores” – para designar a função de uma parcela de homens que trabalham com a operação de máquinas, sendo a maioria deles vinda do Sul – e os ditos “braçais” – vindos em sua maioria da região Nordeste do Brasil. Todos sob a orientação de um “encarregado”, que coordena as atividades do campo naquele dia, e sob a supervisão de um gerente geral.

É dito com frequência, por exemplo, por todos os que lidam com os trabalhadores (tais como os comerciantes, gerentes ou encarregados), que “a maioria dos braçais é maranhense e a maioria dos operadores é sulista”. Embora mais amplo que o termo maranhense, que define um estado específico da região Nordeste, o termo sulista pode ser também entendido como restrito ao Paraná, local de onde provém a maioria da mão de obra dita “especializada”, outro termo empregado para se referir ao trabalho dos operadores de máquinas. Mesmo sendo o Paraná o

estado de origem da maioria dos operadores, o termo “paranaense” não é empregado.²⁰

O termo “sulista” é uma referência mais generalizada às pessoas que “são do lugar”, que residem em Cidade do Eixo, mas que têm origem em algum estado do Sul do Brasil, o que pode envolver, além do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eventualmente, paulistas e, mais raramente, mineiros. O termo é mais utilizado quando se refere ao tempo presente e a categorias específicas, como a dos operadores, particularmente para explicar a razão da facilidade no manuseio com as máquinas e o *status* ocupado pelo grupo no âmbito das grandes fazendas em relação aos demais trabalhadores. Também é um termo empregado pelos comerciantes da cidade e pela população urbana em geral para se referir “aos próprios habitantes da cidade” ou mesmo aos “pioneiros”. No caso destes últimos, a referência ao “gaúcho” parece ser mais evidente e especialmente destacada nos relatos que retratam a história da região.

Destaca-se também que o termo mais geral, “sulista”, parece ser empregado em momentos nos quais se objetiva explicar mais detalhadamente para o entrevistador a formação “do povo” que compõe a cidade e que “fundou o local”, em geral descritos como “pioneiros” na fala das pessoas em geral. O termo “gaúcho” é mais corriqueiro, mais cotidiano, e seu emprego parece ser mais espontâneo nas falas dos entrevistados e nos momentos de convivência mais íntima, como nas rodas de chimarrão.

Em relação ao destaque dado à origem dos trabalhadores, o termo “maranhense” é empregado pelas pessoas da cidade, tanto em relação aos trabalhadores das fazendas como às pessoas que residem de um dos lados da BR-163, que corta a zona urbana ao meio. A categoria é utilizada para se referir ao nordestino em geral ou, como se verá

20 Os termos “gaúcho” e “sulista” podem variar conforme a circunstância (como e quando se fala) e também quanto à posição do falante (quem emprega os termos). Nesse sentido, as categorias aqui utilizadas são imprecisas e seria necessário uma avaliação mais cuidadosa para não reduzir as categorias. Para uma análise mais precisa ver o trabalho de DESCONSI (2009) *A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso – um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires*. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRJ, 2009.

adiante, a um tipo de comportamento característico, independente da origem regional, muito embora a maioria dos que residem na cidade e dos que vêm de outras regiões para o trabalho nas lavouras de soja, milho e algodojeiras sejam de fato proveniente dessa região.

Se por um lado o termo “sulista” (ou “gaúcho”, dito com maior vigor) é a expressão do “pioneiro”, do fundador, daquele que “fez a região ser o que é hoje”, quase sinônimo de progresso, por outro lado o “termo maranhense” apresenta um deslocamento significativo para se referir ao trabalhador braçal, que possui força física para a realização do trabalho que “ninguém seria capaz de fazer” (como descreveu um gerente de uma grande propriedade), mas que é “atrasado intelectualmente” (como destacou um dos responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores em uma fazenda da região).

Há referência a essas classificações nos mais diferentes discursos e ações, com impacto em diferentes níveis. Nas relações de trabalho (operadores/sulistas e braçais/maranhenses), nas políticas públicas para a construção de escolas, hospitais e moradia, no planejamento urbano, nos setores de assistência social, nas propostas das secretarias para o “resgate de uma cultura nordestina” (pioneiros *versus* migrantes), na indicação geográfica de bairros (“lá moram mais maranhenses”, “o bairro dos maranhenses”), enfim, o outro, o de “fora”, o “que precisa de qualificação”, “o que não tem ou está perdendo a cultura”, “o que não sabe lidar com a terra”, “o botequeiro”, é sempre o maranhense e, outrora, o mato-grossense, denominado genericamente como “cuiabano”.

Não raras vezes se observou o emprego do termo “cultura”, por parte dos gerentes, contratantes e comerciantes, para se referir às diferenças de comportamento (entre os chamados “braçais” e o “povo do Sul”) em relação ao trabalho, aos modos de se vestir e de falar, aos valores, aos costumes e hábitos em geral, como, por exemplo, o uso, pelos maranhenses, da pimenta nas refeições. Dessa forma, o termo, quando empregado para explicar tais diferenças, parecia estar imbuído de certo ar de complacência, expressa em termos como “é da cultura deles ser assim”.

O termo pode ser associado a uma “natureza” do homem nordestino, considerada imutável, e, nesse sentido, cultura e natureza se

mesclam nas tentativas de explicar as diferenças para alguém de fora, que chega ao local pela primeira vez. A categoria “cultura” utilizada pelo senso comum é a fonte de explicação para a diferença, ou melhor, para o comportamento que é tido como incompreensível, e, de certo modo, irracional, como o fato de os maranhenses irem e virem anualmente para o trabalho na lavoura, deixando para trás sua família e não se fixando em canto nenhum, segundo a visão dos “patrões” – no caso gerentes e encarregados que lidam diretamente com os trabalhadores.

Se a categoria “cultura”, invocada pelos contratantes, distribui os trabalhadores de acordo com as funções que estão aptos a realizar, a categoria “peão” é o que distingue trabalhadores de patrões e, embora obscureça as sutilezas das relações entre os próprios trabalhadores, ao ponto de o trabalhador proveniente do Maranhão se apropriar da expressão para se referir a si mesmo, como “peão solto no mundo, solto na vida”, é justamente a ideia do “peão de trecho” que os diferenciará. “Trecho” passa a constituir uma metáfora para a própria vida, de idas e vindas pela estrada.

Capítulo 1 | CIDADE DO EIXO

Atualmente, o local de residência dos que se consideram *do lugar*, os “gaúchos”, é o centro da cidade e bairros localizados nos arredores. A disposição das ruas, assim como seus nomes (de estados e cidades do Sul do país), lembram a forma de organização de qualquer cidade paranaense, com avenidas e ruas largas, arborizadas, com casas de portão e muros baixos, com varandas à mostra para os transeuntes. Varandas que fazem vista para amplos jardins, com mesas e cadeiras onde se podem observar famílias tomando chimarrão nos fins de tarde. Na Cidade do Eixo, a limpeza e a organização das ruas, via de circulação de luxuosas caminhonetes, e a modernidade das casas, parecem caracterizar o espaço de circulação de uma “parcela da sociedade” que se identifica como pertencente àquela terra. Embora mantenham muitos contatos com o Sul, inclusive mandando seus filhos para estudar na região de origem, há uma forte ideia de que eles são os habitantes *do lugar* porque “fizeram” o município Cidade do Eixo ser o que é hoje, expressão do desenvolvimento nacional caracterizada pela alta produção de grãos e pela significativa exportação dos produtos.

O “lado de lá” (irei utilizar o termo como oposição ao centro da cidade, de um dos lados da BR-163) é caracterizado por uma urbanização em construção, de população predominantemente maranhense. Há uma porção de ruas sendo asfaltadas e muitas ainda de terra batida. Quando chove, a circulação se torna quase impossível, pois imensos torrões de terra impedem a passagem das bicicletas e motos, principais meios de transporte neste espaço da cidade. A circulação do transporte público é raridade aos olhos dos moradores. Os ônibus circulam em horários definidos e com poucas opções, e muitas pessoas acabam se locomovendo a pé. Há toda uma infraestrutura de mercados, belos parques recém-construídos, por vezes praças mal-acabadas, e escolas bem estruturadas que fazem com que os residentes deste bairro “não pre-

cisem” circular pelo centro da cidade. A dona da suposta e conhecida “rodoviária clandestina” diz que raras vezes tem que ir ao centro da cidade, pois, além de não enxergar necessidade de ir até lá, reconhece que há uma diferença de tratamento dos lojistas em relação aos moradores do “lado de lá”.

A filha de um casal gaúcho que reside em um bairro do lado “maranhense” explica que “tudo é periferia fora do centro” da cidade, e que já sentiu por diversas vezes o “preconceito” do lado de lá em relação ao lado de cá, especialmente no comércio do lado de lá (que, de acordo com a posição do falante, se refere ao centro da cidade), mas finge que não está acontecendo nada, disfarça. A única vez que “doeu”, diz ela, foi quando estava procurando emprego e a dona da residência perguntou de que bairro ela era, quando respondeu, a futura patroa disse que não a contrataria porque lá é um lugar de “mulher de programa”, “que rola muita droga”.

Uma das mudanças mais evidentes nos últimos anos é, nas palavras da moça, “a febre de maranhense de um ou dois anos pra cá”. Ela diz “lá fora [pelo Brasil], esse lugar [Cidade do Eixo] tá dando dinheiro até no pau”. A mídia, segunda ela, é a responsável pelo volume de maranhenses que chegaram à cidade nos últimos anos, que teria mostrado a cidade como um lugar rico, maravilhoso. Ela diz que a maioria que vem já tem parentes na região, ficam por seis meses, não conseguem emprego e voltam. Eles chegam, diz ela, porque estão numa situação difícil lá no Nordeste, “passando fome”, e seriam os parentes residentes na região os “que têm coração”, que ajudam os recém-chegados.

Esses maranhenses que já se estabeleceram na região há algum tempo seriam provenientes da região do Peixoto (no norte do Estado do Mato Grosso, uma região conhecida pelo garimpo). Alguns já vinham de garimpos no Pará e teriam se estabelecido no Peixoto até o fechamento dos garimpos no período Collor, em 1992. A situação de muitos trabalhadores teria se agravado com o fechamento de madeiras no norte do estado, o que teria feito muitos trabalhadores procurarem uma região mais próspera, como a Cidade do Eixo.

O bairro em que a filha do casal gaúcho reside é emblemático de um dos lados da cidade “de lá” por ser um dos mais antigos. Moradores

reclamam do tráfico de drogas e da violência em decorrência do problema. O bairro surgiu na época em que tal região da cidade era uma fronteira entre a mata e o centro da cidade, dividida pela BR. O “lado de lá” foi inicialmente planejado como uma área industrial. Algumas das casas estão em construção, ainda sem receber a pintura, e abrigam muitas vezes famílias extensas. Além das casas há pequenos hotéis e quitinetes, recém-construídas, que se destinam à hospedagem de algumas famílias recém-chegadas à cidade, e, especialmente, de jovens homens solteiros.

O Sr. Sebastião, marido de D. Carlota, uma gaúcha que mora em um bairro do “lado de lá”, diz que depois que se aposentou decidiu construir algumas quitinetes para completar renda. Ele²¹ conta que quando chegou “ao bairro havia um número bem pequeno de casas, uma ou duas além da sua, o restante da paisagem era apenas mato fechado e ruas de terra”. Assim como outros moradores, ele veio residir neste bairro porque, em certa ocasião (anos 1990), o ex-prefeito teria doado alguns terrenos para quem era considerado “sem condições de adquirir o próprio pedaço”. A ideia de fazer quitinete teve origem porque, segundo Sr. Sebastião, o número de pessoas que vem em busca de um emprego na cidade aumentou muito em cinco anos. Alugar quitinete para os recém-chegados foi uma estratégia para poder pagar os gastos advindos com a velhice, tais como os remédios e outros gastos que a aposentadoria não cobre, tais como água, luz e alimentação.

Como são aposentados, não pagam o imposto predial e territorial (IPTU) e, com o dinheiro que seria utilizado para esse pagamento, conseguem pagar as contas de luz e água. Além de construir em parte

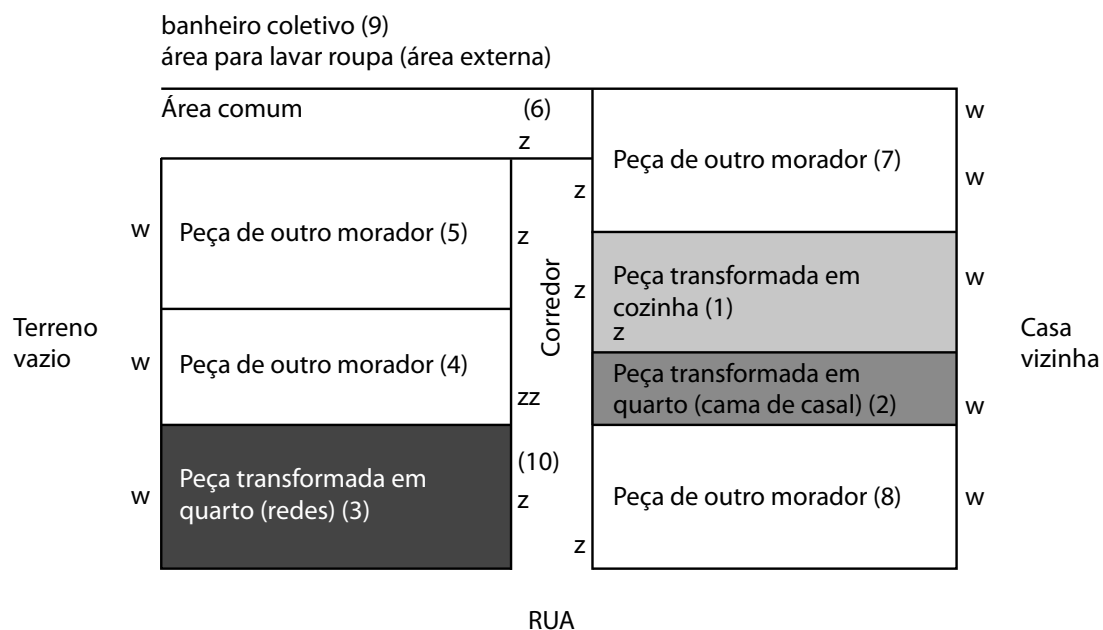
21 Conversamos mais demoradamente com o Sr. Sebastião, que tentou brevemente contar um pouco da sua história, ressaltando que, desde a saída do Rio Grande do Sul, havia passado pelo garimpo e, ao se aposentar por idade como “trabalhador rural”, teve que complementar sua renda com o aluguel de algumas quitinetes construídas em seu próprio terreno. O Sr. Sebastião havia passado pelo garimpo no Pará em 1986. Em seguida veio para cá [Cidade do Eixo], e conta que no final dos anos 1970 e 1980 vieram todos os que hoje são considerados “ricos” na cidade. Ele conta que a família do atual prefeito era da mesma região do Sul que ele, ou “do mesmo tronco antigo”, nas palavras dele. Também citou o ex-prefeito como o responsável por “criar” tudo o que hoje se vê na cidade.

do seu terreno algumas quitinetes, ele vendeu outra área do terreno para uma família cujo chefe é maranhense e sua esposa goiana. Todos os moradores das quitinetes são maranhenses solteiros que trabalham na área de construção civil. D. Carlota explica que possui quatro peças para alugar, e cada família ou indivíduo pode alugar quantas peças quiser. Cada peça é uma quitinete. Ao mesmo tempo, o termo “peça” se refere a cômodo. Ela explica, por exemplo, que uma de suas netas alugou uma quitinete de quatro peças no Jd. América: quarto, lavanderia, banheiro e cozinha. A peça é um cômodo sem definição prévia do tipo de atividade a que está destinado.

A maioria dos trabalhadores recém-chegados do Maranhão vem com algum dinheiro para passar os primeiros dias em algum hotel, até que arranjam um emprego. Se houver demora na obtenção do trabalho, para além do esperado, aproximadamente uma semana, uma quitinete é alugada do “lado de lá” da cidade.²² Um croqui do local pode mostrar como era o espaço dividido por quatro amigos que deixaram o Maranhão juntos rumo ao Mato Grosso:

22 Um grupo de quatro amigos maranhenses que recentemente havia saído do hotel, em virtude da demora no período de contratação estabelecido por uma algodoeira, em outra cidade – uma semana a mais além da que eles já estavam no hotel –, optaram por alugar um espaço para morar: uma quitinete. Após uma decepção no ramo da construção civil, os amigos tiveram que procurar outro emprego e mudar de residência. O grupo de maranhenses, que havia recentemente saído da construção em busca de outro trabalho, havia ido até o escritório da empresa para exigir do responsável a devolução das carteiras de trabalho, após já terem “dado baixa” havia mais de uma semana, nos termos deles. Na imensa fila próxima ao escritório da empresa havia uma porção de pessoas que aguardavam a contratação, além de um número expressivo de trabalhadores reivindicando a carteira que, segundo a maioria, “estava presa”. Com a demora na entrega, não se podia arrumar outro emprego ou retornar ao Maranhão. Isso se tornava um grande problema para os trabalhadores que não tinham onde ficar, pois estavam na iminência de se tornarem “rodados”. Os trabalhadores ficavam tensos e discussões eram travadas no escritório. Aqueles que viam a situação dos recém-demitidos acabavam desistindo da fila de contratação, como foi possível observar algumas vezes.

Figura 1 | Croqui de quitinete na Cidade do Eixo

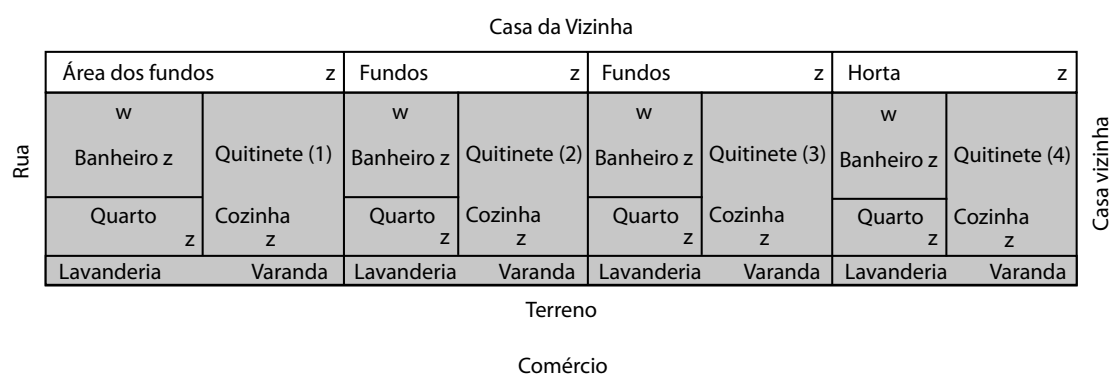


As partes numeradas por um, dois e três representam as áreas alugadas pelos rapazes, as outras áreas são as peças pertencentes a outros moradores. Observa-se que a área alugada não era contínua, pois as outras peças já estavam alugadas, e menos ainda com tamanhos de construção regulares. O chão era de terra batida e as paredes sem reboco. O corredor e todas as áreas comuns, tais como banheiro e área para lavar roupas, eram igualmente de chão de terra. Todas as portas (indicadas pela letra “z” no croqui) eram voltadas para o corredor interno, e não havia uma porta que separasse o corredor central da rua. Havia buracos nas paredes e as janelas (indicadas pela letra “w”) eram fechadas com tábuas de madeira. O quarto de número dois, por exemplo, era minúsculo, do exato tamanho de uma cama de casal, e no quarto número três cabiam apenas as três redes dos meninos. Na cozinha havia um fogão pequeno e um armário, restando boa parte do espaço sem móveis. Nesse caso, quitinete é o nome da área total e cada morador ou família pode alugar quantas peças quiser ou estiver à disposição, fazendo das peças o tipo de cômodo que preferir, como no caso da neta de D. Carlota, que alugou várias peças em uma quitinete.

Dentre as peças alugadas havia uma comunicação (porta) entre a área de número um e a de número dois, embora não houvesse entre a

área três e a peça vizinha (quatro). Todas as portas, exceto quando havia comunicação interna entre uma peça e outra, eram voltadas para esse corredor que ligava a rua à área dos fundos. Outras quitinetes tinham uma configuração distinta. Em outra cidade próxima, por exemplo, havia uma quitinete com três peças. Conforme observado, havia um quarto, banheiro e sala/cozinha (sem contar a lavanderia e pequena varanda privativas). O modelo era o seguinte:

Figura 2 | Croqui da quitinete de uma cidade vizinha



A quitinete (espaço de três peças) era alugada por R\$ 600,00 reais mensais com água e energia inclusos no valor. Pertencia a um fazendeiro da região, segundo nos contou a inquilina da casa, uma maranhense que estava de partida para a região natal depois de sobreviver como costureira por cinco anos na cidade.²³

Um fator fundamental para a compreensão do aluguel dessas peças ou do tempo de estada nos hotéis é o número de trabalhadores que formam o “grupo”. Na viagem realizada ao Maranhão durante a pesquisa de campo e, especialmente no retorno ao Mato Grosso, foi observado que havia uma configuração distinta entre o momento do retorno ao Maranhão por parte desses trabalhadores e a chegada ao Mato Grosso. A vinda para o Mato Grosso é quase sempre coletiva, com

23 Como o cunhado e a irmã haviam retornado e ela não queria ficar sozinha, decidiu voltar também. Embora os negócios estivessem caminhando bem, ela não queria ficar mais sozinha na cidade. Sua quitinete era a de número quatro, segundo o croqui acima. Atrás da quitinete ela plantava algumas hortaliças. No terreno coletivo frontal, as mulheres estendiam suas roupas para secarem ao ar livre.

grupos que variam de duas a quatro pessoas, que em geral cresceram juntos em uma mesma “comunidade” ou “povoado”, como costumam se referir aos locais no “interior”, um pouco mais distantes da cidade. No Maranhão o termo “comunidade” se refere a um agrupamento de famílias que vivem em uma terra coletiva com roçados e casas particulares. São agrupamentos com casas de pau a pique ou de tijolo, com ruas de terra e espaços coletivos de realização de festas e reuniões.

A vinda de forma individual ocorre em alguns casos específicos: entre aqueles que já realizaram a viagem em algum momento, e, sendo assim, já estão por dentro das estratégias para a obtenção de um emprego tido como certo; ou entre alguns que têm um emprego como peão fixo de fazenda. No primeiro caso, quando o emprego não é fixo, o trabalho é garantido por um irmão, vizinho ou outro parente que o espera no Mato Grosso e que mandou uma “mensagem” para que os outros viessem ao seu encontro a mando de algum patrão que precisa recrutar trabalhadores. O comum é encontrar grupos de quatro pessoas que vêm por indicação de algum “conhecido” que já está trabalhando no Mato Grosso há algum tempo, e que já tem alguma experiência em idas e vindas anuais, ou é trabalhador “fixo” de alguma fazenda.

“Conhecido” se refere a alguém que se encontrou em alguma viagem, alguém que mora em alguma comunidade vizinha ou com quem se trocou alguma informação nos locais de trabalho mato-grossenses, enfim, o “conhecido”, pode-se dizer, é uma categoria nativa para designar em geral os que não são parentes, com os quais se tem uma relação distante. De modo geral não se sabe muito a respeito da vida familiar ou da trajetória pessoal dos “conhecidos”. Trata-se do sujeito que se encontrou, vez ou outra, em contextos específicos e não programados, é o encontro quase fruto do acaso.

Quando os trabalhadores chegam ao Mato Grosso costumam procurar um hotel e o quarto é dividido entre o grupo, que inclui parentes, vizinhos de “comunidade” no Maranhão e, em menor grau, “conhecidos”. Nos casos em que a espera para arranjar um trabalho ultrapassa as expectativas, procura-se um local mais barato: hotéis localizados do “outro lado da BR-163”, e que, quase sempre, são também bordéis, ou peças, quitinetes, cujo valor do aluguel é dividido entre o grupo. A sepa-

ração dos componentes pode ocorrer: quando não há vagas disponíveis na mesma empresa ou fazenda para todos os membros; quando um deles decide retornar ao Maranhão sozinho, especialmente em virtude de acidentes ou saudades da família; ou, ainda, quando um componente do grupo é demitido ou pede demissão.

Andam pelas ruas em grupo à procura de emprego e, na maioria dos casos, quando um deles arranja trabalho, os outros também são contratados. O mais comum é se observar grupos circulando de escritório em escritório à procura de informações sobre trabalho. Tal circulação pelas ruas no centro da cidade, onde se localiza a maior parte dos escritórios das fazendas e empresas, provoca certo incômodo entre os moradores e comerciantes locais.

É nesse contexto que a imagem de “rodado” se constrói. O desembarque de um grande número de homens, em sua maioria, na rodoviária da Cidade do Eixo em períodos de safra é uma imagem que faz parte do que se denomina como “rodado”, compreendido como um indivíduo, solitário, que deixa o Nordeste, mais especificamente o Maranhão, em busca de trabalho para sustentar sua família, que sofre todo o tipo de privações, “não tem o que comer”. Tais indivíduos chegam às cidades e ficam vagando pelas ruas, dormindo em vias públicas, pedindo comida, dinheiro; enfim, são quase mendigos. Não têm onde dormir, o que comer, ou a quem recorrer.

Quando há pessoas na rua, nos postos de gasolina ou rodoviária, ou, ainda, pedindo nos espaços públicos, a responsável pela casa de passagem é chamada para recolhê-los e conduzi-los à casa, um espaço localizado na parte industrial de uma cidade vizinha à Cidade do Eixo, igualmente cortada pela BR-163. A responsável conta que recentemente a dona de um restaurante na cidade telefonou para que ela fizesse algo em relação a dois sujeitos que estavam babando e dormindo nas mesas de refeição do restaurante. A dona do restaurante ligou para a responsável pela casa, mas os homens que estavam dormindo disseram que não iam para a casa e que o fato de estarem lá, fazendo o que quer que fosse, não era problema dela.

Quando chegam à cidade, alguns perguntam onde se localiza o albergue, modo como se referem à casa de passagem. Trata-se de um

local para pessoas que vêm de outras cidades e não têm onde ficar, especialmente nordestinos. A coordenadora ou responsável controla a entrada e saída de pessoas a partir da elaboração de fichas com informações sobre origem, idade e gênero.²⁴ A maioria deles é homem, na idade entre 19 e 32 anos, que não traz a família consigo, é maranhense, vem sem documentos e “rodado”, só com a roupa do corpo, esclarece ela: “eles ficam na rodoviária ou na rua” até serem conduzidos à casa (pela polícia, por algum morador, ou por ela mesma), ou virem por conta própria até a casa. Ou, ainda, deixam a rodoviária ao arranjam um emprego, sem passarem pela casa.

Uma das questões mais controversas em relação à casa de passagem recai sobre as regras ou condições para que uma pessoa ou família se estabeleça no local e na imagem que a casa tem na cidade. Segundo a coordenadora, quem se hospeda “tem que seguir normas e eles não sabem o que é uma norma. E nós cobramos isso deles”. Norma é entendida basicamente como respeito aos horários estipulados pela casa: deve-se acordar cedo, às 5h, tomar café da manhã, sair para procurar emprego, podendo retornar apenas para fazer as refeições e para dormir. O portão fecha às 18h, horário a partir do qual ninguém mais pode entrar na casa. Segundo a coordenadora, sua imagem é a de uma pessoa “mandona” em virtude de tais imposições. Se o hóspede, por exemplo, chegar às 18h30 e o portão estiver fechado, ele não poderá entrar mais para dormir ou jantar. Entre outras regras estão: não entrar alcoolizado ou drogado; não permanecer no alojamento durante o dia, dormindo ou sem fazer nada, e não passar mais de três ou cinco dias no espaço. O

24 Desde que a atual responsável está administrando a casa, não apenas o número de doações aumentou, mas também o número de hóspedes e de refeições servidas na casa. Nas planilhas que possui, o ano de 2005 foi um dos mais movimentados desde a fundação, em 2001. O número de refeições por vezes é maior que o número de hóspedes porque muitos não dormem na casa, apenas comem. Por exemplo, no mês de setembro do ano passado foram servidas 3.145 refeições (café, almoço e jantar) e houve 103 hospedagens no mês. Em dezembro e janeiro o movimento já foi mais fraco. O mês de setembro corresponde ao início da plantação da safra de soja, enquanto nos meses de dezembro e janeiro há espera para a colheita em fevereiro e março. Na semana em que se realizou a entrevista (segunda semana de maio de 2007), por exemplo, veio gente do Piauí, Alagoas e Pará, e poucos maranhenses.

retorno só será admitido após seis meses e, caso não arranje emprego no período de uma semana, o sujeito é enviado para uma cidade vizinha, já que os custos para mandá-lo de volta para o Maranhão ou outro estado seriam grandes.

Se a pessoa quiser ficar por mais tempo deve ajudar nos serviços cotidianos. Alguns trabalhadores hospedados no “hotel dos maranhenses” que tiveram passagem pela casa confirmaram que é possível permanecer no local se o sujeito prestar serviço gratuito para a igreja ou para uma empresa de limpeza de fossa. O que é considerado motivo de revolta, já que seria, para eles, uma espécie de “trabalho escravo”, com vistas a garantir um teto e alimento. Aliás, o auxílio às tarefas da casa, que não possui funcionários, além da própria coordenadora, é também, segundo ela, motivo para que muitos saiam falando mal do lugar, dizendo “eu só trabalhei aqui...”.

A casa de passagem é o espaço mais associado à imagem do peão “rodado”, mas não apenas neste local se encontrariam supostamente os “rodados”. O termo é empregado como característica de todo trabalhador nordestino/maranhense. Como se fosse uma condição permanente de chegada ao Mato Grosso.

1.1 | CONTROVÉRSIAS E RELAÇÕES: O SENTIDO DO TERMO “RODADO” E “MARANHENSE”

O crescimento das cidades que se localizam às margens da BR-163 constitui razão de preocupação para autoridades locais e é tema das organizações e instituições que discutem os problemas relativos às melhorias na rodovia. O medo da desorganização e da violência parece estar correlacionado à ideia de que, com a “modernização” e o “desenvolvimento”, uma “massa” de pessoas inunde as cidades. Poder-se-ia dizer, nesse sentido, que o termo “rodado” tenha aparecido quase simultaneamente, e de forma sinonímica, à categoria “maranhense”, como expressão de tais preocupações provenientes de um grupo de pessoas que se poderia definir, nos termos de Norbert Elias, como “os estabelecidos”.

O termo “maranhense” se referiria à posição de *outsiders*, embora haja muitos paranaenses, gaúchos e sulistas em geral morando nos

bairros considerados “do lado de lá”. Maranhense é, portanto, muito mais uma categoria nativa, e que envolve indivíduos e grupos dotados de certas características, do que propriamente um lugar de origem.²⁵ Nesse sentido, o termo “maranhense” engloba a categoria “rodado”, de modo que todo “rodado” é “maranhense”, mas nem todo “maranhense” é “rodado”.

“Estabelecidos” seriam os sulistas, em especial os “gaúchos”, principalmente algumas famílias identificadas, por qualquer morador, como “pioneiras”. Os “pioneiros” são identificados inclusive pelos nordestinos e “cuiabanos”,²⁶ que muitas vezes já se apropriaram do discurso dominante.²⁷ Um conjunto de entrevistas com alguns gerentes de fazendas, responsáveis pela contratação nos escritórios, ou, ainda, de pessoas que convivem com os trabalhadores, pode ser esclarecedora sobre a visão que se tem a respeito desses homens que desembarcam à procura de emprego no Mato Grosso.

Em uma ocasião, em visita ao centro de assistência social, um dos responsáveis pelo contato com as famílias atendidas pelo centro nos relatou que há um aumento do número de “maranhenses” desde 2005, que se intensificou em 2007 e início de 2008. Ele diz que neste último período o número de pessoas quase dobrou. Os principais empregos são

25 Embora a maioria dos que residem em tais bairros seja considerada maranhense, o estado natal dos moradores não é tão relevante para a análise.

26 Como são denominados os mato-grossenses.

27 Embora no trabalho de Elias os “estabelecidos” se distingam dos “*outsiders*” por uma precedência do tempo de chegada de uns em relação à chegada posterior de outros, um princípio de antiguidade, sem mais critérios de distinção (como cor, classe social, escolaridade, emprego etc.) *a priori* fica claro que a apropriação que por ora se faz destes termos empregados por Elias é apenas uma caracterização que, embora apresente no nível discursivo uma diferença de estabelecimento local temporal, outras distinções precedem esta relação em virtude do que se observou na Cidade do Eixo. A relação no caso estudado envolve outros fatores de distinção para além do tempo de chegada a um determinado local, embora se reproduza uma relação de poder entre os grupos, como também destacou Elias.

como “secretárias do lar”, “operários” em empresas, e empregados da construção civil e no setor avícola.²⁸

Segundo um dos responsáveis, a prefeitura construiu mais de duas mil e quinhentas casas de 2005 a 2008. Alguns têm que pagar um mês de aluguel adiantado e ficam sem recursos para se alimentar até que consigam um emprego. De acordo com um dos responsáveis que atende as pessoas, há empresas que anunciam, no Nordeste, emprego para trabalhar no Mato Grosso. Empresas, caracterizadas por ele como clandestinas, enviam um ônibus para o Nordeste para trazer as pessoas e, como em um “formigueiro”, a massa de pessoas que desembarca na entrada da cidade some em instantes, ninguém fica vagando. Ou as pessoas vão para trabalhos já encaminhados “para mão de obra pesada”, ou para casas de outras famílias. Há casas com até quinze famílias residindo juntas.

As famílias, segundo informações deste centro, ficam em média quatro ou cinco meses e retornam para as cidades de origem no Maranhão. A ideia é de que quarenta por cento destas famílias retornam: “Os que permanecem na cidade no período em que não há safra, trabalham na construção civil. Apenas os que não conseguem nada na cidade é que retornam para o Maranhão”.

O gerente responsável pela contratação de trabalhadores de uma empresa de comercialização de soja local diz que os “trabalhadores braçais” contratados por ele são maranhenses. São descritos como indivíduos que viriam “sem condição nenhuma, em busca de trabalho na roça, na fazenda, ou no armazém” e comenta: “ouvi dizer que havia trinta e sete pessoas morando em dois quartos”. Ele julga que tal movimento de pessoas se deve à “propaganda”, à divulgação na mídia, a uma exposição sem controle.

O gerente, durante a entrevista, aponta para a porta do escritório e diz “*veja aí*”: os maranhenses andam em grupos, de chinelo, bermudão e camiseta, comenta o gerente diante de um grupo que estava pas-

28 Um dos responsáveis pela assistência social nos disse que “não está na cultura dos maranhenses suportar o frio dos frigoríficos” e, mesmo se “capacitados”, eles teriam problemas em razão da sua cultura.

sando em frente ao escritório da fazenda que se localiza na cidade, no município vizinho à Cidade do Eixo. Pela porta de vidro, que separa a calçada do espaço interno do escritório, é possível ter uma visibilidade da rua, sem que os passantes vejam o interior do local. “Todos os dias é assim...”, acrescenta: “os grupos vão entrando nos escritórios da cidade e perguntando sobre vagas para trabalhar”.

“Ao descer do ônibus clandestino”,²⁹ eles ficariam “vagando pela cidade, andando com a mala, o violão e no ‘risco””. Sobre o termo “no risco”, já ouvido em outras entrevistas, o gerente explica que significa “tentando a sorte”. Quando não tem “sorte” para arrumar um emprego em pouco tempo os homens acabam sendo conduzidos a um abrigo municipal e passam por uma triagem, na casa de passagem, citada anteriormente.

Um dos problemas apontados pelo gerente, e que se reproduz em outra preocupação futura para o município, é a de que tais indivíduos, que vêm sozinhos, são em sua maioria “homens que precisam de mulheres”. Tal fator poderia desencadear na cidade um sério problema de prostituição, que já estaria no rol de preocupações locais. O gerente comenta: “imagine esses homens pegando mulher no meio da rua, ou então vai surgir um monte de quartinho no fundo de algumas casas por toda a cidade”.

Ele acrescenta que, esses homens, “estando longe da família, dos amigos, dos filhos, das mães, bebendo e sozinhos, geram muita confusão, há muita violência entre eles”, e isso pode ser visto, segundo o gerente, na construção do projeto de suinocultura que o proprietário para o qual trabalha está levantando na fazenda Muçambinho: são trezentos homens vivendo em um acampamento e trabalhando na construção.

A gerente responsável pela fazenda acrescenta que há muita briga em virtude da bebida, pois, embora proibida, é de difícil controle no meio do mato e, especialmente, à noite: “não tem como fiscalizar”. O

29 Nos primeiros dias de campo havia uma suposição de que os trabalhadores viriam do Maranhão para o Mato Grosso em um ônibus clandestino cuja origem era desconhecida. Tal ônibus despejaria os trabalhadores na entrada da cidade e seguiria viagem.

gerente destaca também que esses trabalhadores vêm sem conhecer ninguém, e que, mesmo quando têm folga, muitos preferem não deixar a fazenda e vir para a cidade, visto como um local onde apenas se gasta tudo o que ganhou com bebida e mulher. A “distância da família” e “pouco ganho financeiro” são fatores que “teriam um impacto sobre o comportamento deles”.

Esses homens viriam primeiramente sozinhos e, conforme o gerente, só trariam suas famílias depois de estabilizados. Outro fator apontado pelo responsável pela contratação é que uma prática no processo seletivo desses trabalhadores é a consulta à ficha criminal, que, segundo ele, é sempre necessária e revela surpresas.

Em uma conversa com a responsável pela contratação de trabalhadores da fazenda São Carlos, ela reforça elementos enunciados pelo gerente da empresa de comercialização de soja, e adiciona outras características. Um dos problemas que ela destaca no processo de contratação é a exigência da ficha de antecedentes criminais. Na São Carlos não é preciso apresentar documentação que comprove, e, muitas vezes, “só se descobre que alguém cometeu algum crime quando a polícia chega na fazenda”. O problema, de acordo com a responsável, é que há muita mão de obra “nessas condições”, e acrescenta: “Por lei você pode pedir, mas tem que ir até o fórum, pagar uma taxa, e esperar por três dias, e na realidade dá até dó, porque as pessoas quando vêm do Maranhão vêm passando fome. Então... como você vai exigir? Teria que pagar e esperar, ficar na cidade por mais três dias. É inviável”. Ela acrescenta que, de dez trabalhadores, pelo menos um está nesta condição “ilegal”, mas que a maioria dos trabalhadores que formam as equipes são sempre os mesmos. Trata-se, diz ela, “de um pessoal muito humilde, não tem telefone, são aqueles povoados...”.

Para além da imagem que se faz do trabalhador como “rodado”, há posições de incompreensão em relação ao ir e vir dos maranhenses na região. José, professor e filho de uma família de mineiros que reside em um bairro pobre da Cidade do Eixo, comenta, em resposta a uma pergunta sobre a formação da cidade, que na região “fizeram de modo a desenvolver a cidade para que ninguém mais crescesse”, referindo-se às primeiras famílias do Sul que chegaram à região, e “esses maranhenses

apenas enriquecem empresa de ônibus, não sei o que esse povo vem fazer aqui!”. Tal incompreensão no que se refere ao movimento desses trabalhadores para o Mato Grosso, especialmente em relação à suposta ausência de cálculo econômico, é compartilhada por um dos integrantes do sindicato dos trabalhadores rurais de um município vizinho à Cidade do Eixo, um sulista, que de forma espontânea diz “não sei o que esses maranhenses vêm fazer aqui, mas gostaria muito de saber...”³⁰.

Uma situação, logo nos primeiros dias de campo, pode ser considerada emblemática da visão que se tem, de modo generalizado, sobre este contingente de homens “rodados”. Dentro do ônibus que faz o transporte intermunicipal, um rapaz de 18 anos (trabalhador de uma *trade*) que entrou no ônibus na cidade na qual trabalhava e tinha como destino o município onde residem seus pais, iniciou uma conversa comigo. Ele contou que “de uns tempos pra cá” vem chegando muito maranhense por causa da instalação de uma empresa de alimentos e da futura sede de uma outra empresa do mesmo ramo; além disso, eles “descem” pela oferta de emprego nas *trades*. Em um município mais ao norte, que se destacava até recentemente por uma intensa atividade madeireira, os maranhenses podem ser encontrados em grande número, trabalhando em um frigorífico na entrada da cidade, ou nas imediações do mercado central. Ele relatou que os maranhenses chegam à cidade e ficam circulando, “rodados”, uma expressão a que ele atribui o significado de “tentando a sorte”. A maioria pode ser encontrada na rodoviária todos os dias e são identificados em virtude de algumas características, “são baixos” e de “cabeça meio chata e grande”. Também são descritos como portadores de uma pele mais escura, de um modo de falar “enrolado” e pelo fato de serem “papudos” (falam demais). Os

30 Em uma visita ao sindicato dos trabalhadores de uma cidade vizinha à Cidade do Eixo tinha-se como expectativa obter informações sobre os trabalhadores locais, suas origens, situação de trabalho, onde residiam, principais reivindicações; enfim, informações mais gerais sobre as pessoas que o sindicato representava e com as quais atuava. Logo de início é possível perceber que o foco de trabalho do sindicato era mais ao norte do estado, local onde as questões socioambientais e a construção de projetos configuram o escopo de interesse da organização.

“gaúchos”, por sua vez, são vistos como “gente boa, não tem nenhum gaúcho pobre”.³¹

Um antigo “gato” (encarregado de trazer trabalhadores para uma temporada de trabalho) da fazenda São Carlos esclarece que há discriminação por parte dos “gaúchos” em relação aos “maranhenses”. Os “gaúchos”, diz ele, pensam “... que os maranhenses chegam rodados, desempregados. Às vezes [o gaúcho] nega um prato de comida. Às vezes o cara [o maranhense] tá no meio da estrada, chovendo, não dá carona. [O gaúcho] tem medo, não precisa ter medo”. A relação já foi descrita como mais difícil no passado, e compara:

Hoje tenho uma sobrinha da cor dele [maranhense que ele apontou durante a entrevista] que é casada com gente do Sul. Mas pra misturar deu trabalho. Nós não tinha aquele ponto de vista de chegar na frente, né... a riqueza que nós tem aqui no Mato Grosso, né? Abrir cerrado, plantar, montar serraria, ampliar pasto e criar gado... Meu avô, meu pai, tinha a ideia de que tudo tava bom lá. Aí o pessoal do Sul chegou fazendo pressão, né... latifundiário, digamos assim, né? Nós não entendia de trato: pra comprá um trator deus me livre, tinha que ser, né? E eles chegaram com dez, doze trator, né... e foi invadindo nosso espaço, né, invadindo. Às vezes nós nascido, criado ali... tinha que sair despejado, de qualquer jeito. E o cuiabano é muito tradicional, né? Não tem problema. E acabamos perdendo as terra... E hoje tá bem mais... O pessoal, na época, pega lá os cuiabano, cuiabano não sabe de nada, cuiabano não sei o quê. Hoje os maranhense são no nosso lugar. Os cara tão no nosso estado

31 A oposição entre gaúchos e maranhenses surgiu porque perguntei ao rapaz, de origem paranaense, quem eram os moradores da cidade, se eram nativos ou se vinham de outras cidades. Em um primeiro momento ele disse que “eram tudo gaúcho”. Logo em seguida disse que tinham também os maranhenses, referindo-se ao pessoal que trabalha com ele na trade e outra empresa de alimentos. Basicamente se distinguem as pessoas pela pele, pelo jeito de falar e pela situação financeira.

e... a gente trabalhando de peão pra eles... e ainda não sabe nada (...) Hoje até o governador é gaúcho.

O termo “cuiabano” se refere à população que se encontrava na região antes da chegada dos “gaúchos”. Um comerciante de peças agrícolas da região e membro de uma família de grandes proprietários explica que, na época em que os gaúchos chegaram, o Mato Grosso era “boteco e mandioca”, reforçando uma ideia já exposta em outras entrevistas. Os cuiabanos trocavam terras por botecos, diz ele. Esta é uma visão que apareceu de forma generalizada para qualificar o “não gaúcho”, sejam nordestinos ou mato-grossenses. Os maranhenses, como os cuiabanos de outrora, “não gostam de trabalhar na terra” – explicação baseada mais em uma questão de falta de vontade do que de habilidade, de falta de esforço pessoal – “preferem um trabalho mais fácil”, e completa: “foram os gaúchos que meteram a cara, desmatando e plantando”. Segundo um antigo posseiro, os “cuiabanos” não queriam as terras que estavam sendo ocupadas ao norte “nem de graça”, e diziam que os “gaúchos” eram uns coitados que iriam passar fome no cerrado: “para eles essa terra não valia nada, eles não conheciam tecnologia, adubo, nada”, explica.

Uma posição diversa é adotada pelo dono do “hotel dos maranhenses”, que recebe os recém-chegados todos os dias. Ele acrescenta outros elementos que complexificam a imagem do indivíduo desprovido de cálculo e solitário. Em primeiro lugar, ele não diferencia sulistas e maranhenses no que se refere à condição de ambos serem “peão”: “peão é a imagem do cão, não tem peão que preste, porque todo mundo que presta monta algo, não fica a vida inteira trabalhando pra outro. Você vai montar uma lojinha, todo o cara que trabalha ciente de que quer fazer algo na vida ele não quer ser peão. Eu, já faz 35 anos que não sou peão. Tenho 55 anos. Era funcionário no Sul, e peão e funcionário é uma bosta só”.

O que os diferencia, na verdade, é a capacidade de deixar de sê-lo. Para o proprietário do hotel, o peão que vem todos os anos, durante muito tempo, como é o caso de Oscarlito (gaúcho e operador de máquina), não é bom, porque “todo peão que é bom logo monta uma borracharia, compra o carrinho dele, monta uma casinha, deixa de

ser peão e passa a ser senhor de si”. E, segundo ele, a maioria que vem para o Mato Grosso, se trabalhar bem, consegue deixar de ser peão, mas ressalta: “tem peão que é só braçal mesmo, esse não vai pra frente, mas quando sabe colher, sabe plantar, é um peão que ganha mil e quinhentos contos por mês, ou setecentos na carteira mais quinhentos sacos de soja, a R\$ 30,00 reais, faz as contas! Esse não é peão, e logo logo fica dono de si”. E completa: “o peão é um ser humano sem experiência na vida”.

Esse peão que colhe, planta, que “cresce” e deixa de ser peão é uma referência ao peão sulista, e, embora ele admita que haja casos em que pessoas provenientes de outros lugares do Brasil possam crescer, há também uma concepção de que em tais casos trata-se de uma exceção, de alguém com muita força de vontade, de caráter extraordinário. Os peões maranhenses, explica ele, chegam rodados, sem nada. O peão rodado é como as pessoas na rua em São Paulo, compara ele. Trata-se do peão que fica desempregado e não consegue nada, é “o último limite do peão”, e conclui: O peão rodado “é aquele que gasta tudo, tá rodado, desanimado, não se interessa por nada, não guarda nada a não ser a roupinha e o celular, porque, se o peão trabalha direitinho, logo fica sócio do cara”.

O peão sulista acrescenta: “tem a cabeça mais no lugar, mexe com máquina, o pessoal do Sul, os gaúchos, em 60 dias de trabalho, já sabe costurar, já quer soldar, quer fazer tudo, fazer o sofá. O baiano demora cinco anos só pra aprender a costurar”.³² Para o dono do hotel tal diferença é em razão de uma facilidade do sulista (que ele define como os paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos) em aprender: “a massa cinzenta é mais forte (...) vi uma vez na televisão falarem que baiano toca berimbau porque só tem uma corda, e é verdade, se tiver mais de uma não toca, até falam mais cansado. Baiano inteligente só tem um: Jorge Amado”.

Contrariando as características atribuídas predominantemente aos maranhenses, uma situação observada no hotel em relação a Oscar-

32 O exemplo é retirado de uma experiência do proprietário do hotel na área de tapeçaria.

lito, peão gaúcho, é particularmente interessante. Certo dia, Oscarlito (antigo cliente do hotel), “peão” em uma fazenda da região, estava hospedado no hotel há quase uma semana à espera do gerente da fazenda para conduzi-lo ao trabalho em uma propriedade da região. Todos os dias ele saía para beber do outro lado da BR-163, onde encontrava com seu primo, que possuía uma grande oficina, além de alguns amigos que já haviam trabalhado com ele. Em um domingo, o gerente da fazenda passou para pegá-lo no hotel no horário que ele e o “peão” haviam combinado, mas o sujeito não estava. O gerente, meio irritado e com pressa, disse ao dono do hotel que voltava depois. Retornou após uns quarenta minutos, aproximadamente, e Oscarlito ainda não estava no hotel. O gerente saiu mais uma vez, retornando mais tarde, quase uma hora depois. Foi por duas vezes ao hotel e Oscarlito não estava. O proprietário do hotel ficou muito irritado e, sentindo-se responsável pelo peão, disse que, se o sujeito não tinha palavra, ele tinha, e saiu à “caça” do camarada do outro lado da cidade. Enquanto isso o gerente da fazenda ficou irritadíssimo e dizia: “estou de saco cheio desse cara, é sempre isso, agora vou levar ele bêbado e nem vai poder trabalhar, vai cair de uma máquina daquelas”.³³

Os peões que ficavam no hotel não são considerados “rodados” pelo proprietário, isso porque esses teriam uma referência, um lugar para ficar. Em uma perspectiva diferente, a dona de uma agência de transporte na cidade, figura muito controversa nos discursos dos habitantes locais,³⁴ trabalhava diariamente com os maranhenses que desembarcavam semanalmente, considerados os “peões rodados”. De acordo

33 Quando o proprietário do hotel retornou, perguntei a ele porque havia ido atrás do Oscarlito. Ele disse que esse tipo de situação é muito comum e que faz isso, pois “fica com dó, porque a empresa fica nervosa e depois não pega mais ele”. O dono acrescenta que, se a empresa não aceita mais o funcionário, tal situação é ruim tanto para o peão quanto para ele, que ficará sem receber. Oscarlito, por exemplo, deve todos os dias em que ficou no hotel nessa semana e, caso o gerente desistisse de levá-lo para a fazenda, não teria como receber, já que o hotel é pago pelo peão quando ele já está trabalhando.

34 As pessoas com as quais conversava na cidade, seja para entrevistar ou no convívio com a vizinhança, tinham opiniões muito distintas a respeito dela. Por um lado, ela era vista como “agenciadora” de trabalhadores e sua rodoviária seria clandestina, por outro, era vista como uma mãe, uma pessoa que ajuda muito os maranhenses que desembar-

com a dona da agência, o ônibus não é clandestino, como afirmam alguns, trata-se de um “ônibus turístico”.³⁵

A ideia é que o ônibus seja denominado como “turístico” porque os trabalhadores teriam que sair com registro em carteira e com os exames admissionais realizados lá no Maranhão, antes da partida, o que, segundo ela, seria uma prática impossível, pois implicaria em um vínculo prévio com as fazendas, o que não ocorre.

O movimento de homens é intenso na chamada “rodoviária clandestina”, especialmente nos dias de chegada dos ônibus que vêm do Maranhão. Há colchões no interior do estabelecimento que servem para o uso dos que chegam e não têm para onde ir. A proprietária ainda é responsável por guardar pertences dos homens, como malas, roupas, fotografias e dinheiro, especialmente para aqueles que saem pela rua à procura de emprego e esperam encontrar antes do anoitecer, já que não dispõem de dinheiro suficiente para se estabelecer em um hotel.

A dona da agência relata que sofreu muita perseguição da imprensa e, segundo ela, do ex-prefeito da cidade. Segundo sua percepção, as pessoas a perseguem porque ela seria acusada de trazer trabalhadores “rodados” do Maranhão, seria uma “agenciadora”. Ela, por sua vez, defende a posição de que não existem trabalhadores rodados porque todos vêm com alguma referência.

Ela afirma isso porque se diz conhecedora da “realidade dos peões”. Ela também é maranhense, mas veio em situação bem diversa dos peões atuais. Quando ela chegou à Cidade do Eixo, há nove anos (1999), ela conta que já havia maranhenses, mas estes vinham de uma região de garimpo,³⁶ mais ao norte do Mato Grosso. Não havia grande

cam na cidade – em geral essa é a opinião da maioria dos trabalhadores – e cujo negócio seria legalizado como “ônibus turístico”.

35 Bom lembrar que a referência ao ônibus como “clandestino” é também dos nordestinos. Quando estava na fazenda São Carlos e comentava sobre a minha viagem ao Maranhão, os trabalhadores me perguntavam se eu tinha ido pela empresa (de transporte) ou pelo clandestino.

36 A principal região citada são os garimpos do Peixoto (MT), local de onde muitos moradores maranhenses que possuem residência fixa urbana atualmente vieram, trazendo parentes nas mesmas condições descritas pela dona da agência.

circulação de maranhenses para Cidade do Eixo, como começou a ocorrer mais intensamente há cinco anos (mas desde 2000, aproximadamente, já havia um fluxo considerável). Ela mesma veio porque um irmão seu que trabalhava no garimpo³⁷ havia se estabelecido na região e, como ela precisava trabalhar, veio a convite do seu irmão. Chegou ao Mato Grosso com o marido e os filhos. Ela foi trabalhar em casa de família fazendo limpeza e o marido “na roça”. O único ônibus que fazia o trajeto era o da única empresa de transportes que faz o percurso até hoje. Na época, uma viagem durava em torno de quatro a cinco dias, hoje apenas três, em virtude da melhora das condições das estradas.

No ano de 2001, ela já trabalhava com o transporte de pessoas do Maranhão para Cidade do Eixo, e “o pessoal [de uma rede de televisão local], me denunciou dizendo que eu estava agenciando e eu nem sabia o que era isso na época, só cobrava a passagem para as pessoas viajarem, mas não arranjava emprego pra ninguém, não recrutava o pessoal”. Quando houve a denúncia a polícia rodoviária a orientou no sentido de regularizar a situação, e foi nessa ocasião que ela abriu uma prestadora de serviço e, seis meses depois, abriu a agência de turismo. Comenta que hoje a empresa é registrada e sua situação financeira melhorou, tem uma casa própria, mas na época morava de aluguel e até hoje “tem gente que pensa que a gente ganha muito”.

O “ônibus turístico/clandestino” é o principal meio de transporte dos maranhenses.³⁸ A maioria das pessoas, em geral homens, que

37 Com o fechamento dos garimpos no Pará no período Collor, 1992, e mais atualmente das madeiras, mais ao norte do Estado do Mato Grosso, “muitas pessoas teriam vindo à procura de emprego”, como reforça a dona da agência do “turístico”.

38 O mesmo ônibus é utilizado para fretamentos diferentes. O ônibus que sai de São Eleutério (MA), nome fictício de uma cidade maranhense localizada mais ao centro leste do estado, com destino ao Mato Grosso não é coordenado por ela, e os ganhos e gastos ficam por conta de uma outra responsável, que cuida do fretamento dos trabalhadores que partem do Maranhão sentido Mato Grosso. Para viajar basta agendar a passagem com oito dias de antecedência e o valor varia dependendo da época do ano, sendo mais caro quando o movimento é maior, no mês de novembro, quando muita gente vem para o trabalho nos campos de soja. O valor varia entre R\$ 150 a R\$ 200,00. Com a outra agência que faz concorrência com a dela, localizada na avenida principal do bairro, ela diz que tem pouco contato “são eles pra lá eu pra cá”. A responsável pelo

desembarcam no Mato Grosso “já vem orientado, já sabe onde vai, vinte minutos depois que o ônibus chega não tem mais ninguém”. A dona da agência explica que “rodado” fica o sujeito que “vem aventurar um serviço e tem que esperar de quinze dias a um mês, mas direta ou indiretamente todos têm uma indicação”.

1.2 | PEÃO RODADO

Desde a primeira vez que saiu do Maranhão, Felipe, morador de um bairro do “lado de lá”, veio no ônibus turístico. Conta que ficou “meio rodado” em virtude da separação com a primeira esposa. Ela foi com os filhos para Teresina (Estado do Piauí), viver na casa da família dela, e ele nunca mais viu os filhos. Quando chegou, foi trabalhar em uma madeireira e se instalou por quinze dias na casa do amigo. Logo que chegou já pensou em voltar ao Maranhão porque a saudade era grande, mas resistiu, e só retornou porque a mãe pediu que ele voltasse. Como a obra que ele estava fazendo no Mato Grosso havia acabado, decidiu ir embora para o Maranhão. No retorno conheceu Luiza, com quem está casado até hoje. Em companhia dela retornou ao Mato Grosso para trabalhar na área de construção civil, emprego que tem há três anos na empresa de engenharia, cujo proprietário é paranaense. Antes de começar a trabalhar nessa empresa, ele trabalhou para um “gringo” de Santa Catarina, caracterizado como um senhor de fala enrolada que só era visto no dia do pagamento. Trabalhou oito dias em sua fazenda para fazer o curral, antes de começar a trabalhar na empresa atual. Com a crise da soja, o prédio que começou a ser construído nunca foi terminado. “O soja é que manda”, explica Felipe. Assim ele retornou ao Maranhão novamente, por onde esteve nos últimos dois anos, antes dessa sua última, e recente, volta ao Mato Grosso.

transporte na cidade maranhense comenta que não deixa “peões rodados” (sem lugar para ficar) e prefere arcar com o prejuízo e conduzi-los de volta ao Maranhão. Há mães que inclusive pedem para que ela traga os filhos de volta, especialmente os que se envolvem com drogas, roubos e brigas, e oferecem o dinheiro da passagem.

A primeira vez veio por intermédio do amigo³⁹ que morava no mesmo povoado que ele no Maranhão. Foi este amigo que o indicou para o trabalho em uma madeireira. Felipe disse que voltou para o Maranhão recentemente porque tinha saudades da mãe, que já está muito velhinha. Embora esteja bem no emprego, pensa em retornar ao povoado para cuidar de seus negócios e ficar com a mãe. Ele tem 50 hectares de terra, dos quais quinze hectares não podem ser derrubados, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ele planta arroz, milho, feijão e mandioca, e cria algumas cabeças de gado como meeiro. O trabalho na lavoura é considerado “sacrificado”, pois se “pode perder tudo quando não chove, depois de um ano inteiro de trabalho”. Felipe vende a “carrada”⁴⁰ de arroz, equivalente a cem sacas, por sessenta reais.⁴¹ Veio para o Mato Grosso para “caçar uma melhora” e hoje tem um projeto para o seu gado, que é vendido para um frigorífico em outra cidade maranhense. Felipe comenta que, assim como ele, muitos vêm sem precisão, “não é sibite,⁴² digamos assim”.

Questões de ordem familiar, especialmente separações amorosas e divórcios, constituem a principal razão para que um homem “fique rodado”, mas não só. Problemas de saúde, brigas e até crimes constituem o escopo de problemas que levam um “peão” a ficar “rodado no trecho”. Durante suas andanças, André (29 anos, natural de Sergipe) se gaba de nunca ter ficado “rodado”: “Graças a Deus nunca fiquei rodado,

39 A primeira vez que o amigo saiu de casa foi para trabalhar em um garimpo em Peixoto de Azevedo (MT), mas depois, segundo Felipe, ele ficou com “saudades do torrão” no Maranhão, e retornou.

40 Carrada significa o conteúdo de um carro, conforme explica o interlocutor.

41 Na semana seguinte a nossa conversa Felipe retorna ao Maranhão para “receber um gado”, a parte que lhe cabe como meeiro. Comenta que não sabe se volta para o Mato Grosso porque sua mãe não quer. Toda vez que liga para a mãe, de quinze em quinze dias, ela diz que acha que ele não vai retornar mais para o Maranhão. Felipe vai para o Maranhão com o ônibus turístico, ou clandestino, bem mais barato que o regular.

42 Ele usa a expressão “sibite” como uma referência a um pássaro encontrado no sertão, que segundo o interlocutor é famoso por ser magrinho, raquítico. Quando uma pessoa está nessas condições é chamada “sibite”.

toda a vida sempre andei um pouco prevenido”. Rodado é aquele que não tem trabalho, não tem dinheiro, não tem o que comer ou onde dormir, explica André, “já cansei de pagar hotel e comida pra cara rodado no trecho... pra falar a verdade tenho dó... tem muito colega nosso do Maranhão, que saiu assim, na vida...”.

A trajetória de Severino, que está hospedado na casa de passagem, é emblemática da situação do “peão rodado”. Aos 34 anos, nascido em Alagoas, chegou à Cidade do Eixo como vendedor de sachês. Residia em um dos hotéis da cidade, ponto de parada de muitos “peões”, próximo à rodoviária. Severino saiu de casa pela primeira vez aos 18 anos, rumo ao Mato Grosso. Sua mãe faleceu quando ele estava há dois anos na região e, desde então, nunca mais sentiu vontade de voltar para a terra natal, “mãe da gente é tudo”, lamentou. Não queria retornar porque tinha a certeza de que, por onde olhasse na cidade natal recordaria da mãe e do tempo vivido lá, “é muito triste”, comenta. Em Alagoas a família trabalhava em uma usina de cana-de-açúcar, no corte de cana. Não tem notícia dos oito irmãos que trabalhavam com ele, apenas sabe que dois estão no Pará, trabalhando como ajudante de pedreiro. O restante ele acha que continua em Alagoas.

Até os 18 anos era cortador de cana, considerava o trabalho duro, judiado e as dificuldades eram muitas. Trabalhava e mal conseguia dinheiro suficiente para se alimentar, ele diz: “conhece boia-fria?”. Quando estava ainda em Alagoas “ouvira aquela conversa de que em São Paulo e no Mato Grosso era bom pra se conseguir as coisas... e de fato eu aprendi muita coisa!... Quando saí de Alagoas só sabia cortá cana, mais nada. Hoje sou construtor, sou pedreiro, sei operá secador, sei fazê qualquer tipo de serviço com maquinário, sei plantá, gradeá, todo o empreendimento agrícola”. Tudo foi aprendido nos oito anos em outro município no Estado do Mato Grosso.

No Mato Grosso, como cortador de cana, conquistou seu primeiro trabalho. Quando acabou o contrato com a usina, ele ficou sabendo “com o conhecimento do pessoal que já tinha vindo por meio de um famoso empreiteiro que agenciava cortadores de cana no Nordeste”, que havia emprego em outro lugar. Ele não veio com o agencia-

dor, mas ficou sabendo da existência do local por meio dos trabalhadores que tinham sido agenciados por tal empreiteiro.

Severino diz que não tem o que reclamar do Mato Grosso e do Pará porque “foi se adaptando, tomando conhecimento”, de modo que já conseguiu ter muitas coisas na vida por duas ou três vezes, mas lamenta: “a vida é cheio de altos e baixos, né?”. Ele explica que saiu de uma grande fazenda, ao leste do Estado do Mato Grosso, e foi para outro município quando se separou da esposa. Na época o casal morava na fazenda e ele tocava serviço. “Um casamento quando desfeito acaba com você de todas as maneiras”, lamenta Severino, que pensava que naquela grande fazenda era o lugar onde ele conseguiria algo na vida. Quando foi para outro município deixou o serviço de fazenda e passou a trabalhar com construção civil, permanecendo por lá por três ou quatro anos.

No tempo em que Severino esteve no Pará, ele descreve que chegou a conquistar “alguma coisa”: tinha moto Tornado, ferramentas de construção, duas betoneiras e três motosserras. Tornou a se casar e o casamento se desfez mais uma vez. Quando isso ocorreu, pensou: “agora eu vou andar”. Fez a divisão dos bens e a mulher retornou para o Maranhão, estado de origem, enquanto ele foi para o norte do Estado do Mato Grosso começar tudo de novo. Lá encontrou logo no início um rapaz que vendia CD e começou a fazer o mesmo. Investiu aproximadamente quatro mil reais no negócio, mas foi denunciado e a mercadoria apreendida.

Após a denúncia voltou a trabalhar com construção por duas semanas, mas julgou que a mão de obra por lá era muito barata. Nessa ocasião conheceu um rapaz natural de uma região no extremo norte do Mato Grosso que vendia sachês perfumados, um produto que ele havia aprendido a fazer em um programa televisivo. Severino ficou interessado e pagou para que o rapaz o ensinasse. Foi assim que ele deixou definitivamente a construção civil e passou a viajar vendendo o produto. Foi para muitas cidades localizadas à beira da BR-163, e comenta: “a ideia minha era correr o trechão”. Vendeu muito o produto (por R\$ 1,50 a unidade), e considera o serviço de vendas “melhor do que trabalhar no pesado”. No quinquagésimo dia na Cidade do Eixo, Severino

conta que ficou doente, teve um problema na perna e não conseguia mais andar direito. Impossibilitado de trabalhar e obter o sustento, veio para a casa de passagem. Severino considera que “ficou rodado”, “sem chão”, por três vezes: quando se separou e quando ficou doente. Nas primeiras duas vezes ficou desorientado, sem saber o que fazer, tendo que recomeçar sua vida. Nesta última, ficou sem ter como trabalhar e, conseqüentemente, sem ter como se alimentar ou ter onde morar.

Não é raro observar casos nos quais as grandes fazendas do Mato Grosso se constituem como um refúgio para situações mais dramáticas. Há uma diferença significativa entre os trabalhadores que se hospedam na casa de passagem e no “hotel dos maranhenses”, e que estabelece a medida do que se denomina como “rodado”. Embora haja uma percepção de que tais trabalhadores possuem as mesmas características em relação à faixa etária, à origem nordestina e ao fato de serem rodados, os que estão na casa de passagem se encontrariam em uma situação de vulnerabilidade maior em relação aos que se encontram no hotel: seriam homens, em sua maioria, que passaram por certa situação inesperada, como, por exemplo, os traumas em seus relacionamentos (em geral casamentos desfeitos, uma doença ou um crime cometido). São trabalhadores que se encontram “rodados”, conforme categoria nativa, mas cujo significado é de uma situação transitória e que figura no rol de possibilidades de quem se arrisca, ou “se aventura”. Em outros termos, de quem vive “no trecho”, independente da região de origem.

Não seria assim característica intrínseca de nordestinos, especialmente maranhenses, mas é uma condição possível caso os riscos sejam mal calculados. Aliás, “ir no risco” é um traço marcante nas trajetórias de muitos trabalhadores. Nesse sentido, eles não são rodados, mas estariam ou ficariam rodados em determinadas situações. O rodado certamente se refere à pessoa que não dispõe de lugar para se estabelecer e não tem como se alimentar porque não está empregada e não tem a quem recorrer. É condição atribuída ao “indivíduo, sozinho no mundo”. Refere-se a uma condição financeira desfavorável, mas é particularmente um “momento” transitório: “estar rodado no trecho”, ou, “perdido na vida”, é estar sem perspectiva a curto prazo, sem saber como agir, sentindo-se só, especialmente após certas situações que surpreendem os sujeitos,

mas que também configuram como uma possibilidade no cálculo realizado antes da partida do lugar de origem para o lugar de trabalho.

A imagem de um indivíduo “rodado” é uma forma de classificação da condição de chegada e como parte do próprio modo de vida dos chamados “maranhenses”, atribuída por um grupo estabelecido, do lugar, como característica permanente e concebida como estado transitório pelos sujeitos que são classificados como assim.

De acordo com uma determinada perspectiva, todos os trabalhadores responsáveis pelo trabalho “braçal” nas fazendas (como se analisará mais cuidadosamente adiante) são “maranhenses” e chegam ao Mato Grosso “rodados”. Um caso exemplar em relação aos “peões rodados” é descrito por alguns trabalhadores: certa vez, o prefeito teria enviado “um ônibus para pegar os maranhenses que ficavam dormindo no canteiro central da BR-163, cheirando a pinga, e mandou de volta ao Maranhão em um ônibus fretado” – história partilhada e contada por muita gente na cidade.⁴³

A classificação de homens solitários tidos como “rodados” permanentemente aparece vinculada especialmente à ausência de planejamento prévio ou de qualquer cálculo racional que os levaria a realizar a viagem. Somente indivíduos desesperados pela fome seriam mobilizados a enfrentar a estrada e uma porção de privações para trabalhar poucos meses e retornar, sem nada, para o Maranhão, já que, quando chegam ao Mato Grosso, gastam quase tudo o que possuem com mulheres e bebidas nas zonas. Certo desapego à família faria parte da imagem que se tem destes indivíduos, não apenas pelos gastos na zona, mas especialmente porque deixam suas famílias ao longo de meses no Maranhão enquanto os homens trabalham no Mato Grosso, ao invés de se estabelecerem com seus familiares na região, como teriam feito os “gaúchos”.

43 Um dos problemas do transporte é a fiscalização. A responsável pelo transporte de passageiros conta que já houve uma porção de denúncias, como agenciadora de trabalhadores maranhenses para fazendeiros da região, o que é desmentido por ela. Um dos fatos mais lembrados foi quando o ônibus que partia do Maranhão com destino ao Mato Grosso foi barrado por um inspetor quase na chegada ao Mato Grosso. O inspetor não teria feito nenhuma pergunta e teria ordenado o retorno do ônibus ao Maranhão a menos de 20 km da cidade. O fato é comentado por todos na Cidade do Eixo.

Os rodados, por sua vez, são necessariamente “maranhenses”, estado de origem da maioria dos trabalhadores encontrados nas grandes propriedades e que, na cidade, opera como uma categoria que divide o espaço e distingue trabalhadores, que, sendo maranhenses, apenas estão aptos a realizar trabalho braçal. A imagem dos maranhenses ainda está associada à sujeira, à falta de higiene, ao fato de serem briguentos, antisociais e, sobretudo, incapazes de aprender.

Tal imagem parece conduzir a um terreno arenoso, em que o “outro”, “o maranhense”, “o de fora” do lugar é vinculado há um comportamento marcado por uma irracionalidade.

1.3 | O TRECHO – ESTRATÉGIAS, CÁLCULOS E DIFICULDADES

Júlio comenta que no Maranhão “só dá pra comer”, reforçando a ideia exposta por outros trabalhadores. O trabalho de diária – “quando você vai trabalhar de diária você faz um serviço e a pessoa te paga”, explica Júlio – é pouco.⁴⁴ Para ampliar a casa, como é o desejo dele, não é possível com o dinheiro que se ganha, não é suficiente para comprar as coisas que se almeja. No Maranhão se ganhava no mínimo cinquenta reais por semana e no máximo cento e vinte, dependendo da produção, que varia conforme algumas condições. A principal delas é a falta de material para dar continuidade ao serviço, o que interrompe o trabalho e, consequentemente, o pagamento da diária.

A esposa de Júlio trabalha de empregada doméstica na cidade, enquanto os quatro filhos do casal apenas estudam. O dinheiro da esposa serve para ajudar no cotidiano, e especialmente neste momento, em que ele está fora de casa, o salário dela será útil para manter a família enquanto ele não puder enviar o dinheiro que ganhará no Mato Grosso. Quando Júlio puder contribuir, o dinheiro dela continuará destinado

44 Júlio veio para Cidade do Eixo com uma sobrinha que recentemente se casou com um rapaz que trabalhava no Mato Grosso e, na ocasião das férias do rapaz no Maranhão, acabaram se conhecendo e se casando. Foi este sobrinho, que trabalha na fazenda São Carlos, que disse para a esposa que vinha para ficar por um tempo, porque a fazenda estava contratando gente para trabalhar na colheita do algodão.

à manutenção das necessidades básicas, enquanto ele junta o dinheiro para a ampliação da casa.

Contrariando a imagem do pobre trabalhador que migra com vista a garantir o mínimo, as trajetórias de homens que saem do Maranhão com destino às grandes propriedades são reveladoras de uma lógica que não pode ser apreendida apenas na observância das relações de trabalho ou nos pontos de parada. A viagem ao Maranhão com um grupo de trabalhadores que estavam retornando às suas respectivas cidades e a viagem de volta, com um outro grupo que vinha para o Mato Grosso, iluminou outros elementos que estão em jogo na lógica dos trabalhadores. Se por um lado as questões familiares, problemas de saúde ou até mesmo situações mais delicadas, como atos considerados criminosos, podem mobilizar a partida do “peão”, que por vezes se encontra em uma situação de “rodado”, por outro lado uma porção de outros fatores, não ligados à subsistência, mobiliza o deslocamento.

O pagamento de um empréstimo ou dívida contraída no estado natal pode mobilizar a partida. Dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especialmente, foram citadas por alguns como um motivo importante. A aquisição de um bem, ou de um conjunto de bens, que pode ser destinado à reprodução social, mobiliza muitos trabalhadores e poderia conduzir a uma diferenciação de *status* nas regiões de origem dos trabalhadores. Melhorias na casa e a compra da moto figuram entre as principais aquisições.

Ricardo (42 anos), trabalhador que viajou com mais dois “conhecidos” do povoado vizinho ao seu, explica que os “conhecidos já estão acostumados, já foram outras vezes para o Mato Grosso e estão indo mais uma vez porque essa é a época para a colheita”. O objetivo de Ricardo é trabalhar para comprar uma moto, o que possibilitará a ele trabalhar em outras fazendas no Maranhão. A moto será fundamental para que ele possa se deslocar para o trabalho, percorrer distâncias maiores, já que hoje só possui uma bicicleta e não pode “viajar pra dentro do mato para trabalhar”. Além disso, pretende comprar as coisas para a casa e comenta: “maranhense só lembra de comer mesmo”. Sobre essa referência ao “comer”, que apareceu em outras conversas, Ricardo explica que no Maranhão há apenas “o que comer”, mas qualquer melhoria na

casa, transporte, pagamento de uma dívida agrícola (Pronaf), se torna impossível com a renda que se tira da terra.

Ricardo não tem terras próprias, “esse é meu problema”, comenta. O preço da terra é de cem reais o hectare, considerado muito “caro” para ele. Atualmente ele paga renda sobre a terra, 2/4 por tarefa. A diária é dez reais. Ele gostaria de comprar uma terra com o dinheiro que ganhará no Mato Grosso para deixar para os seis filhos, e só se decidiu pela viagem porque “o emprego é certo na São Carlos, se não fosse... é melhor ficar em casa”.

Assim como Ricardo, o sonho de comprar a moto, de reformar a casa, comprar eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a residência e, especialmente, de ser “dono de si, é recorrente nas entrevistas e observações, como se pôde notar na viagem feita ao Maranhão. Um dos itens que mais eram desembarcados na chegada ao Maranhão era a moto, que vinha no bagageiro do ônibus com as outras malas e pacotes. No momento de embarque para o Maranhão, a espera da moto de um dos passageiros causou um atraso impressionante. A moto seria uma aquisição de um jovem rapaz que estaria retornando para o Maranhão. Quase ninguém acomodava as bagagens na parte de baixo do ônibus, reservada para grandes caixas de papelão nas quais havia aparelhos eletroeletrônicos, bicicletas, partes de móveis, e, frequentemente, motos. As poucas roupas pareciam caber em malas esportivas de mão e podiam ser facilmente ajeitadas no interior do ônibus, no bagageiro.

Após quase três horas de espera, com os passageiros entrando e saindo do ônibus porque não suportavam o calor, a moto foi vista se aproximando. Alguns aplaudiram a chegada, outros exclamaram dando “graças” e suspiros de “até que enfim”. Mas o que mais espantou é que tamanha demora parecia ser um incômodo apenas para alguém que desconhecesse aquela dinâmica, já que não se ouvia ninguém reclamando do atraso. Parecia algo comum e compreensível por todos. Quando finalmente a moto chegou, mais uma hora se passou até que conseguissem ajeitá-la no bagageiro. Quando tudo parecia certo, a dona da agência pediu para que ele apresentasse o registro da moto e, após uma negativa, a moto foi finalmente retirada do ônibus porque não podia

embarcar sem registro: a polícia poderia apreender o veículo. Partimos sem a moto e sem o passageiro.

O investimento com a intenção de ampliar a plantação de abacaxi de Benedito, 45 anos, foi o motivo que levou o maranhense a viajar para o Mato Grosso. Durante o trajeto de retorno ao estado natal ele se dizia arrependido da viagem ao Mato Grosso porque teria “dado azar”. Benedito mora em um povoado no Maranhão, próximo a São Eleutério (MA), e teria sabido do emprego no Mato Grosso quando trabalhava em uma usina, por intermédio de alguns vizinhos que estavam na região. Trabalhou muito tempo nessa usina, ganhando mal, e quando decidiu mudar de emprego para ganhar mais, ficou doente. A situação que complicou seu projeto foi o pagamento das contas de farmácia. Ele teve que começar a tomar vitaminas porque o trabalho era muito pesado: “no algodão se fica molhado o tempo todo, come seu pé, sua bota... por causa do inseticida”.

Com o intento de ampliar a produção de abacaxi – ele planta em dois dos 45 hectares – ele decidiu ir trabalhar em outro lugar. Simultaneamente, tinha que enviar dinheiro para a manutenção da família: a esposa e um filho de 18 anos. Se ganhava R\$ 700,00, tinha que enviar em torno de R\$ 400,00 para o pagamento das contas no Maranhão. Em seu trabalho no Maranhão ele consegue ganhar três mil reais com a venda de uma linha de abacaxi (25 x 25 braças), o que considera bom. Sem ter atingido o objetivo que o impeliu a deixar o Maranhão, ele faz um balanço do tempo em que passou no Mato Grosso, afirmando que não teria se arrependido se fosse “jovem”, mas que “é melhor” ficar em casa todos os dias quando se está “velho”, pois não se tem mais a força dos primeiros anos. Não soube dizer ao certo se retornará no próximo ano, mas acredita que sim, especialmente porque no ano que vem poderá receber o seguro-desemprego.

Da mesma forma que Benedito, o intuito de João (29 anos), quando veio para o Mato Grosso, era obter algum dinheiro para investir em novas cabeças de gado. Apesar de ir embora de Cidade do Eixo, tendo ficado tão pouco tempo, João não desconsidera a possibilidade de retornar em outro momento, embora julgue ruim estar longe de sua

família.⁴⁵ João conta que veio para o Mato Grosso pela insistência do irmão e por esta possibilidade de ganhar dinheiro para um investimento. A família é dona de 160 linhas, ou 10 alqueires (1 alqueire corresponde a 16 linhas). Há oito funcionários na fazenda, entre cerqueiros, leiteiros e vaqueiros. A fazenda fica a três quilômetros da cidade e os bois são vendidos para um frigorífico que compra o quilo a quatro reais. Além do gado, tanto a família de um como de outro, planta arroz, feijão e milho para o consumo.

Quando chegou, João (29 anos) e mais três amigos ficaram alojados no “hotel dos maranhenses”, indicação do irmão, mas, assim que arranjam emprego, passaram a residir no alojamento da construtora. João recorda que esta não é primeira vez que sai de casa. A primeira vez foi para trabalhar em uma serraria, em Belém. Trabalhava lá por quatro meses e retornava para casa por quinze dias. Esta empresa já atuava no Maranhão (divisa com Pará). Após o período de trabalho em Belém, João ajudou o pai com a criação de gado da família (115 cabeças) e, até antes de deixar o Maranhão, recentemente, vivia do trabalho na propriedade familiar. João diz que, de tanto o irmão “encher sua cabeça”, acabou decidindo vir. Atualmente, enquanto aguarda os exames para a dispensa da construtora, está hospedado no hotel, pago pela empresa, enquanto os amigos arranjam uma quitinete do “lado de lá” da BR-163.

A quitinete foi indicação de Danilo⁴⁶ (23 anos), outro maranhense que reside no mesmo local. Danilo conta que não retornou ao Maranhão nesse último ano porque está “liso”. Ele quer ficar um pouco mais de tempo para ver se consegue juntar algo para não chegar lá sem nada. A mãe, que já está aflita com a ausência do filho, diz que é para ele voltar ou ela vai até o Mato Grosso buscá-lo. Ela diz que até manda

45 João pretende retornar ao Maranhão porque não aguenta ficar longe da família, especialmente porque quando ele estava no Mato Grosso nasceu seu quarto filho, e ele nem mesmo viu a criança.

46 Danilo gostaria de ir para o Maranhão, caso consiga algum dinheiro, para o período das eleições, época em que há uma porção de shows pelas cidades e se ganha muitas coisas: pneus, combustível e uma porção de outros “brindes”. Na quitinete indicada por Danilo, os meninos pagam R\$ 150,00 mensais.

o dinheiro para ele voltar. O retorno sem bens ou sem um dinheiro após longo período de trabalho é razão para envergonhar-se.

A aquisição de experiência de vida em uma viagem que se apresenta como um ritual na vida dos mais jovens é descrita por Euclides (21 anos), irmão mais velho de uma família de quatro irmãos, dos quais duas mulheres estão em São Paulo, e o irmão está viajando com ele para trabalhar na construção de um armazém em uma fazenda localizada próxima a Cidade do Eixo. Embora Euclides esteja indo pela primeira vez ao Mato Grosso, o irmão (19 anos), que o acompanha no ônibus “turístico”, vai anualmente há três anos, e passa em torno de seis a nove meses no Mato Grosso. Euclides comenta, a despeito das idas e vindas do irmão, que ele mesmo nunca tinha viajado: “nunca andei, tenho que ganhar experiência”. O pai de Euclides não queria que ele fosse, já que é o único filho homem que ficou na casa. O pai tem um comércio de miudezas e mais 15 hectares de terra abertos com 15 cabeças de gado. Ele explica que na casa os ganhos com o comércio e com a terra não são divididos individualmente, não há um salário para cada um, “tudo é de todos”. Embora tenha deixado a esposa e um filho de três meses no Maranhão, Euclides não comenta nada sobre “juntar dinheiro” como objetivo da viagem, apenas diz “já tenho 21 e nunca andei... tava na hora”. E, a despeito de seus planos, esclarece: “a gente vem com o pensamento de não gastar na folia...” e no retorno “volta com o peito cheio de orgulho”.

Em contraposição à ideia de que as pessoas deixam o Nordeste por necessidade, como se poderia vislumbrar a ideia construída acerca do homem nordestino, André (29 anos) ressalta que “trabalhava com o pai em Sergipe, nunca precisei sair de casa. Quis sair, sei lá, pra curtir um pouco do mundo... mas me arrependi depois que saí de casa... você não conhece ninguém, não namora uma mulher pra conhecer, nunca arrumei uma namorada. Tem gente que brinca muito, gasta tudo em dois dias na cidade, não aguenta não ter uma pessoa. É difícil”. Seu pai disse a ele quando saiu: “você saiu de casa sem precisão, agora se quiser voltar tem que ter algum recurso”. André diz que o pai tem um certo capital, deu moto para os irmãos todos, recurso este proveniente da criação de gado em uma terra de 300 alqueires, e “só eu quis sair, tudo

o que os irmãos querem tem de bom lá”. A questão destacada por ele, é que lá, trabalhando com a família, não se tem salário “tanto que o pai deu uma moto pra cada um”. Quanto à perspectiva de ir trabalhar em outros lugares ele diz que no garimpo não tem coragem porque, segundo os meninos que estiveram lá e contaram para André sua experiência, “qualquer coisa é resolvida na faca” e “São Paulo não dá pro cara analfabeto como eu”.

A ideia de uma saída “sem precisão”, nos termos nativos, é foco de todas as entrevistas ou conversas com os trabalhadores, e, especialmente após a viagem ao Maranhão, essa situação se tornou mais clara. Mesmo dentre os que possuem um negócio próprio, que parece se constituir como objetivo último, há uma continuidade das viagens para o Centro-Oeste, em um movimento de constante ir e vir. Quando os homens viajam, mulheres se responsabilizam pelo comércio, em geral um armazém de cereais. Os homens continuam viajando não apenas para fazer prosperar os negócios e promover as melhorias na casa familiar, mas também porque a viagem acaba por se tornar uma prática desejada, particularmente entre os que já estão no “trecho” há algum tempo.

Aldo (48 anos) morou até os 40 anos no interior de um município no Maranhão, trabalhando na roça. Apenas por volta do ano de 2000 é que comprou uma casa na cidade no valor de R\$ 5.000,00. A casa em que ele morava na roça era da família apenas enquanto eles estivessem trabalhando na propriedade com o cultivo de arroz – ele pagava renda para o proprietário. Em virtude de uma desavença que teve com o dono – o motivo era que ele estaria vendendo o arroz – e, somada a oportunidade de comprar a casa na cidade, Aldo se mudou com sua família e abriu um comércio de cereais e atacado de bebidas (chamado por ele de venda de “bebida a grosso”). Quando retornou ao Maranhão, após uma temporada no Mato Grosso, Aldo foi ajudar o pai a “botar roça” nas terras de outrem.

A casa foi comprada com a venda de uma moto 1999, no valor de dois mil e quinhentos, mais a venda de três mil quilos de arroz, dos cinco mil produzidos. Os outros dois mil foram guardados para o consumo da família. A casa, de propriedade de uma cunhada que estava morando em Brasília, estava “só no reboco”, explica Aldo. Hoje, mesmo

que oferecessem quinze mil reais, ele conta que não venderia a casa porque é uma residência muito boa: toda rebocada (não apenas a fachada, como era inicialmente), com cerâmica, três quartos, duas salas, uma cozinha enorme, e toda equipada com geladeira, fogão, som, DVD e televisão. O dinheiro obtido no trabalho no Mato Grosso foi todo para os benefícios na casa, para a compra de duas motos e a montagem do comércio. Quando Aldo sai para trabalhar no Mato Grosso, o comércio fica sob a responsabilidade da esposa e da sogra, já que sua filha está em Brasília trabalhando como empregada doméstica e seu filho apenas estuda.

Segundo Aldo ele fica no Maranhão “só no tempo do arroz” e retorna para o Mato Grosso no período da “cultivação”, como ele denomina o período de plantio com uso de máquinas – cultivo parece ser uma expressão utilizada com referência às máquinas. Por exemplo, ele diz “no Maranhão não tem cultivo não, é tudo no manual” – uma referência a “botar roça” sem auxílio de máquina.

Aldo explica que ele é um caso de trabalhador que não precisa vir para o Mato Grosso por necessidade. Diz que vem porque quer, porque gosta e acha bom. Quando veio pela primeira vez conta que teve vontade de trazer a esposa para abrir um comércio local, mas ela não quis deixar a família. Aldo julga que se tivesse aberto um comércio de cereais estava com muito dinheiro hoje, pois não havia nada em 2000, e muitos que chegaram com menos do que ele e montaram um negócio se deram bem. A região carecia de tudo.

Ele tem vontade de ficar no Maranhão e não viajar mais, mas o dinheiro é sempre mais curto. Com o dinheiro do Mato Grosso a família não fica com as contas apertadas. Ele ganha seiscentos reais e tenta mandar aproximadamente quatrocentos. Na verdade ele não manda para ser utilizado lá, ele apenas deposita na “Caixa” porque se o dinheiro ficar em suas mãos ele acaba gastando. A família não depende desse dinheiro no Maranhão e a viagem é motivada pelo fato de que, nas palavras dele, “quanto mais trabalha, mais tem objetivo para atingir”.

A primeira vez que Aldo saiu de casa foi em 1983, garimpo de Serra Pelada ou “o lugar que mais deu história no Brasil”. Em 1984, foi para outro garimpo, onde ficou três meses, e retornou ao Maranhão.

Em 1985, foi para um garimpo em Roraima, que ficava a três horas de avião, saindo de Belém, passando por Manaus e dirigindo-se para Roraima. O garimpo se localizava a uma hora e meia do hotel onde eles sempre ficavam. O primo dele que foi junto teve malária e os dois decidiram retornar ao Maranhão. Em seguida, ele tentou retornar, mas o garimpo foi fechado quando o Collor entrou. Sem ter como retornar imediatamente, ele ficou trabalhando em uma pizzaria em Macapá por quatro meses, até que pudesse voltar ao Maranhão. Em 1988, ele e o primo saíram do Maranhão para trabalhar novamente na pizzaria de Macapá – demorou três dias de “navio” de Belém a Macapá. Dessa última vez passou três meses. Aldo ficou todos os anos, até 2000, no Maranhão, trabalhando em terras de outrem, até que veio pela primeira vez ao Mato Grosso. A partir daí ele vem quase todos os anos, sem saber exatamente se irá retornar ou não no ano seguinte. A única certeza que tem é a de que não passará mais de seis meses longe do Maranhão.

Aldo explica que se passar de um ano fica mais difícil pedir a conta para o patrão, que quase nunca quer fazer o “acerto” quando se passa muito tempo: “eles não entendem que nossa família não está aqui”.

O desejo de se estabelecer no Mato Grosso não foi apontado ou observado entre os trabalhadores nordestinos. Primeiro porque o custo de vida é muito alto no Mato Grosso e, dentre aqueles que se estabeleceram na região, há certo arrependimento do ponto de vista financeiro. Além disso, a saudade da terra natal, das festas, dos amigos e, especialmente, da mãe é central nos depoimentos. A saudade, sobretudo de um modo de vida que não está centrado apenas no trabalho, é o que mais faz sofrer. No Mato Grosso não há diversão, não há nada além da rotina de trabalho. Antônio (50 anos) destaca que embora gaste boa parte do salário na “brincadeira”, modo como os trabalhadores nordestinos se referem à zona, ele sempre se relaciona com a mesma mulher, porque, pelo menos assim, tem alguém para conversar quando tem um dia ruim.

Alguns jovens preferem trabalhar em empresas ou fazendas mais próximas à cidade. Trabalhar em uma algodoeira seria uma boa opção para Adelson (22 anos – MA), porque não fica distante da cidade, o

que facilitaria a “diversão”, ou “a brincadeira”. Uma das coisas que mais atrai Adelson a ficar na cidade é o acesso às mulheres. Em uma conversa em frente à quitinete de um grupo de maranhenses em um bairro do “lado de lá”, Adelson avalia que não adianta guardar dinheiro, “tem que viver”. Ele acha que “é uma noite para lembrar por muito tempo”, por isso vale a pena gastar. Danilo, outro trabalhador, diz que o cara que pensa como Adelson “não tem cabeça”, e João completa “é o cara que pensa só no hoje”.

O retorno é sempre almejado, e, de certa forma, espera-se um sinal de progresso material. Ao observar a bagagem e as roupas no momento de partida e retorno, pode-se observar “sinais” do referido progresso material. Na partida muitos embarcam apenas com uma pequena mala, alguns com chinelo, bermuda e roupas aparentemente velhas. O retorno é marcado por um volume maior de bagagem, roupas novas e tênis, e, como visto, as tão sonhadas motos ou aparelhos eletrônicos, especialmente som e TV. É comum, na conversa com as mulheres na cidade de São Eleutério (MA), onde embarcam os trabalhadores com destino ao Mato Grosso, o comentário de que algum parente está no Mato Grosso, e perceber, nos diálogos, sinais desse acúmulo de bens. A empregada doméstica que trabalhava na casa da responsável pela “agência turística” em São Eleutério contou que possui um compadre e um irmão que se deslocam anualmente para o Mato Grosso em época de safra. Seu compadre sempre liga da fazenda dizendo “que estão precisando de mais dez homens...”. Enquanto o compadre, que nem tinha casa antes de ir para o Mato Grosso, conseguiu comprar duas, além de construir uma lojinha para a esposa trabalhar, e mais eletrodomésticos, móveis e tudo para deixar a “casa completinha”, diz ela. O irmão e muitos outros vão só pela folia, porque sabem que estão sozinhos, longe da mulher, e “acabam caindo na bebedeira, gastando tudo com a mulherzada... para irem, todos juntam dinheiro e dão pra passagem, pros gastos na viagem e para os primeiros dias lá. No início eles mandam dinheiro (cinco primeiros meses) pra mulher, depois caem na folia e a mulher tem que ir atrás do dinheiro. Quando a mulher liga tão sempre bêbado”.

O retorno é por vezes marcado por frustrações, diante do “azar” de emprego ruim, em meio a tantas possibilidades atraentes; dos gastos

excessivos com as brincadeiras; do entusiasmo em virtude de um “bom acordo” com o fim dos trabalhos; da saudade da família, das festas, da comida, ou, da “própria vida” no Maranhão, “feito de açúcar”, como diziam muitos dentro do ônibus, no momento em que retornavam para a terra natal.⁴⁷ Ao cruzar a divisa do Tocantins com o Maranhão, muitos aplaudiam. No retorno ao Maranhão, quase sempre individual, não se sabe ao certo quando, ou se, voltarão ao Mato Grosso (exceto, é claro, para os fixos que vão e voltam das férias). Zé, trabalhador da fazenda São Carlos, já está há um ano no Mato Grosso e diz que vai pedir as férias. Quanto ao plano de retornar para o Maranhão, comenta: “toda vez que tiro férias, prometo que não virei mais, mas sempre ligam da fazenda chamando para trabalhar e acabo voltando pra não deixar o cara na mão”. Zé acrescenta que desta vez está quase certo que não retornará mais ao Mato Grosso, pois dessa última vez, há um ano, “meu pai não achava necessário a vinda e minha mãe ficou chorando...”. Zé comenta que “acham que maranhense vem porque tão precisando...”, mas que ele não precisava vir, já que sua família tem uma boa propriedade de 53 hectares com vinte e três cabeças de gado, plantação de arroz, feijão, milho e mandioca. O gado, explica ele, é pra consumo próprio, mas o feijão, o milho e a mandioca, especialmente a farinha, são destinados à venda.

Quanto às perspectivas do retorno por muitos anos ao Mato Grosso, alguns apontam para o fato de que um dia não “precisarão mais viajar”, poderão deixar “o trecho”, que pode ser compreendido, em parte, como uma oposição do lugar de origem (casa) em relação ao mundo, à estrada (o trecho). Retornar é parte da lógica desses trabalhadores. O retorno é o fato que garante que tais trabalhadores tiveram sucesso em sua empreitada. Estabelecer-se no Mato Grosso é, ao contrário, sinal de que não se obteve êxito.

47 Uma grande empolgação fez muitos trabalhadores levantarem das poltronas no início da manhã do terceiro dia de viagem, quando chegamos ao Maranhão. Um trabalhador gritou ao fundo “Eita... mas o Maranhão é feito de açúcar”, expressão que ouvi algumas vezes depois, repetida por outros homens, especialmente quando viam mulheres caminhando nas ruas das cidades bem conhecidas por eles.

Capítulo 2 | VIAGEM IN(CERTA) AOS LUGARES “BONS DE SERVIÇO”

A primeira vez em que Brasília (trabalhador da fazenda Santo Antônio do Pinhal – MT) ouviu falar do garimpo foi no Pará: “vinha gente que passava por lá e dizia desse tal de garimpo no Peixoto, e eu pensava, ‘quando sair vou pra lá’”. Brasília acabou deixando uma fazenda onde trabalhava e se mudou para trabalhar em outra propriedade, até que, em 1982, quando estava trabalhando em um loteamento em uma fazenda no Mato Grosso, ele encontrou alguns garimpeiros que diziam: “rapaz, quando eu terminar essa derrubada eu vou lá pro Peixoto. Pronto, e eu fui também”. No período em que esteve no garimpo, Brasília não permaneceu por um tempo contínuo. Ele conta que havia idas e vindas e por vezes ficava até um ano inteiro sem ir para o garimpo: “quando cansava de mexer com água, ia roçar mato”, elucida.

As informações sobre os locais considerados “bons de serviço” provêm de “outros” que já estão na região ou que vieram anteriormente. A informação principal é de que Cidade do Eixo é um excelente lugar para se trabalhar, para ganhar dinheiro. Em geral “os outros” são irmãos, parentes, ou pessoas que vivem na mesma comunidade. É entre os “conhecidos” que a informação sobre as melhores oportunidades de emprego no Mato Grosso circula. Na maioria das vezes, a informação de que se dispõe, antes da chegada, é que se trata de uma terra de oportunidades, com muitos empregos disponíveis. André (SE) diz que veio porque era uma cidade “com fama”: “topo com muita gente no trecho, rodado, e sabe da fama dos lugares bons de serviço”.

“Fama” que levou Roberto (MA), 46 anos, a se deslocar para a região. Ficou sabendo da existência do lugar por intermédio de parentes que já estão trabalhando em fazendas da região como trabalhadores fixos. Um amigo dele, Ronaldinho, é vigia de uma empresa na Cidade

do Eixo há três anos, e sempre dizia que, quando soubesse de algo, ia chamá-lo para trabalhar na região. Em maio, Ronaldinho ligou para a esposa e mandou chamar o amigo em um telefone público da comunidade para dar notícia de um trabalho na fazenda São Carlos, “emprego certo, pode vir”, disse. Roberto deixou o Maranhão sabendo apenas que estavam “contratando”, não sabia com o que iria trabalhar, quanto iria ganhar ou de quanto tempo seria o contrato, se três meses, seis meses ou um ano.

Quando ainda estava na rodoviária de São Eleutério (MA), Roberto apenas sabia que, ao chegar ao Mato Grosso, deveria esperar por uma *van* que o conduziria até a fazenda São Carlos, onde certamente seria contratado. Ao chegar à fazenda São Carlos, o trabalhador não conseguiu emprego porque muitos parentes de outros trabalhadores também já haviam comunicado tal oferta para seus “conhecidos” ou familiares em outras cidades e comunidades no Maranhão. De modo que quando chegou à fazenda não encontrou emprego e acabou fazendo um bico na construção civil. Sem emprego certo, ficou dependendo da ajuda de famílias maranhenses que já estavam estabelecidas na região. Quando partiu do Maranhão, Roberto havia deixado para a esposa e filhos certa quantidade de arroz, carne e algum dinheiro, até que ele pudesse “ajeitar-se” na nova região. Depois, pensava em mandar dinheiro pelo banco “com a ajuda de Deus”. E completa “coragem é o que não falta para maranhense, é bicho doido, enrolado”.

Roberto já tinha notícias da região antes do comunicado do amigo. Ele conta que conhece muita gente que está ou já foi para a Cidade do Eixo: “tudo o que o pessoal fala é [Cidade do Eixo]”. Ele tem um primo que já está na região há seis anos e uma porção de gente da mesma comunidade. Roberto comenta que, se conseguisse um trabalho garantido, gostaria de mandar chamar o filho.

Quando estava no Maranhão, antes do embarque para o Mato Grosso, Roberto não fazia ideia de como seria a região, mas acreditava que “pior que aqui [Maranhão] não é”. No Maranhão é “roça de toco”, tudo é plantado no “brocado” com foíce – em um movimento de cortar e botar fogo – e plantando entre os tocos que permaneceram. Anda-se na roça desviando dos tocos. Roberto não sabia se encontraria roça

de toco no Mato Grosso, mas pelo o que “as pessoas dizem, há muito maquinário. Falam também que há soja, milho e algodão. Aqui é só mandioca, arroz, milho e feijão”.

Severino, 34 anos (AL), relata que em um período de desânimo pelo qual passou em sua vida, sem perspectivas, “ficou sabendo” que o setor de construção civil estava crescendo em cidades localizadas no eixo da BR-163. Severino conta que “ficou sabendo” por meio de conversas que ele escutou ou de que participou, e explica que “a conversa corre assim: ah, eu tive em tal lugar, lá tá bom de construção... e você vai lá, vai aventurar (...) a construção é a melhor profissão pro cara que é pobre e tá andando a procura de um serviço, porque toda a cidade que você chega, se você é bom profissional, arruma um serviço...”. Foi assim que ele foi para o Mato Grosso e, posteriormente, para o Pará: “falaram que era um lugar muito bom de construção, pequeno, tá começando, apesar de antigo”. A vantagem do Mato Grosso é que “o ganho é sempre melhor um pouco”, além disso, se conhece muita gente que está na mesma situação, que veio de outros lugares e que circula muito. As pessoas dizem “ah... vamos pra tal lugar...”, ilustra Severino.

Assim como Severino, Benedito (MA) ficou sabendo, quando estava trabalhando em uma usina (MT), que estavam “pegando” gente no algodão em Cidade do Eixo, por intermédio de um vizinho que mora no mesmo povoado que ele, e que teria ligado da fazenda onde trabalha direto para o Maranhão. O “patrão” havia pedido indicações, já que a fazenda estava precisando de mão de obra. Tal vizinho teria anunciado para os familiares a notícia de emprego, e Benedito, quando ligou para sua família, ficou sabendo da oportunidade e se dirigiu a caminho da cidade prometida. Quando estava no Pará, Rubens conta que “saiu o comentário sobre [Cidade do Eixo]”. Um amigo do Maranhão, que já havia trabalhado com ele no Pará, ligou para chamar a esposa para morar na cidade. A mulher não queria viajar sozinha e Rubens, sabendo da possibilidade de emprego fácil na região, acompanhou a esposa do amigo. Quando Rubens chegou ao Mato Grosso, o emprego a que o amigo havia se referido tinha acabado.

Como se pode notar nas trajetórias de Severino e de outros trabalhadores, o movimento de pessoas faz circular a notícia e nem sempre é

preciso ter uma relação de parentesco, amizade ou trabalho para se obter as informações dos locais “bons de serviço”. Uma simples conversa “de orelhada”, como se diz entre os trabalhadores, ou seja, uma conversa escutada ou bem informal, é suficiente para “aventurar-se”. Embora a palavra denote certa espontaneidade de ação e riscos, o que envolve o elemento “sorte”, há um cálculo mínimo.

A fama de um lugar bom ou ruim para se trabalhar também circula no ônibus que sai do Maranhão com destino ao Mato Grosso. Durante a noite, enquanto o ônibus percorria o longo trajeto, alguns trabalhadores se dirigiam à frente do ônibus para andar e fumar. Um deles conversava certa noite, meio da madrugada, com o motorista e mais alguns trabalhadores. Contava sobre uma fazenda em que regularmente ele trabalhava nos períodos de safra. Destacava os bons alojamentos, a boa comida, e até a possibilidade de escolher a carne que gostaria de comer para fritar, “tinha um freezer cheio de carne”, contava com entusiasmo para ele e outros dois trabalhadores que fumavam em sua companhia.

Além das notícias e informações que circulam entre os trabalhadores, a formação de uma verdadeira “estrutura rodoviária” em São Eleutério (MA) é reveladora de certo grau de organização dos fluxos de trabalhadores, que se deslocam para destinos certos e áreas preferenciais. Dessa região, localizada mais ao centro leste do Maranhão, partem os trabalhadores de várias cidades próximas a São Eleutério (MA) e comunidades localizadas nesses municípios maranhenses.

Os primeiros trabalhadores a embarcarem para o Mato Grosso, recorda a responsável pelo transporte,⁴⁸ foram dezoito homens da cidade vizinha a São Eleutério, com destino a uma fazenda próxima à Cidade

48 A dona da agência de turismo no Maranhão é também a guia dos trabalhadores com destino ao Mato Grosso e a São Paulo. Decidiu trabalhar com transporte de pessoas porque havia notado uma intensa circulação de homens que saíam do Maranhão para trabalhar em outros locais. A primeira iniciativa foi fazer um anúncio na rádio da cidade a respeito de um fretamento de ônibus para São Paulo, que partiria no período das férias de julho. Ela conta que esperava pouca gente, mas apareceram mais de cinquenta pessoas, e ela teve que contratar um carro maior. Na época, recorda, não havia outras agências, ela foi a primeira.

do Eixo. Foi nesse momento que se deu o “descobrimento [Cidade do Eixo]”, no ano de 2001, comentam os responsáveis pelo transporte dos trabalhadores. O trajeto do Maranhão para o Mato Grosso não é o único realizado pelos maranhenses. Há ainda Minas Gerais e São Paulo.

Dentre os que têm como destino a cidade de São Paulo destacam-se os que trabalham na área de serviços (compra de roupas e itens para revender no Maranhão) e construção civil. O público que vai para São Paulo é mais diversificado, composto de homens e mulheres, e a principal motivação são as compras para o comércio e a atividade de corte de cana. Em um dos municípios de São Paulo que apresenta um fluxo significativo de maranhenses há, inclusive, uma senhora que aluga casas para esses trabalhadores e oferece todo o apoio de que necessitam: “dá cobertura para gente de outra região”, tanto que o ponto de embarque e desembarque na cidade é feito no posto dela. Segundo um dos trabalhadores que estavam embarcando no Maranhão, ela é uma espécie de “mãe” dos maranhenses, trata-os com respeito.

Com destino aos municípios de São Paulo a maioria dos que embarcam no Maranhão são de comunidades bem próximas a São Eleutério e, dentre os que têm como destino a cidade de São Paulo, a região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais e a cidade do Rio de Janeiro, o ponto de partida é concentrado em uma cidade grande ao oeste do estado maranhense, enquanto a cidade de São Eleutério fica no extremo leste. O que se pode observar é que há correspondências entre alguns municípios do Maranhão e os diferentes destinos em outros estados, o que é revelador de um movimento não individualizado.

A trajetória de Arlindo (36 anos) é um exemplo da circulação dos trabalhadores entre os mais diferentes destinos. Ele trabalha anualmente na prensa do algodão de uma fazenda em Cidade do Eixo ou no trator na época da safra da soja. Em 2005/2006, com a “crise da soja”, foi trabalhar no café, em um município em Minas Gerais. Lá trabalhou por dois meses na classificação de café, mas conta que o frio e o salário – mais baixo do que o de Mato Grosso – não o animaram a retornar.⁴⁹

49 Este ano está retornando mais cedo para o Maranhão porque a fazenda demitiu muita gente porque não havia serviço. Arlindo conta que ano passado eles tiveram

Os meses de maior movimento do Mato Grosso com destino ao Maranhão são outubro, novembro e dezembro, com o término do plantio da soja e da colheita do milho e do algodão. Os meses de maior movimento de vinda para o Mato Grosso são janeiro, fevereiro e março, com o início da colheita da soja e, posteriormente, o plantio de milho e algodão.

Às sextas-feiras, dia da semana em que partem os ônibus para os diferentes destinos, o movimento nas “agências de turismo” é sempre grande desde logo cedo.⁵⁰ Gente chegando de muitos “interiores” se acomodam em colchões no próprio espaço das agências. Pode-se observar que poucos conversam entre si, com exceção dos que chegam juntos. Alguns ônibus de cada uma das agências se encarregam de buscar o pessoal no interior logo no início da manhã. Como a “turnê é grande”, conforme um trabalhador destaca, a despedida é difícil. Muitos choram, especialmente as mulheres.⁵¹ O medo de não reencontrar os pais, particularmente a mãe, é um dos mais temidos pelos jovens, e o adocimento dos pais pode ser uma motivação para o retorno mais breve do que o vagamente previsto.

prejuízo com o algodão e, nesse ano, plantaram apenas 600 hectares ao invés dos quatro mil do ano passado. Se Arlindo quisesse trabalhar e permanecer por mais tempo no Mato Grosso teria que esperar por serviço ainda um mês, até que se iniciasse a colheita do algodão. Arlindo julgou que seria tempo demais para esperar, já que estava lá há oito meses. Como não queria pagar hotel por um mês ou ensacar feijão nos galpões, ele decidiu retornar para o Maranhão. Ano passado Arlindo ficou nove meses no Mato Grosso, período que vai da soja à colheita do algodão. Um dos irmãos dele está em outra cidade há quatro anos trabalhando como segurança, e não retorna ao Maranhão, o outro está em um garimpo na Guiana Francesa, aonde ele pretende ir futuramente.

50 Na cidade de São Eleutério há uma espécie de rua central onde as agências de turismo se localizam. As agências dividem os passageiros conforme os interesses de destino de cada um. Por exemplo, a responsável por uma agência pode agendar uma porção de viagens para Minas Gerais, mas se não completar um ônibus ela pode trocar os passageiros com este destino por outros com destino ao Mato Grosso que reservaram passagens por outra agência e que igualmente não conseguiu fechar um ônibus com pelo menos vinte passageiros.

51 Perguntei a um dos trabalhadores se ele estava nervoso, porque estava com uma cara feia, fechada, e ele me respondeu que não estava, mas que fazia essa cara para não chorar.

No ônibus a maioria é homem, mas há pessoas que estão indo pela primeira vez, jovens e mais velhos, e pessoas que retornam das férias. Em um dos dias havia, dentre alguns trabalhadores, um senhor de nome Chico, que estava indo pela primeira vez ao Mato Grosso depois de vinte anos sem sair de sua terra natal. A primeira vez que havia saído foi para trabalhar em um garimpo no Pará, e, atualmente, tinha um “contato” com um “conhecido” que era vigia na fazenda São Carlos (MT) há três anos, e que o havia motivado para a viagem. Havia, ainda, mais três irmãos e dois vizinhos da mesma região no Maranhão, e que nunca tinham ido para o Mato Grosso, apenas para o Pará, também para o garimpo. Diferentemente de Chico, que estava indo pela primeira vez, Carvalho (42 anos) diz que “não é marinheiro de primeira viagem, é rodado no trecho... solto no mundo”. Ele diz que iria sozinho a convite de um cunhado que ligou avisando que tinha emprego certo em Cidade do Eixo, mas como tinha mais vagas, chamou quem queria ir com ele: mais dois irmãos. A intenção de Carvalho é ficar no Mato Grosso no máximo um ano porque não quer deixar a família por tanto tempo no Maranhão, ele tem mulher e dois filhos, e pretende, com o dinheiro que ganhou no Mato Grosso, comprar um barco e um motor melhor para o trabalho de pesca no Maranhão.

Antônio (50 anos) está há sete meses no Mato Grosso e veio para atender a um chamado do filho, que já trabalha na fazenda São Carlos há um ano. Embora Antônio estivesse um pouco preocupado com a sua idade, o filho o confortou dizendo que no Mato Grosso havia gente da sua idade também, embora não fosse a maioria.⁵²

Se por um lado são os “conhecidos” e os familiares que indicam a existência de trabalho na região, por outro é apenas no momento do desembarque que os trabalhadores iniciam a procura pelo emprego. As referências do ponto de partida podem oferecer algumas indicações

52 O pai e o filho residem no mesmo alojamento, além deles há um irmão de Antônio e outro amigo. Havia um outro companheiro de quarto, o Mendes, que por roncar demais à noite mudou de quarto. Sempre que viajam do Maranhão ao Mato Grosso eles vêm em pelo menos cinco pessoas, “conhecidos”, do mesmo município maranhense. Nunca viajam sozinhos e sempre viajam com o ônibus “turístico”.

sobre o tipo e o local de trabalho, mas muitas vezes apenas a existência de uma oferta grande de trabalho é mobilizadora. Na maioria das vezes é quando se chega à Cidade do Eixo que a procura pelo trabalho se inicia.⁵³

2.1 | CONDIÇÕES DE TRABALHO E RECRUTAMENTO

Benedito, que estava retornando de ônibus para o Maranhão, avalia a viagem como uma questão de “sorte”, e comenta que se o sujeito “pegar uma boa empresa...” ele poderá retornar ao Maranhão orgulhoso por ter atingido seus objetivos. Benedito não teve sorte em sua viagem porque logo no primeiro emprego que conseguiu no corte de cana, no Mato Grosso, teve que pagar alojamento, em torno de R\$ 55,00, e mais alimentação, cerca de R\$ 84,00, além de enviar o dinheiro para casa. No algodão, diferentemente da cana, o trabalhador ganha melhor, cerca de R\$ 500,00 na carteira e mais R\$ 10,00 por hectare, além de ter alojamento e alimentação por conta da fazenda. Na cana, ele conta que muitas vezes saía apenas com R\$ 340,00 livres. Quando deixou o trabalho na cana rumo às fazendas de algodão, o trabalhador não possuía mais que R\$ 2.000,00, que havia juntado, além de R\$ 1.000,00 de “acerto” – referente a férias, décimo terceiro, participação e outros direitos. Benedito considera que não teve “sorte” em sua empreitada porque o salário pago na Usina não era bom em comparação com o que ouviu dizer das áreas de soja e algodão no Mato Grosso. Além disso, os alojamentos eram ruins: um quarto três por três para seis homens e seis banheiros com três chuveiros para cada duzentas e dez pessoas. Benedito ganhava por produção e, dependendo da dificuldade em cortar a cana, a produção diária era muito baixa. Quando terminou o prazo da colheita de cana, após oito meses, foi para Cidade do Eixo para trabalhar na

53 Pode se dizer que, dos 46 passageiros que suporta o ônibus que sai do Maranhão, pelo menos dez têm “programação certa”, relata a responsável pelo transporte, referindo-se a um emprego já certo. Já os outros “vêm de ouvir dizer”. Ninguém vem “rodado”, sempre vem em grupo e com alguma indicação, direta ou indiretamente, de algum parente ou “conhecido”. Só fica rodado quem “malandra na rua, quem é preguiçoso”, comenta a dona da agência do “ônibus turístico”.

capina do algodão, onde permaneceu por 40 dias. Como este último trabalho era considerado duro, e ele não receberia o seguro após a saída, já que havia recebido no ano passado e só poderia pegá-lo novamente após dezesseis meses, ele decidiu retornar ao Maranhão.

No que se refere às condições de trabalho encontradas na região, podem se destacar alguns fatores a serem considerados. O fato de existir um conjunto de exigências no campo socioambiental (para que o produtor obtenha o selo de certificação internacional de boas práticas agrícolas, destinado à exportação do grão e à agregação de valor ao produto) é um dos fatores que influi nas boas condições de trabalho, o que não evita inúmeros acidentes⁵⁴ e reclamações por parte dos trabalhadores. Boas acomodações nos alojamentos, segurança no trabalho e boa alimentação são condições para se obter a certificação almejada por muitos produtores.⁵⁵ Assiste-se hoje a um processo no qual as empresas/fazendas estão dependendo dos sindicatos para obter certificados sociais e ambientais para a exportação de seus produtos.

Outro fator a ser considerado é a intensa atividade do Ministério do Trabalho e da exposição na mídia das fazendas que possuem trabalho escravo na famosa “lista suja”, que atuam dificultando a dependência material e moral dos trabalhadores em relação ao proprietário. A exigência de normas (como o salário mínimo, o décimo terceiro, férias, FGTS, participação nos lucros proporcionais ao tempo de trabalho,⁵⁶ assim como salário desemprego) faz parte dos chamados “direitos” que o trabalho “fichado” proporciona, sem os quais não seria possível a vinda desses trabalhadores – se fosse apenas “pelos bons salários”. Embora não seja desprezível, o valor das diárias pagas

54 Leandro (MA), com 22 anos, hospedado no “hotel dos maranhenses”, estava feliz em voltar para o Maranhão, especialmente depois de ter saído vivo de um acidente no qual perdeu parte da perna, presa no elevador no interior de um secador de grãos.

55 Um produtor local expôs algumas preocupações referentes à certificação em uma palestra para produtores realizada no início de maio de 2008. O foco foi a imagem do Estado do Mato Grosso como grande vilão do meio ambiente, responsável pelo desmatamento na Amazônia.

56 O que os trabalhadores chamam de “acordo”, antes do retorno ao Maranhão.

no Mato Grosso, muito superior do que em qualquer outro lugar, conforme informam os trabalhadores.

O derradeiro fator é o volume de oportunidades de emprego superior à mão de obra disponível, quase toda vinda de fora do estado. Como a maioria vem sem a família e os alojamentos ficam a cargo do proprietário, a não dependência da moradia e a segurança de que, no Maranhão, a família pode contar com o mínimo, fazem com que esses trabalhadores não fiquem sujeitos aos desmandos dos “patrões”. É comum ouvir dos gerentes que os maranhenses não sabem nem ler, mas que sabem muito bem quais são os seus direitos: não se trata de uma mão de obra extremamente barata e disposta a aceitar condições de existência penosas.

Esses fatores somados influem nas condições de trabalho na região, que nem sempre foram boas e adequadas, e ainda, em alguns casos, são motivo de grande reclamação, especialmente no ramo da construção civil e de algumas empresas.

Beto, trabalhador de uma empresa no setor de agribusiness e alimentos da região, faz uma comparação entre os alojamentos da empresa na qual trabalha e os alojamentos de uma outra empresa de criação e alimentos da região, recém-inaugurada, para a qual a maioria dos “maranhenses” que conhece estão trabalhando. Ele ressalta que o alojamento da empresa é ruim porque não tem ventilador nem geladeira. Além disso, os trabalhadores têm que caminhar cinco quilômetros a pé até o local de trabalho. O salário é menor, em torno de R\$ 600,00, os trabalhadores ainda têm que pagar mensalmente R\$ 75,00 pelo alojamento, R\$ 17,00 pela alimentação e mais R\$ 8,00 pela cesta básica de 35 kg. A maioria dos trabalhadores desta nova empresa, de acordo com sua percepção, são maranhenses. O alojamento da empresa para qual trabalha é, de acordo com ele, considerado melhor porque tem ventilador, geladeira, o almoço é entregue no quarto individualmente, assim como o café da manhã. O salário dele é de R\$ 1.600,00, mais cesta básica de 36 kg. Dentre os moradores do alojamento onde Beto reside há uma divisão por gênero e, além dos que migraram do norte do Mato Grosso (município de Peixoto) há também maranhenses que às vezes vêm sozinhos ou com as esposas, deixando os filhos com parentes

no Maranhão.⁵⁷ Cada qual dorme em seu respectivo alojamento, e o casal é separado.

A separação da família é uma das barreiras que são difíceis de enfrentar, mesmo entre os “peões fixos”. Solange, responsável na fazenda São Carlos pelo preparo do café da manhã e do lanche da tarde, acorda às 3h30 para começar a preparar o café da manhã, e depois se encarrega do café, às 15h. Prefere trabalhar na São Carlos a ter que trabalhar na Pineápolis porque “a Pineápolis separa a família”. Ela residia no alojamento, mas seus filhos tinham que residir na vila mais distante porque não havia alojamento familiar disponível. Igualmente, Brasília, trabalhador da fazenda Santo Antônio do Pinhal, paga um aluguel de uma casa na vila e faz o “rancho” (a compra mensal) para seus dois filhos, um de 18 e outro de 12 anos. Brasília diz que pretende sustentá-los até que possam terminar a faculdade, como é de seu desejo. O filho mais velho quer fazer curso de contabilidade e ele estimula para que não se torne um “trabalhador braçal”, como o pai. Brasília vai para casa quinzenalmente, em virtude do trabalho na fazenda, e, nesse período, o filho mais velho cuida do menor, enquanto o pai reside no alojamento da fazenda e, por conta da distância e da falta de transporte local, fica impossibilitado de morar com os filhos na vila mais próxima.

A construção civil é assinalada por todos como o ramo de atividade que apresenta as piores condições de trabalho. Em uma construtora local os trabalhadores eram registrados com um salário mínimo, mas como trabalhavam por mais tempo (6h-22h), chegavam a ganhar de R\$ 700,00 a R\$ 800,00 reais. Nesta empresa, diz Adelson (22 anos e solteiro), havia fila para tomar banho, fila imensa no almoço, alojamentos enormes, enfim, a estrutura oferecida para os trabalhadores não comportava o grande número de pessoas. Além disso, os salários eram

57 Este foi o caso de uma cozinheira da fazenda Pineápolis (MT). Rosângela, 43 anos, é de uma grande cidade ao oeste do Maranhão, e deixou cada um dos seus três filhos com um parente e veio trabalhar no Mato Grosso, onde já havia uma amiga que trabalhava como cozinheira e orientou Rosângela a vir, dizendo “aqui uma empregada ganha até R\$ 200,00 reais na semana”. Apenas quando foi morar na cidade é que trouxe os filhos para residirem com ela, pois, na cidade, ao contrário da situação encontrada nas grandes propriedades, os filhos tinham como estudar.

os menores da região. Adelson e os amigos ficaram sabendo, no tempo em que estiveram por lá, que um trabalhador em uma fazenda poderia ganhar mais. A construtora é conhecida como uma empresa que não deixa o trabalhador sair facilmente: “seguram a carteira” e, enquanto a carteira de trabalho não é liberada, as pessoas não podem buscar outro emprego. Além disso, o salário é considerado bem baixo para a região.

Ao acompanhar os trabalhadores por duas vezes até a empresa, na ocasião em que eles foram pedir para dar “baixa na carteira”, foi possível observar muita gente na mesma situação que os rapazes, reclamando da demora na liberação da carteira. Certos trabalhadores que estavam na fila esperando para serem “fichados” desistiram de trabalhar na empresa (a diária é de R\$ 14,50) ao ver tantas reclamações. São oito banheiros para quinhentas pessoas, reclamou um trabalhador na fila. Além disso, outras reclamações estavam ligadas à forma como os trabalhadores e serventes eram tratados pelos superiores: “quando o cara vem gritando, tratando como bicho, o cara fica com o sangue quente”. “Já viram gente até apanhando lá dentro”, comentam na fila.

Renato (MA), acrescenta que na construtora “não tem domingo, não tem feriado, os caras querem que trabalhe direto”. É comum também a reclamação de que as diárias não são tão boas quanto a que se ganha em uma fazenda ou uma algodoeira. Ele veio há oito meses e alugou uma quitinete para os outros irmãos que vieram depois, pois considera o alojamento da construtora muito ruim, muito bagunçado.

Juscelino (35 anos – SP) também compartilha da mesma visão: são pouquíssimos banheiros e há filas enormes para comer e tomar banho depois de um dia cheio de trabalho. Ele explica que a empresa foi buscá-lo em uma cidade no Estado de São Paulo junto com mais quatro amigos porque precisavam de “montadores” e, logo que chegou, notou que o alojamento era péssimo “queriam colocar ‘gente estranha’ além de nós pra dormir no mesmo quarto e a espera pra tomar banho era de quase duas horas, mais meia hora de fila pra almoçar”. Outra reclamação, ressalta Juscelino, é o horário de trabalho “queriam que a gente trabalhasse mais, além das 17h, por isso saí”.

No que se refere às antigas formas de recrutamento abolidas pelo “trabalho fichado”, o conhecido como o primeiro gato da fazenda São

Carlos recorda que tinha que ir atrás dos trabalhadores no Nordeste.⁵⁸ Na fazenda só havia o armazém e a cantina, nada de alojamentos. Os trabalhadores recrutados moravam “no mato” e dormiam em redes. Era cerca de oitenta ou cem homens e acrescenta: “aqui nunca pegou o Ministério do Trabalho”. A partir de 1999 a situação dos trabalhadores começou a mudar, houve a inserção de equipamento de segurança, água gelada na roça e ônibus para conduzir os trabalhadores.

O *gato* recrutava trabalhadores nas pensões. Ele recorda que era apenas chegar aos locais de hospedagem e todos já o conheciam, já sabiam que ele recrutava trabalhadores. O principal local de recrutamento era a casa de uma senhora, referida por todos como “tia”, que possuía uma residência no bairro do “lado de lá” da Cidade do Eixo, e abrigava os recém-chegados ao Mato Grosso. Com o falecimento dela, os principais locais são outros hotéis localizados do “lado de lá”. Quanto ao “hotel dos maranhenses”, o gato diz: “opa... lá é que é...”.

Hoje em dia o motorista do micro-ônibus que realiza o transporte dos trabalhadores para a fazenda São Carlos é muitas vezes responsável pelo recrutamento. Certa manhã, ele estava dizendo ao proprietário do “hotel dos maranhenses” que iria até a “agência turística” para ver se recrutava alguns tratoristas para a fazenda São Carlos – para a colheita do algodão. Ao acompanhá-lo nesta empreitada em direção ao bairro do “lado de lá”, onde se localizava a agência, o micro-ônibus foi parado mais de uma vez por homens que estavam sentados à beira de alguns

58 Antes de sua chegada, em 1996, ao Mato Grosso, o *gato* trabalhou como motorista de caminhão, mas todo o dinheiro que teve na vida para a compra de sua caminhonete e sua casa foi proveniente da “lavoura”, diz ele. “Lavoura” não significa o trabalho dele no campo, mas o recrutamento de trabalhadores para o trabalho na lavoura de outrem. É chamado de “gato” pelos moradores da vila. Segundo ele, “gato é discriminado”. O termo gato, explica ele, significa o sujeito que aceita um serviço por dois mil reais do proprietário e entrega por quinhentos aos trabalhadores. É o gato que arca com a alimentação, o transporte e a saúde dos trabalhadores, que, por sua vez, não possuem relação alguma com a “empresa”. O gato explica que quando a fazenda “São Carlos” chegou à região, nos anos 1990, ele já se encontrava no lugar. Conheceu a fazenda São Carlos quando um colega seu ofereceu um frete para que ele conduzisse alguns trabalhadores para a São Carlos. Ele reunia peões para a catação de raiz, e foi nesse período que o termo “gato” surgiu para se referir a sua pessoa.

bares e restaurantes. Eles faziam sinal para que o motorista parasse e perguntavam a ele sobre emprego, se sabia de algo, “se estavam pegando”. O motorista retrucava dizendo “sabe mexer com trator? A São Carlos tá pegando tratorista...”. Um dos cinco homens que cercavam o transporte disse que não podia ir para a São Carlos porque “tava sujo lá...”. Ele havia colocado “a firma no pau”, nas palavras dele.

Sem obter êxito entre o grupo de trabalhadores que o pararam, o motorista prosseguiu o caminho e apontou uma casa que hoje é um bordel, mas antes morava uma “gaúcha”, descrita por ele como “uma senhora que ajudava muito os trabalhadores que chegavam ao Mato Grosso”, hoje já falecida. Ela oferecia alimentos, residência por um período e toda a assistência aos trabalhadores “rodados”. O motorista costumava ligar para esta senhora para recrutar trabalhadores: “ela guardava e segurava os peões pra mim”, comenta ele.

Atualmente, quando deseja contratar algum trabalhador, o gato da fazenda São Carlos, como ficou conhecido, precisa checar se possuem carteira de trabalho, documentos, conduzi-los ao exame admissional e registrá-los. Para ser um “gato” nos dias de hoje seria preciso “abrir firma” e, ainda assim, haveria trabalhos que não poderiam ser registrados por ele por serem considerados “trabalhos escravos”, tais como a catação de raízes e o corte de lenha. Desse modo, tais “funções” precisam ser registradas “na firma deles”, referindo-se à fazenda.⁵⁹

As atuais exigências quanto ao registro dos trabalhadores não permitem mais as formas de recrutamento de outrora. Uma moradora da cidade de São Eleutério (MA), local de onde partem os trabalhadores com destino ao Mato Grosso, comenta que anos atrás era comum, na época da safra, anunciarem emprego na rádio da cidade e em carinhos de som pelas ruas. Hoje, comenta, vê menos esse tipo de prática. Os “anúncios de emprego” começaram há três anos, quando pouca

59 No momento da conversa, o gato relata que está trabalhando com vinte homens em uma “área velha, quebrada”, com corte de lenha para a operação do secador. Os trabalhadores ganham dois reais o metro, por produção, e ressalta “só não ganha se for vagabundo, ficar dez, doze dias vagando na vila... aí é obrigado a pagar o salário da carteira”. O treinamento de trabalhadores é uma das novas funções assumida pelo antigo gato.

gente sabia da existência desses empregos na região do Mato Grosso. Os “gatos”, ou responsáveis pelo recrutamento, anunciavam na rádio “oportunidades” no Mato Grosso, mas hoje não há mais esse tipo de anúncio porque as pessoas já sabem da existência do trabalho em períodos de safra e elas mesmas se encarregam de chamar outros. O gato deixava um anúncio na rádio, a maioria para a Cidade do Eixo, e tal anúncio continha informações como: “é um trabalho fichado”, mas não dizia o nome da fazenda e nem o salário correspondente, e pediam para quem se interessasse que entrasse em contato com as “agências de turismo”.

Hoje em dia, é ao desembarcarem que a primeira tentativa em busca de um emprego ocorre. Primeiro percorre-se os escritórios das fazendas, que se localizam no centro da cidade. Ao chegar aos escritórios, os trabalhadores não perguntam sobre vagas em nenhum setor específico, apenas perguntam se estão precisando de gente para trabalhar. Dependendo do serviço em oferta, o responsável que os atende pergunta apenas se os homens tinham experiência e onde eles estavam hospedados.

Em uma cidade próxima ao município de Cidade do Eixo a maior “agência” de empregos é a rádio, que tem papel fundamental no processo de comunicação entre produtores e trabalhadores. É fixada, diariamente, uma porção de papéis com informações sobre vagas disponíveis em fazendas e empresas, mas também são anunciados diariamente empregos na rádio. Na casa de passagem, pessoas ligam procurando gente para empregar e a responsável pela casa recomenda alguns trabalhadores. Assim como no “hotel dos maranhenses”, a casa de passagem torna-se uma espécie de “agência de emprego”.

O “hotel dos maranhenses” é um tipo de agência. Muitos que desembarcam pela primeira vez para trabalhar na região chegam apenas com a informação de que o “hotel ajeita” emprego: “meu hotel tá no Piauí, na Bahia, em todo o canto...”, comenta o proprietário. Quem já o conhece, costuma ligar perguntando sobre emprego na região, se as fazendas “já tão pegando”. Certo dia, o dono do hotel tinha a informação de que a fazenda São Carlos estava precisando de 68 tratoristas e oito caminhoneiros para “puxar” nove mil fardos de algodão que seriam colhidos nessa safra de 2008. Outra fazenda de que normalmente ele

tem informações sobre vagas é a Pineápolis, fazenda vizinha à São Carlos. Com base nas informações, ele direciona os trabalhadores.

Assim, quando alguém chega ao hotel e ele sabe de uma vaga existente, ele liga imediatamente para a fazenda e o responsável pela contratação já vem buscar. Outras vezes, se é do interesse da fazenda, o responsável pede para que o dono do hotel segure o trabalhador e já assume a dívida dos dias em que o futuro empregado ficará no hotel, vindo buscá-lo posteriormente, em um momento mais oportuno. O proprietário do hotel reconhece que presta um serviço aos trabalhadores e comenta: “Ninguém faz o que eu faço aqui não. Hotel nenhum faz: não quer nem saber de peão, querem distância, quanto mais longe melhor”. O dono do hotel é ligado nas ofertas de trabalho e tem relações “próximas” com muitos produtores.

Era comum observar caminhonetes paradas em frente ao hotel com o objetivo de buscar algum funcionário da fazenda ou algum novo trabalhador. Frequentemente, o dono indicava algum recém-chegado para ir a algum escritório de fazenda no qual ele sabia que estariam precisando de gente para trabalhar, ou então recebia ligações de produtores pedindo trabalhadores para realizar esse ou aquele serviço. Era comum também que o proprietário ficasse sabendo das ofertas de emprego através da rádio ou programa televisivo local. As agências de emprego na cidade, três, não eram citadas pelos trabalhadores como fonte para a procura de emprego.

No que se refere ao processo de contratação, a responsável pelo setor de recursos humanos da fazenda São Carlos destaca que a agência de emprego é um canal apenas para encontrar pessoas para a realização de trabalhos “mais qualificados”, como soldador, mecânico, torneiro. A utilização da agência e da rádio como um canal para encontrar trabalhadores é esporadicamente utilizado. Ela exemplifica que recentemente a fazenda precisava de tratoristas: “um [da família do proprietário da Fazenda São Carlos] de lá (do Sul) arrumou cinco tratoristas de [lá]. Eles já vêm com tudo certo, registrado”. Esse processo de vinda para a fazenda com registro, completa: “só não é feita com os braçais, que acabam vindo mesmo, direto...”. Quando precisa de um operador o gerente da Pineápolis também liga para o pessoal “conhecido do Sul” e

diz que há vaga disponível. Alguns trabalhadores sulistas ficam três ou quatro anos e voltam, outros apenas para trabalhar uma temporada. Já no que se refere ao recrutamento dos maranhenses, não é preciso ir atrás: “eles vêm”.

Em todos os casos observados, é possível afirmar que a contratação de mão de obra dita “qualificada”, para trabalhar, especialmente, com maquinário, é “sulista” e proveniente ou dos assentamentos da região ou dos estados do Sul do país – e, neste caso, indicada por parentes ou amigos. O acesso ao que se determina como mão de obra “não qualificada”, por sua vez, não depende de muitos intermediários, como “gatos” ou agências de emprego. A responsável pela contratação ressalta que é muito fácil encontrar trabalhadores: “tem muita mão de obra sobrando (...). O pessoal procura a gente pra contratação: operadores, tratoristas, braçais. Eles já sabem o período de contratação e às vezes me ligam: quando vai começar o período de contratação?”. Como suporte para a contratação há um escritório na cidade, sob os cuidados de outra pessoa, e, com um sistema *on-line*, é possível agilizar o processo porque uma passa tudo o que precisa para outra, que já agenda o exame admissional na cidade, antes de os trabalhadores chegarem até a fazenda. A função mais difícil de ser preenchida é a de operador de Uniporte, e, para solucionar o problema, a fazenda acaba treinando tratorista para o exercício de tal função. A forma de contratação também varia entre “sulistas”, sinônimo de mão de obra qualificada, e “maranhenses”.

2.2 | TRABALHO FICHADO

Certa manhã, um grupo de quatro maranhenses de uma região próxima a São Eleutério (MA) desembarcou pela primeira vez no Mato Grosso. Vieram porque um amigo da mesma região maranhense já estava no Mato Grosso há cinco anos, e incentivou a vinda dos quatro colegas: Fábio, Feliciano, Antônio e Joaquim, deixando apenas seu telefone no Mato Grosso para contato, caso precisassem de algum apoio na chegada. Orientou para que eles se hospedassem no “hotel dos maranhenses” e destacou que, logo que chegassem, eles facilmente conseguiriam emprego. Logo após a chegada ao hotel, o proprietário orientou para

que eles procurassem o escritório de três carvoarias na cidade, área de trabalho em que eles já tinham experiência, com exceção de um deles. Em dois dias eles já estavam empregados. O trabalho na fazenda foi obtido com a indicação do dono do hotel.

Comemorando o emprego obtido tão rapidamente, os quatro amigos conversavam animadamente em frente ao hotel. Feliciano, 24 anos (um dos maranhenses que se destacavam na conversa), dava conselhos sobre o modo como deveriam proceder na negociação com o patrão, dono da carvoaria, que se daria na manhã seguinte. Joaquim, cunhado de Feliciano, é natural de outro município (MA) e já trabalhava em uma carvoaria naquela região. O trabalho na carvoaria é por produção, em torno de R\$ 35,00 para encher o forno de madeira e retirar o carvão. Um forno representa aproximadamente cinco metros de madeira absorvida, e demora em torno de duas horas para que possa ser queimada.

Feliciano explica que, quando está fora de casa, prefere trabalhar até nos finais de semana, ao invés de “ficar estragando rede no domingo”, brinca. Isso porque, resalta ele, não há mais nada para fazer na região além de trabalhar e, se ficar sem fazer nada, acaba gastando o dinheiro com “brincadeira”. Se o sujeito vai para a cidade, diz Feliciano, vai gastar dinheiro porque tem à sua disposição tudo o que deseja, mas se fica no mato o sujeito está isolado, preso, e é obrigado a economizar porque não tem onde comprar o que deseja. Muitos não gostam do trabalho nas fazendas, especialmente os solteiros, que não aguentam o isolamento. Um dos amigos comenta: “ficar fechado no mato, dá desespero”.

Os quatro maranhenses se conheceram no ônibus, durante a viagem, com exceção de Joaquim, que já era compadre de Feliciano. Eles são oriundos de várias cidades vizinhas e três deles já tinha experiência com carvoaria. Logo que desembarcaram no Mato Grosso três deles foram até uma empresa de construção civil e um deles ficou no hotel, à espera de outra oportunidade de emprego, caso surgisse, enquanto parte do grupo procurava trabalho. Enquanto isso, o dono do hotel recebeu um telefonema de uma carvoaria procurando por trabalhadores. O grupo também tinha uma proposta de emprego de um sujeito que,

no trajeto de ônibus até o Mato Grosso, havia ofertado, caso eles não arranjassem um trabalho rapidamente.

Com o telefonema, Joaquim e Antônio (único maranhense que não tinha experiência na carteira como trabalhador de carvoaria) se animaram e foram até o escritório. Como o responsável pela contratação não estava no local, o grupo retornou para o hotel com a promessa de que no dia seguinte, por volta das seis horas da manhã, o responsável passaria no hotel para acertar os detalhes da contratação. Empolgados com a rapidez com que arranjam trabalho, Feliciano dizia aos outros companheiros “vamos impor nossas condições logo de cara, não vamos esperar viajar até a fazenda e começar a trabalhar para saber quanto vamos ganhar e dizer quanto tempo pretendemos ficar, tudo tem que ser às claras”.⁶⁰

O grupo chegou à noite ao hotel e, no dia seguinte, por volta das onze horas da manhã, já tinham arranjado emprego. Feliciano chegou ao escritório expondo a carteira de trabalho para demonstrar que tinha “costume na arte” e disse: “a carteira vai falar por nós”, para comprovar que tinha muita experiência em carvoarias. A carteira de trabalho de Feliciano é repleta de registros em carvoarias, operando as mais diferentes funções.

Desde que haviam desembarcado no Mato Grosso o grupo tinha quatro propostas de emprego. Mas caso não encontrassem rapidamente, eles já tinham pesquisado outras opções de alojamento. Inclusive já sabiam o valor de uma quitinete do “outro lado da BR”, caso nenhuma proposta agradasse. Assim como dividiam o quarto no hotel, eles pretendiam dividir a quitinete. Os amigos pareciam ansiosos com a negociação que ocorreria na próxima manhã porque, segundo foi possível observar durante a conversa entre eles, no Maranhão há muita malandragem, esperteza por parte dos donos de carvoaria (a maioria

60 Antônio, por exemplo, almejava ficar por um ano para juntar dinheiro e abrir um comércio de cereais na cidade natal, já que, com a separação, a esposa ficou com tudo, inclusive a casa e a moto. Antônio também pretende abrir um negócio para alugar motos e casas e, só assim, parar de viajar. Mais uma vez, reforça a ideia de que “emprego tá fraco lá, só dá pra comer...”.

mineiros),⁶¹ muitas delas clandestinas. Lá “cada um dá seu jeito”, para cá “a lei é diferente”, comparava Feliciano, que explicava aos companheiros que no acordo da manhã seguinte não haveria “carta fechada” e que não seriam levados “por besta”. A intenção de Feliciano era mostrar, logo de início, que respeitam o “patrão e exigem respeito”. Feliciano, na manhã seguinte, durante a conversa que se deu com o patrão, explicou-lhe que “iriam se conhecer melhor até dezembro para ver se ele mereceria a confiança deles” – isso significa “não entrar em uma carta fechada”, nas palavras de Feliciano.

A negociação com o patrão quanto ao salário por produção dependeria do tipo de madeira que seria utilizada na carvoaria, que se diferencia entre madeira da mata (nativa) e madeira de sarrafo, resto de madeira de serraria, que demora mais para encher o forno porque é menor, mais fina. Com a madeira nativa as toras são maiores e os fornos são cheios mais rápido, o que é excelente, já que o trabalho é por produção. Se o trabalho for com madeira de sarrafo “tem que ter sangue nos oio” para trabalhar, explica Feliciano. Isso porque a madeira é ripa fina e custa mais esforço para encher o forno. A diferença entre um tipo de madeira e outro deve ficar clara no momento da negociação, já que disso resultam os ganhos de produção: R\$ 20,00 para nativa e R\$ 35,00 para serraria. No Maranhão recebiam R\$ 17,00 pela nativa e pouco mais que isso para a serraria.

Feliciano ainda estava recebendo as parcelas do seguro-desemprego no Maranhão e conta que se arrumasse um emprego rápido no Mato Grosso, como de fato ocorreu, não iria fichar, prefere “ficar no clandestino para ter um capital extra”.

Dentre as negociações que ocorreram com o patrão pela manhã, Feliciano se destacou entre os demais dizendo, logo no início, que o patrão falasse “as normas” dele que eles falariam “as suas próprias normas”. Dentre tais normas relativas aos trabalhadores, estava o acerto do salário, que ficou por R\$ 30,00 a produção de serraria; a exigência de

61 Feliciano conta que no Maranhão a maioria dos patrões é “mineiros, mas que acha que aqui são gaúchos porque por todo lado onde anda vê nomes de bares, lojas, restaurantes ‘O Gaúcho’”.

24 horas para a entrega das carteiras de trabalho; e a condição de que, em caso de dispensa, a carteira deveria estar em mãos – problema muito frequente em uma famosa construtora, que demite os funcionários e segura a carteira por semanas. Feliciano também disse ao patrão que se responsabilizaria pelo colega que não tinha experiência registrada em carteira, que se encarregaria de passar o ofício. O patrão concordou, apenas questionando o valor da produção de R\$ 35,00 para R\$ 30,00. O “patrão”, ou contratante, deu R\$ 50,00 para cada um, a pedido de Feliciano (para cobrir os custos com alimentação, que teriam durante a viagem até a fazenda), e foi instado a acertar a conta do hotel. Meio contrariado, o “patrão” perguntou quanto era e acertou os gastos com a hospedagem.

Eles receberão o salário contratual, cerca de R\$ 300,00, e mais produção. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é descontado pelo contratual, e não por produção. Nas fazendas da região, todos os trabalhadores ganhavam mais do que o registrado em carteira, de modo que todos os valores para o “acordo” final não são calculados tendo como base o salário real.

Em relação aos trabalhadores maranhenses, o gerente geral da fazenda São Carlos diz que o principal problema é a falta de qualificação e, principalmente, como observado, o fato de que muitos querem ir embora após seis ou sete meses, pois, decorrido esse período, já conquistaram a chamada “garantia”. Hoje em dia a fazenda faz um contrato de experiência e um contrato de temporário, porque, se os trabalhadores quiserem sair, “os direitos” ficam em função desses contratos. A crítica à “saída súbita” se dirige especialmente aos trabalhadores que recebem treinamento, trabalhadores que recebem até o dinheiro para a passagem para ir e vir do Maranhão. Recebem até o dinheiro para o retorno na safra seguinte, afinal, houve um investimento em termos de “qualificação”.

O dinheiro que de fato “se ganha na região” tem menos relação com o salário em si do que com este “acerto final”. O dinheiro que deveras se leva para o Maranhão é fruto do “acerto”. Muitos não se preocupam sequer em guardar parte do salário, porque contam com esse acordo final. Já o seguro-desemprego é a garantia proporcionada pelo “trabalho fichado”, dinheiro que é utilizado para os meses em que passa-

rão no Maranhão antes do próximo retorno. Um proprietário na região tem quinze funcionários que trabalham com ele no período de safra da soja e do milho.⁶² Findo este período, eles retornam para o Maranhão e sobrevivem três meses com o seguro-desemprego. Alguns trabalhadores decidem se fixar, outros vêm na próxima safra.

Além das vantagens do seguro-desemprego, o chamado “acordo” é central para pensar os projetos que se realizarão no estado de origem, e muitos gastam o salário mensal em brincadeiras, para o sustento da família no Maranhão e dependem do “acordo” para não voltar sem nada. Desgostoso com o trabalho na construção civil, por exemplo, Renato espera receber no “acordo” o valor de R\$ 1.500,00 para poder retornar ao Maranhão e montar uma panificadora, o que seria suficiente, já que a família já possui o ponto comercial. O pai de Renato já estava juntando dinheiro para o negócio familiar com seu trabalho de mascate, como vendedor de redes. Renato acrescenta que se não conseguir o que espera no “acordo” já arranjou emprego em uma “firma de encanamento”. O desejo de montar uma panificadora é de não ter que trabalhar mais para ninguém e de não ter que ficar longe de casa, porque sente muita falta da mãe e da família.

O “acordo” fica mais difícil dependendo do tempo de permanência na fazenda. Durante uma conversa com outros trabalhadores da fazenda São Carlos que estavam hospedados no “hotel dos maranhenses”, Rubens (27 anos – MA) comentou que saiu da fazenda São Carlos recentemente sem conseguir “acordo com a firma”. Explicou a situação para a gerente de RH da fazenda, que não aceitou fazer “acordo” depois de quatro anos de trabalho na fazenda. Ele quis deixar a fazenda porque, nas palavras dele, estava cansado, enjoado do trabalho, queria ficar mais perto da cidade. É consenso entre os trabalhadores que quanto mais tempo se passa trabalhando em uma mesma fazenda, mais difícil é de sair com “acordo”, já que os custos para a “firma”, como costumam se referir à fazenda, tornam-se mais elevados.

Renato morou seis anos no alojamento de uma fazenda, de 2002 até 2008, quando, recentemente, pediu para “dar baixa em sua carteira”.

⁶² Seis meses, de agosto a fevereiro.

Era registrado com R\$ 800,00, mas na época de safra chegava a ganhar bem mais, porque o volume de trabalho era maior, e, muitas vezes, ele passava de duas a quatro horas do horário normal de serviço.

Recentemente, ficou sabendo que em outra cidade “estavam pegando” muitos trabalhadores para a construção e decidiu sair da fazenda na qual trabalhava, queria estar mais próximo da cidade. Ele conta que, antes de ter seu filho, gastava quase todo o salário na “brincadeira”, com mulheres e bebidas. Acha que fazia isso porque quando chegou não tinha planos, agora quer construir algo para si e para o filho, mas ainda não sabe dizer bem o que pretende e quais os objetivos. Não sabe quanto vai ganhar na algodoeira e nem mesmo se vai conseguir emprego lá, mas não está preocupado, porque “se não fichar lá, ficha em outro lugar”, explica. Ficou sabendo do emprego porque se ouve anúncio a todo o momento na rádio e se vê na televisão. Embora não gastasse com alimentos e moradia, ao menos enquanto estava na fazenda, ele não consegue economizar, gasta muito em roupas e brincadeira.

Há um consenso de que os salários na região são bons, com diárias bem melhores do que as pagas no Maranhão ou no Triângulo Mineiro. No campo da construção civil, o pagamento tem por base a diária. Nas fazendas os pagamentos podem ser efetuados tendo por base a produção, mas em todas as carteiras os registros vão de um a dois salários mínimos.

Antônio (50 anos) explica que seu primeiro trabalho no Mato Grosso era matando formigas. Caminhava muito com uma bomba de veneno nas costas (a bomba é de 20l mas ele carregava uma de 10l). Na ocasião trabalhavam dezoito pessoas, todos maranhenses, que foram divididos entre duas turmas, uma de oito e uma de dez. O ganho era por produção: quarenta ou sessenta centavos o hectare. O ganho mensal foi em média de R\$ 860,00. Se a turma fizesse, por exemplo, 460 hectares em um dia, ganharia, cada trabalhador, R\$ 30,00. Trabalhou menos de um mês matando formigas.

Em seguida, o considerado o “chefe de campo” dispensou alguns trabalhadores e Antônio foi convidado a trabalhar na capina do algodão, com a enxada. Na capina o trabalho também era por produção, e ele recebia em média R\$ 10,00 o hectare. Ele conta que tempos atrás se

pagava R\$ 15,00 e até R\$ 28,00, mas como muita gente estava ganhando até R\$ 2.000,00 em um mês, a fazenda teria decidido diminuir o valor do hectare. Na capina, dependendo do volume de trabalho em um hectare – número de cordas de viola – era possível ganhar até R\$ 1.000,00. Antônio “tirou” esse valor durante dois meses, mas chegou a ganhar bem menos, em torno de R\$ 500,00 a R\$ 600,00. Trabalhou cinco meses na capina. Atualmente ele é “assalariado”, como se costuma dizer por aqui: não ganha por produção, mas tem um salário fixo na carteira, tornou-se “volante agrícola”, como descrito no crachá, ou, “fazedor de terreiro”,⁶³ nas palavras dele.

Hoje em dia, Antônio tem um salário fixo de R\$ 430,00, registrado em carteira, mas recebe R\$ 650,00. Um motorista/tratorista, como é o caso de seu filho, recebe um salário de R\$ 900,00. Antônio ressalta que, quando veio trabalhar na fazenda São Carlos, recebeu um crachá e o kit alimentação (fichas que devem ser perfuradas na entrada do refeitório), e, com isso, passou a “ter direitos na firma”, e acrescenta: “No Mato Grosso é tudo firma, só trabalha por firma”, o que em outras palavras significa “trabalho fichado”, com registro em carteira.

Além dos salários pagos, quase sempre muito mais do que o registrado em carteira, há as gratificações para os trabalhadores fixos. No caso da fazenda Santo Antônio do Pinhal, aqueles trabalhadores que manuseiam todas as máquinas e fazem qualquer tipo de serviço ganham uma gratificação maior, medida em sacos de soja. Uma comissão acrescida ao salário base (dois salários), recebido por todos. As comissões aumentam em função do tipo de trabalho que realizam – medido principalmente pelo uso de máquinas mecânicas, sofisticadas ou pelo trabalho braçal – e em função do tempo na fazenda (outra forma de distinção). Jacson, por exemplo, ganha 400 sacos de soja. Esta é a maior comissão paga pela fazenda.⁶⁴ O gerente explica que ele ganha tudo isso

63 Responsável pela abertura de uma área no meio da plantação para que a prensa de algodão seja instalada.

64 Jacson estava de férias no período em que estivemos na fazenda. Ele é natural do Paraná e foi o único “peão” trazido pelo dono da fazenda para o trabalho no Mato Grosso.

porque “faz de tudo, dirige caminhão, caminhonete, opera máquina, trabalha de cerca, de sol, de tudo”. A menor comissão é no valor de 100 sacos de soja. Cada trabalhador pode vender os sacos no momento que desejarem, podem vender logo após a colheita ou quando a soja tiver um preço melhor.

Bernardo, por exemplo, outro trabalhador, tinha 70 sacos armazenados que foram vendidos recentemente. O valor recebido foi empregado na viagem de férias para o Maranhão, e o resultado da venda dos 200 sacos anteriores foi investido na construção da casa de sua mãe. Edison, sobrinho de Bernardo, já comprou um terreno no Maranhão e agora comprou um em Mato Grosso, onde está construindo uma casa. Tudo com o dinheiro economizado do salário e da venda da soja há cinco anos, quando vieram juntos para a região pela primeira vez. Os trabalhadores podem negociar com “o soja” que recebem, escolhendo o melhor momento para a venda. Para tanto, muitas vezes o gerente se torna um conselheiro importante.

As relações entre produtores e trabalhadores nem sempre são intermediadas pelo sindicato, como ressalta o responsável pela instituição. As negociações sobre alimentação, salário e alojamento são realizadas direto com o empregador. O próprio acesso ao trabalhador é difícil porque as negociações são feitas em “porteiras fechadas”. O sindicato tem a visão de que alguns proprietários “não respeitam a jornada de trabalho” e os que são contratados são chamados para trabalhar pelos “gatos”, que vão buscar pessoas de ônibus no Nordeste.

Fernando, um produtor da região e responsável por uma cooperativa, esclarece que não faz “gato”, que este é um trabalho que as empreiteiras realizam: pagam dez reais para cada trabalhador que o gato traz. Os seus trabalhadores são pessoas que pedem emprego na cooperativa, são registrados e possuem uma ficha cadastral com todos os dados, inclusive é realizada uma triagem na delegacia para verificar se o nome fornecido está certo, está limpo. Os funcionários que trabalham em sua propriedade são homens solteiros que residem no alojamento da fazenda. O funcionário de chefia reside em uma casa à parte. Outros funcionários residem em quitinetes na cidade, em geral pessoas que trabalham com estocagem de grãos nos armazéns. Um funcionário fixo da

cooperativa ganha, em média, R\$ 770,00 na carteira, mas com as horas extras e trabalhos aos domingos, chega a ganhar R\$ 2.300,00.

Um dos grandes problemas em relação ao pagamento de horas extras é o de que nos períodos de safra há muito trabalho (“correr contra o clima”) e um limite de horas de trabalho permitido por lei para o empregado. Fernando, o produtor, conta que prefere pagar multa no valor de R\$ 3.000,00 a ter que trocar de funcionário e, o mesmo desejaria o empregado, que teria uma oportunidade de ganhar um dinheiro extra no período de safra.

O trabalho temporário, aparentemente “irracional”, desprovido de sentido, para um grupo que se relaciona diretamente com estes trabalhadores, pode ser compreendido quando se observa o comportamento e o discurso desses trabalhadores. Para eles o trabalho “temporário” em uma região permite uma economia maior que o “trabalho fixo”. Embora ambos os sujeitos passem a residir na região para a qual se deslocaram, reduzindo os custos em relação à moradia nesses casos, os “temporários”, pelo fato de permanecerem menos tempo na região, não gastam tanto com roupas e com o que se denomina como “brincadeira” – uma referência ao excessivo gasto com mulheres e bebida, única forma de diversão local. Uma longa permanência no Mato Grosso força o trabalhador a gastar mais com a “brincadeira” e a economizar menos. O “temporário”, por sua vez, pouco vai para a cidade e não tem possibilidade e tempo de gastar o que ganhou porque trabalha apenas em uma safra. No isolamento das grandes propriedades, não há lugar para se gastar.

O trabalhador “fixo” vai à cidade pelo menos uma vez por mês e, após mandar o dinheiro para a família, gasta boa parte, senão tudo o que lhe resta, nas “brincadeiras”. Leandro (22 anos – MA) é trabalhador fixo da fazenda São Carlos. Com o dinheiro que ganhou nos quatro anos em que esteve no Mato Grosso ele comprou uma casa para a esposa e a filha no Maranhão, e disse que nunca pensou em trazer a família para morar na região porque o aluguel no Mato Grosso era caro demais e ele tinha planos de um dia retornar ao estado natal. Enquanto estivesse sozinho no Mato Grosso, poderia morar no alojamento da fazenda, sem

custos com moradia e alimentação.⁶⁵ Além da casa, Leandro comprou no Maranhão 76 hectares por R\$ 8.000,00, e investiu na plantação de manga, laranja, abacaxi, caju. Além disso, comprou 26 cabeças de gado. Segundo Leandro, o que é produzido nas terras não é vendido, mas trocado com os vizinhos que plantam arroz, feijão, mandioca, e outros itens. Apesar dos investimentos, ele gastou muito dinheiro na “brincadeira” e conta que já chegou a gastar R\$ 1.000,00 com uma moça de uma única vez na farra. Leandro usou a expressão “cachima”, para se referir ao comportamento dos homens na fazenda São Carlos, que significa: cachaça, chifre e problema⁶⁶, uma referência às inúmeras brigas que ocorrem na fazenda.

Outro fator relevante é que o “trabalho temporário” permite ao trabalhador ficar mais próximo de sua família, podendo estar livre boa parte do ano, ao menos seis meses. Não raras vezes os trabalhadores apontavam a saudade da família como fator mobilizador do retorno antecipado. Os gastos com ligações para a casa são considerados bem elevados pelos trabalhadores. Em uma fazenda da região, por exemplo, a instalação de telefones públicos é considerada pelos trabalhadores um dos grandes marcos.⁶⁷

65 Leandro foi apenas uma vez, em cinco anos, visitar a família. A casa está no nome da filha e as terras no nome de sua mãe. Foi ao Maranhão na ocasião de suas férias, mas conta que logo que chegou ao Maranhão ligaram da fazenda São Carlos porque seis geradores haviam queimado e não havia ninguém para trocar. Foram buscá-lo com o avião da fazenda lá no Maranhão. Isso, segundo o dono do “hotel dos maranhenses”, que ouvia a conversa, é “mentira de peão”, apenas para contar vantagem.

66 Um jovem técnico agrícola (PR), que ouvia a conversa, disse que nunca havia feito isso. Ficou admirado e completou dizendo que em sua terra um cara tem que estudar muito para ganhar R\$ 1.000,00 em um banco e, aqui, um cara “braçal, que não sabe nem mesmo abrir a porta com uma chave”, ganha mais e gasta tudo de uma vez.

67 Um líder comunitário na região destaca que na época em que não existia telefone público na vila, os trabalhadores maranhenses ganhavam R\$ 550,00, R\$ 700,00 e gastavam em torno de R\$ 400,00 telefonando para as suas famílias no Maranhão. Ele explica que foi uma briga de dois anos até a vinda dos atuais orelhões. Ele teve que provar, com os holerites, os salários e os gastos e convencê-los de que as mil pessoas que moravam na época na vila tinham “direito à comunicação”.

2.3 | TEMPORÁRIOS PERMANENTES E FIXOS POR OCASIÃO

A compreensão do deslocamento de muitos trabalhadores em virtude de suas próprias práticas de reprodução, para além da “inviabilidade das suas condições de existência”, é destacada por alguns trabalhos (WOORTMANN, 1990; GARCIA, 1990). Um estudo realizado em usinas de cana-de-açúcar na Paraíba revela como a migração de trabalhadores para a região Sudeste era uma forma de manter a condição de camponeses ou, ainda, como uma tentativa de se tornar dono de uma pequena propriedade (GARCIA, 1989).

Em outra perspectiva, o deslocamento da força de trabalho de uma região para a outra do país, especialmente do Nordeste para o Sudeste, foi compreendido muitas vezes como deslocamento de áreas estagnadas para regiões desenvolvidas, como se houvesse um fator de expulsão na região de origem que impele os indivíduos a procurarem oportunidades de obtenção de renda em outras regiões (SINGER, 1976). Tais deslocamentos, interpretados de diferentes formas, ora mais focados em análises econômicas, ora direcionados para as estratégias dos “migrantes”, tinham como objetivo a compreensão de um processo social: a migração e as transformações sociais no mundo rural.

Se, desde a década de 1970, pode se observar uma porção de estudos que enfatizam os deslocamentos de trabalhadores com vistas a encontrar meios de sobrevivência, os dados apresentados pela presente pesquisa, por sua vez, destacam a busca pelo chamado “trabalho fichado”, trabalho com garantia de direitos a partir do registro em carteira, foco destes trabalhadores “maranhenses”/nordestinos no Mato Grosso.

O “trabalho temporário e fichado”, tido como um modo de trabalho permanente que se articula com outras formas de trabalho no Maranhão, oferece mobilidade e uma relação diferenciada com os proprietários e responsáveis pela contratação da mão de obra na região, em virtude, especialmente, da não dependência da moradia. A maior parte da mão de obra utilizada pelas *plantations*, por exemplo, era recrutada sob a forma de moradores (GARCIA *apud* PALMEIRA, 2002), que acabavam se tornando submissos aos grandes proprietá-

rios, já que a morada é condição fundamental para a subsistência do grupo familiar.⁶⁸

De certa forma, a fixação da família no estado de origem, especialmente das mulheres, garante certa independência do trabalhador em relação ao que lhe foi oferecido, e que pode ser aceito ou rejeitado, sem que as condições básicas de subsistência sejam comprometidas. Uma grande fluidez da mão de obra é apontada por alguns contratantes, que afirmam que os trabalhadores estão constantemente mudando de emprego quando algo não lhe agrada.

Evidentemente certa escassez de mão de obra contribui para isso. O gerente de uma empresa de comercialização de soja conta que teria descartado um futuro empregado durante um processo seletivo logo na primeira pergunta. O pretendente ao cargo teria dito que estava trabalhando há quinze dias em uma outra fazenda, mas que estaria procurando por um outro emprego. Questionado sobre as razões, o trabalhador teria dito “quem paga melhor, a gente muda”.

A alta rotatividade de trabalhadores entre fazendas da região, apontada por alguns contratantes, se dá em virtude dos bons salários e da concorrência, especialmente entre a construção civil e o trabalho nas grandes propriedades. O emprego em outro lugar é certo, quando se pede demissão ou é demitido, pode-se escolher. Trata-se de um município que não conhece o desemprego. Wellington, operador de máquina vindo do Paraná, reproduz a imagem de que existe “muito entra e sai” de emprego, mas apenas entre os maranhenses. Ele conta que “se alguém fala alguma coisa que desagrada, já é motivo para sair. Isso acontece porque aqui a gente não sabe o que é dificuldade para arrumar emprego, ninguém fica seis meses ou anos desempregado, como nas

68 “... ao entrar na propriedade, todo chefe de família contraía de imediato uma dívida moral com o proprietário, que ultrapassava de muito o valor material dos elementos de vida de que era provido pelo novo patrão. Os acordos interindividuais, entre um grande proprietário e um chefe de família de moradores ou de colonos, incidiam numa infinidade de domínios de relações pessoais, em que as prestações de parte a parte tomavam a forma de dons e contradons.” (Garcia, 2002). Como destaca o autor, a dependência em relação à moradia perpetuava os mecanismos de autoridade das velhas famílias sobre a mão de obra, que não teriam sido apagadas após a escravatura.

grandes cidades”. Ele mesmo ficou dezesseis dias sem emprego durante os anos em que trabalhou na região. Em virtude desta facilidade para arrumar emprego, “qualquer coisa é motivo para sair, até mesmo uma comida que atrasa na roça”.

Uma situação exemplar foi observada na “rodoviária clandestina” ou “agência” da Cidade do Eixo. Um grupo de maranhenses estava sentado jogando baralho no espaço lateral da agência: alguns recém-chegados, outros que já estavam à espera de amigos e familiares. Um senhor se aproximou do grupo, que estava rodeado por uma porção de outros maranhenses, e ofereceu cinco vagas para trabalhadores. A função seria a de regar eucaliptos, e a diária a ser paga seria de trinta e cinco reais. Como a maioria ali estava desempregada, o sujeito esperava obter sucesso. Após a oferta, um grande silêncio se fez e ninguém se habilitou para a viagem a uma cidade próxima. O responsável pelo recrutamento se afastou inconformado, pois sabia que todos ali precisavam de emprego. Os trabalhadores, após a saída do senhor, comentaram entre eles o baixo valor da diária, e que, embora o valor fosse muito superior ao Maranhão (em torno de quinze reais), não valeria a pena se comprometer com este trabalho, já que na região havia boas opções disponíveis. Mesmo desempregados, estavam certos de que encontrariam trabalho em condições melhores.

Para compreender a lógica desses trabalhadores em não permanecer no local de destino, ao contrário dos que se estabeleceram na região, vindos em grande parte da região do garimpo, deve se considerar alguns fatores importantes, dentre eles, as condições de mercado da moradia e os trabalhos mais escassos para as mulheres dos trabalhadores em relação à oferta de trabalho para os homens. Cleunice (36 anos) é uma das poucas mulheres maranhenses que trabalha na fazenda São Carlos, responsável pela limpeza do escritório, e exatamente por isso ela se considera uma “pessoa iluminada”, julga que teve sorte.

Como observado na experiência dos trabalhadores em relação ao mercado de moradias, as famílias que chegam à Cidade do Eixo não conseguem alugar casa porque a cidade está em um processo de inchaço: há inúmeras pessoas chegando em busca de emprego e não há casas disponíveis para todos. O resultado é uma inflação dos aluguéis.

Outro fator, ainda, poderia ser destacado: a idade escolar dos filhos. Quando os trabalhadores possuem filhos em idade escolar, há uma série de dificuldades em se trabalhar nas grandes propriedades em virtude da distância da fazenda em relação aos grandes centros urbanos. Nos casos em que os trabalhadores vêm acompanhados de suas esposas, os filhos podem ser deixados com parentes na região de origem, ou, no caso em que os filhos acompanham o casal, é necessário manter uma casa na cidade para que os jovens possam estudar.

Se por um lado há um intenso deslocamento dos trabalhadores, marcado por constantes idas e vindas, não se pode esquecer que, por outro, há também uma fixação, no local, de parte dos trabalhadores maranhenses com suas famílias. Dentre os mais velhos, acima de 30 anos, há uma ou mais passagens pelo garimpo nos anos 1970 e, com o fechamento dos anos 1990, estes homens foram descendo do Pará para o norte do Mato Grosso, a fim de trabalhar na abertura de novas áreas e na extração de madeira,⁶⁹ e acabaram se fixando na região. São, em sua maioria, moradores urbanos que residem do “lado de ‘lá’ da BR-163”. Parte desses trabalhadores retornou para o Maranhão e reiniciou os deslocamentos para o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso a partir do ano 2000.

69 Ariovaldo Umbelino Oliveira destaca que “a descoberta de ouro em garimpos na porção norte do Estado do Mato Grosso fez com que, a partir do final da década de 1970, autêntica corrida para os garimpos ocorresse dentro dos próprios projetos de colonização. Foi assim que em Guarantã do Norte, Matupá, Terra Nova e Colíder tiveram que aprender a conviver com os garimpeiros do rio Peixoto Azevedo e rio Teles Pires. Foi assim também que Carlinda, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás tiveram que conviver com os garimpos fechados do município de Alta Floresta, ‘onde ninguém entra ou sai sem controle’” (Oliveira, 1989, p. 24).

Capítulo 3 | GRANDE PROPRIEDADE

Não fosse pela grande mobilidade dos trabalhadores, ou por retornarem para a região de origem frequentemente, ou por circularem em busca dos melhores empregos com certa facilidade, poderia se pensar a grande propriedade como marcada por características de uma “instituição total” (GOFFMAN, 2003).

Embora permita um contato restrito do trabalhador com o “mundo exterior”, o que é uma das características das instituições totais, tal contato é limitado pelas imensas distâncias a serem percorridas nas estradas de terra e em péssimas condições. Para se deixar a maioria das fazendas na região é preciso contar com a carona de alguém ou então esperar um ônibus com horários muito restritos, e que pode deixar de circular em virtude de qualquer contratempo.

Há ainda regras claras para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, “moradores”, que exercem suas atividades nas fazendas da região: não beber é uma das principais. O horário rígido para acordar e realizar as refeições também pode ser destacado, além do uso de uniformes de trabalho, obrigatoriedade em relação à segurança no trabalho. Os alojamentos coletivos, por melhor condição em que se apresentem, fazem com que os sujeitos tenham que compartilhar o espaço, aparentemente mais íntimo, com “estranhos”. A ausência da família, com quem o diálogo é limitado, faz com que a sensação de solidão se amplie. Um rapaz, Waldir (32 anos, MA), diz que “quem disser que peão não sofre tá mentindo: chora por causa da família, passa por situações difíceis, sente-se sozinho, e sofre com o trabalho duro, o sol quente, o esforço e os acidentes de trabalho”. Além do isolamento, antigos hábitos, como

dormir na rede, devem ser obrigatoriamente abandonados. Ademais, o poder de decisão pessoal nesse contexto é reduzido.⁷⁰

A ideia de se pensar a grande propriedade, distante dos centros urbanos, como um lugar com “leis próprias” perpassa todos os informantes e está relacionada com o fato de ser um lugar afastado de toda a assistência médica ou necessidade de serviços de emergência, como ambulância ou polícia, ligado às cidades principais por um longo e tortuoso caminho a percorrer, especialmente no período de safra da soja, quando a chuva deixa o caminho quase impraticável. Nesse contexto, Saulo, um morador de uma vila que se localiza próxima a uma grande propriedade, destacaria seu papel como aquele que estabelece a ordem local, e que este trabalho é uma das características centrais de sua atividade na “comunidade”.

Nesse contexto, Saulo se coloca à disposição para atender “emergências” locais, tais como mulheres grávidas, brigas, feridos e doentes. Saulo conta que, pela ausência de socorro imediato, ele se colocou na posição de “responsável” e “defensor” da “população maranhense”. Além das “situações de emergência”, pode-se dizer que Saulo é um “agente da segurança” em terras áridas e sem lei. Ele mesmo explica que hoje os problemas a que ele se refere como “de segurança” são menores, mas que, quando chegou ao local, não havia uma só pessoa que não andasse armada (arma branca ou de fogo – revólver). Ele recorda que teve um problema com um rapaz do Maranhão que andava “aprontando”, armado. A primeira ideia de Saulo foi pedir auxílio à polícia da cidade, para obter a ficha do rapaz: “tinha uns quatro metros, com assalto, morte...”. Com a documentação em mãos, ele pediu auxílio

70 Durante um jantar na Cidade do Eixo com Solange e Rosângela, cozinheiras da fazenda São Carlos e Pineápolis, respectivamente, longe dos homens no hotel, elas me contaram sobre as relações amorosas que elas têm na fazenda. Solange deixou o trabalho na São Carlos e começou a trabalhar em um dos poucos restaurantes localizados na vila mais próxima porque descobriram que ela estava de caso com um “chefe de campo”, um agrônomo. O chefe de campo é responsável por um grupo de peões e da produtividade de uma área na fazenda. Eles sempre saíam para o meio da plantação no meio da noite e o gerente, ao descobrir o caso amoroso, proibiu que ela levasse adiante a relação.

para o conselho tutelar, mas, antes de qualquer ajuda, ele teria se envolvido com drogas “e atiraram nele lá embaixo”, aponta Saulo.

Nesse período inicial, em que “todo mundo andava armado”, ele recebeu muitas ameaças, disparavam tiros contra sua garagem e ele teve que entrar em contato com a polícia regional, para “fazer uma batida aqui dentro” nos anos de 2003 e 2004. Ele relata que saíram com duas caminhonetes carregadas de armas e, nessa ocasião, pensava:

e se eu for embora agora?... As pessoas já pensavam que lá ia melhorar, iam começar a construir... Começou a crescer... Vou ter que enfrentar: pegava o cara armado e a gente pedia para ele entregar ou tirava à força. Tinha uma turma que me ajudava, e foi assim, desarmando... Até que eles pensaram: vou perder se eu tiver uma arma (...) Eu sempre contei com Deus. A droga rolava solta e em qualquer lugar. Hoje o que acabou não foi o tráfico, mas o consumo livre de drogas e de pessoas armadas. Depois veio gente pra cá acreditando que ia melhorar.⁷¹

Além do combate ao tráfico de drogas e ao desarmamento, ele interfere em problemas conjugais e denúncias de espancamento de mulheres, o que era um problema muito comum. Quanto a isso, Saulo calcula que melhorou o problema. A ideia, segundo ele, é a de que:

A Justiça não chega aqui (...) Então o que acontece... a gente tem que fazer a nossa lei (...) E tem que ser assim, senão o cara mata e você fica só olhando, de graça. Antes você tinha muita morte, matava e o corpo ficava por aí, e o cara bebendo nos bar. Um dia mataram um rapaz com uma faquinha de pesca, quando cheguei, ele estava morto, eram

71 Quando questionado sobre quem fazia parte desta turma, o que se pode pensar que seriam seus “capangas”, ele diz que eram pessoas “da comunidade que não tinham medo de enfrentar”. Ele acrescenta que não tem receio de dizer que as pessoas que o ajudam são gente que passou pela cadeia e que “estão querendo se regenerar”.

três pessoas, três assassinos. Falaram: Sr. Saulo, eles correram pra lá. Eu falei: senta, vem comigo pra ir atrás. Eu peguei o carro e eles tinham fugido de moto e a pé. Foi uma hora procurando no mato (...) A população foi lá (...) Bateram até (...). Se fulano falou que vai matar beltrano, eu chego antes. No período em que fiquei fora por cinco dias, soube que mataram um rapaz. A polícia veio e ninguém abriu a boca (...) Chamei a polícia, o sujeito tava com carteira assinada, dormindo no alojamento e comendo na cantina (...). Hoje o nosso índice de matança diminuiu. (...) Nunca teve brigas em festas porque eu fico rondando, não curto. Explico como funciona as coisas por lá e, quando sabem de qualquer BO, alguém vem me chamar.

Saulo crê que essa sua postura fez com que ele passasse a ser uma pessoa muito respeitada no lugar, a ponto de poder se meter em muitas brigas entre dois sujeitos armados que querem se matar e nada acontecer com ele. Outros o julgam como uma “pessoa muito dura”. Quanto a ele, há um orgulho de ter “tirado muita gente do fundo do poço, que roubava, traficava e que hoje, a pedido dele, a [fazenda] deu uma nova oportunidade...”. Saulo é uma pessoa conhecida por estar “ao lado dos maranhenses” e é compreendido por alguns como “um mal necessário”.

Para além de certo grau de isolamento que todos parecem destacar quando se referem às fazendas da região, e que por vezes justifica em termos nativos a imposição de uma “justiça” local, o cenário é marcado por uma poeira avermelhada levantada pelo vento que entra pelos olhos, pelo cabelo e unhas dos moradores das fazendas. Em razão da seca desse período, alguns caminhões circulavam pela “avenida principal” de uma vila da região jogando água duas vezes por dia para minimizar a poeira levantada pelo vento. Na paisagem sem árvores e cercada pela lavoura, o vento era intenso e tamanho incômodo não era apenas pela irritabilidade causada pela poeira, que secava a garganta, a pele e os olhos, mas especialmente pelos perigos que todos corriam quando se descarrega o veneno com o avião para pulverizar a área.

Em uma vila, encravada em meio a muitas propriedades, observa-se muito pouco a movimentação das pessoas nas ruas, apenas pouquíssimas mulheres fazendo compras (muitas das quais prostitutas, segundo informavam os trabalhadores), poucos homens, que estavam em seu dia de folga e que preferiam ficar dormindo ou nos bancos em frente ao alojamento, e uma movimentação maior de homens nos bares, à noite, e em frente ao refeitório, no horário do almoço. Como à noite a escuridão era muito grande e havia sempre homens circulando e saindo dos bares, parecia prudente, segundo recomendações dos moradores, não circular a pé pela vila.

Há quatorze anos trabalhando em uma fazenda na região, o responsável pela contratação dos trabalhadores conta que quando chegou ao local era apenas uma “fazendona”. Havia apenas plantio de soja e arroz, além de poucos funcionários. Recorda que:

o serviço não para, sempre tem atividade diferente do soja, que na época era assim: contratava pro plantio e lá pro dia 30 de novembro, antes do Natal, mandava todo mundo embora. Ficava só o pessoal do escritório, eu, o vereador Justino, e mais dez famílias (...). Com a plantação de algodão, começou a ter sempre serviço, aí (...) começou a construir um mercadinho, telefone... foi construindo e dando pro pessoal (...) Aí que foi evoluindo....

Atualmente são aproximadamente 150 trabalhadores “fixos” e 300 “flutuantes”. Quando o contrato da colheita termina, aproximadamente 90/100 dias depois de iniciados os trabalhos, há ainda o beneficiamento do algodão por mais um mês. Quando termina a colheita e o beneficiamento é que os trabalhadores deixam a fazenda.

A criação de zonas de prostituição pelas próprias fazendas da região pode ser algo destacado como um empreendimento com o objetivo de fazer com que os trabalhadores permaneçam nas proximidades do local de trabalho, sem terem que se deslocar para outras cidades. Isso porque, ao se dirigirem a espaços mais longínquos, como única forma de se divertirem e deixarem a solidão das grandes fazendas, os

trabalhadores acabavam bebendo demais e ficando pela cidade. Em contrapartida, os “patrões” teriam que arcar com a passagem de volta de cada trabalhador para a fazenda, já que muitos gastavam o dinheiro na “brincadeira”:

Alguns gastam tudo na zona (...) tinham 800 peões e não tinha mulher para atender. O pessoal [de Cidade do Eixo] começou a abrir zona aqui, cinco ou seis, tinha gente fazendo sexo até em cima de mesa de sinuca. Mandei fechar (...). A Conceição (hoje a mais conhecida zona) fez um acordo comigo. A zona fica na última rua, na última casa, pedi três metros de muro e portão. Não tem droga, não falo que não há gente que use. Não se vê nenhuma mulher dela aqui pra cima e, se tiver, não tem problema porque elas são muito comportadas. Às vezes passo lá, sabem que eu tô na área. As pessoas não têm diversão aqui e, ao invés de estarem se matando nas esquinas, eu prefiro... Só peço pra controlar a conta deles e digo “se vocês ficarem com 200 ou 300 de cada um deles já tá bom, porque eles ganham de 800 a 1.200 reais”, pra não acontecer o que já aconteceu na zona da Paola. O Sr. Figueirinha recebeu 20 anos de indenização e trepou com uma moça. Gastou R\$ 800,00 de uma vez. A Paola tomou conta do cheque dele e eu fui ao banco pra sustar o cheque e pedir pra empresa fazer o pagamento pra ele, direto. (Saulo).

O dinheiro, considerado excessivo, despendido nas zonas, vivenciado pelo Sr. Figueirinha e relatado por Saulo, é apenas uma das características atribuídas aos maranhenses, que, nas grandes propriedades, são identificados como “trabalhadores braçais”. A categoria é relacionada a uma porção de valores e atributos que são considerados indesejáveis pelos “patrões” ou “gerentes” das grandes propriedades.

Uma das características das fazendas que mais chama a atenção é a diversidade de atividades produtivas que se realizam no interior da propriedade. Na fazenda Muçambinho há criação de porcos, de gado

e lavoura, enquanto na Santo Antônio do Pinhal há também criação de gado e agricultura. Embora não haja criação de gado na fazenda São Carlos, há uma algodoeira, para além da lavoura, que, assim como nas outras duas fazendas, é diversificada: safrinha de milho e safra de soja, além do algodão (no caso da Muçambinho e da São Carlos); e do milheto, do sorgo e de outras forrações de solo⁷² encontradas nas três propriedades. Na fazenda da família São Carlos não há propriamente uma grande diversificação, mas no conjunto de fazendas pertencentes aos proprietários é possível observar a magnitude dos seus diversos empreendimentos, como apontaram os funcionários: cultivam algodão, arroz, milho, suinocultura e pecuária.

A diversificação das atividades é dividida em áreas com trabalhadores específicos, cuja circulação entre os diferentes setores é praticamente inexistente. O responsável pelo setor de recursos humanos organiza a folha de pagamento de acordo com os setores demarcados: armazém, adubo, algodoeira, oficina, almoxarifado, calcário, enfim, dividindo cada atividade que se realiza na fazenda em cada um dos “setores”. Além disso, elabora a escala de trabalho: cinco por um, sendo um domingo de folga por mês obrigatório.

3.1 | TRABALHADOR BRAÇAL

Carlos,⁷³ operador de máquinas de origem sulista, explica que o mundo dos “operadores” é bem diferente dos “braçais”: estes “cheiram a chulé,

72 O milheto e o sorgo são plantas que podem ser utilizadas como alimento para o gado – silagem. O milheto tem se apresentado também como excelente opção para cobertura dos solos nas áreas de plantio direto. O sorgo, por sua vez, é uma espécie e cultura marginal ao milho, igualmente destinada à ração animal. O plantio do sorgo tem sua concentração no período pós-colheita de soja e milho, por isso mesmo denominada safrinha, tendo sua colheita entre os meses de julho e agosto.

73 Carlos relata que desde que chegou ao Mato Grosso trabalha como operador de máquina na fazenda Pineápolis. Apenas recentemente é que mudou de local de trabalho, passando a trabalhar em uma construtora – empresa que trabalha com terraplanagem. Carlos diz que estava com problemas pessoais e a empresa passou a descontar muito do seu salário, em virtude das faltas e problemas que ele estava causando. Ele saiu da Pineápolis e conta que gastou o dinheiro em viagens, foi para a praia, foi conhecer

tem cheiro de suor”, enquanto os operadores estão sempre “limpinhos”, de camisa. Um operador, explica Carlos, também gasta com zona e bebida, mas é menos. Os que mais gastam seriam os solteiros, que não têm compromisso com a família (gastariam em torno de 40% do salário), enquanto os maranhenses, “braçais”, gastariam todo o salário: “eles ficam sem sabão para lavar roupa e depois vem pedir pra gente. Eu não dou”, reclama o operador.

Um operador, acrescenta Carlos, trabalha para comprar uma moto, um lote, uma vaca, já os maranhenses não têm esse cálculo: “vão levar o dinheiro para aquela mulher gostosa”. Os braçais são nordestinos, “têm o hábito de largar tudo sujo, derramar comida na mesa, porque não têm o hábito de se sentar à mesa no Nordeste”, e isso é, acrescenta, “o que mais afasta uma classe da outra... No quarto dos operadores a cerâmica está sempre branquinha, banheiro bem arrumadinho, tomam banho todos os dias, trocam de roupa todos os dias, porque ganham bem e podem mandar lavar. Os braçais também ganham, mas não se importam, o negócio deles é sair pra boteco, beber, festa.⁷⁴ É uma vida diferente, eles não se importam em comprar um desodorante bom, fica aquela ‘inhaca’, aquele cheiro de cavalo”. E completa: “no quarto deles não dá para decifrar a cor da cerâmica”.

outros lugares e, após 42 dias, a fazenda ligou convidando-o para voltar. Ele recusou e arranhou emprego nessa outra empresa. Depois de dois anos, o gerente da Pineápolis reiterou o convite para retornar e, dessa vez, ele aceitou. Disse que prefere trabalhar na fazenda a trabalhar na cidade, já que cresceu em uma fazenda. Além disso, Carlos diz que “tornou-se homem na Pineápolis”, visto que a primeira oportunidade que deram a ele foi lá, ainda quando estavam no Sul.

74 Carlos diz que não costuma gastar com mulher, e que gosta de comprar tudo “do que é bom”: tem inclusive celular via satélite, comenta. Interessante é que, dois dias depois de nossa conversa, ele veio me perguntar que tipo de presente uma mulher gosta de ganhar. Perguntei se era para a esposa, e ele disse que não tinha jeito de voltar com o casamento, e que o presente era para uma mulher que ele havia conhecido há poucos dias. Respondi que não sabia, que dependia da mulher. Ele perguntou se chocolates e flores eram bons presentes, respondi afirmativamente. Ele voltou depois de um tempo com uma cesta que ele havia encomendado no valor de R\$ 360,00 reais e, na manhã seguinte, foi tomar café da manhã no hotel com a mulher a quem havia enviado a cesta. Ele me apresentou dizendo: “esta é aquela da cesta”.

No trabalho, diz Carlos, “eles são uma área diferenciada”. Carlos diz que não trabalha com eles no cotidiano, não trabalha no mesmo lugar, e diz “não posso falar do trabalho deles porque não estou no dia a dia deles. O operador só encontra com os braçais no café da manhã e jantar, porque, no almoço, eles têm um *trailer* próprio para a refeição no campo”. A maioria dos operadores é do Sul, e os maranhenses, sinônimo de trabalhador braçal, é visto como incapaz de aprender. Carlos acha que “esse povo não tem como aprender, é falta de estudo”. Disse que os proprietários não têm que se preocupar em treinar ou ensinar esse povo porque essa é uma questão que deve ser resolvida pelo governo federal.⁷⁵

Carlos acrescenta que entre os operadores não há brigas, o que não acontece frequentemente entre os maranhenses. Uma das maiores discussões é quando alguém quer contar vantagem em termos de trabalho, dizer que sabe fazer o que um operador faz ou que é operador, sendo que, na realidade, “o cara não é”: trata-se de um tratorista. Outro motivo para briga é quando há xingamentos envolvendo a família. Nesse caso, o pior a se dizer seria “filho de uma puta” ou “filho de uma égua” – expressões mais utilizadas. Quando os operadores observam um maranhense na zona, comentam “ele já foi depositar o pagamento”, ou ainda, “banco de maranhense é a zona”.

Segundo Carlos, os maranhenses não fazem questão de se misturar⁷⁶: eles brigam entre eles com faca, garrafada, enquanto os operadores sentam e conversam, “dão tapinha nas costas”. Entre os operadores não tem brincadeira com ofensa, não se põe a família no meio. Para ele,

75 Carlos conta que certa vez deu uma máquina na mão de um rapaz que era maranhense, porque ele estava insistindo que queria aprender. O rapaz teria tombado a máquina em um buraco, o que teria quebrado o eixo, e algumas partes do corpo de Carlos. Quebrou a mão, cabeça, as duas pernas e uma costela. O rapaz não teria se machucado muito, enquanto ele teria ficado na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Ficou dois anos sem poder trabalhar, e, quando retornou para a Pineápolis, ainda pegou oito dias de suspensão. O rapaz teria tombado um granelheiro cheio.

76 A forte ligação que os maranhenses têm entre si, pouco se relacionando com pessoas de outros lugares, especialmente do Sul, é apontada como características por todos os gerentes.

não aguenta ficar muito em uma fazenda quem gosta de farra. Porque a cidade é o lugar para farra fácil, explica o operador.

Alguns dos elementos apontados pelo operador de máquinas Carlos serão mais ou menos destacados nos discursos de patrões, de responsáveis pela contratação, de gerentes e de outros operadores, tendo como resultado dificuldade de relacionamento no campo e uma segregação em áreas específicas de atuação.

Um dos três gerentes da fazenda Muçambinho, explica que em cada setor da fazenda se “fala uma língua diferente”, porque a “vida é diferente”. Há, no caso das fazendas maiores, gerentes para cada área de produção. Igualmente, os alojamentos e cantinas dos trabalhadores de cada setor são separados espacialmente. Na fazenda Santo Antônio do Pinhal o pessoal que lida com o gado não fica nos mesmos alojamentos e não utiliza a mesma cantina que os trabalhadores da lavoura. Assim como na fazenda Muçambinho, há ainda outro espaço, mais distante, com alojamentos e cantina própria, para os “vaqueiros”. Normalmente o pessoal que lida com o gado não ajuda na lavoura, e o contrário também é verdadeiro, embora haja ocasiões em que um “auxílio” na mangueira (curral) se faz necessário, como em períodos de vacinação (duas vezes por ano), quando é preciso apartar, fazer transferência, injetar sêmen, enfim. É raro, mas pode acontecer um deslocamento de trabalhadores da lavoura para o gado, nunca o contrário. A ideia aqui é de que há uma superioridade do trabalho na lavoura e, conseqüentemente, daqueles que trabalham na agricultura em relação a outras formas de trabalho e outros trabalhadores em outros setores nas grandes propriedades.

Na tentativa de explicar tal divisão, o gerente de uma das fazendas destaca que os que mexem com o gado só falam de boi, de cavalo, de rodeio, os da agricultura, por sua vez, só sabem falar de máquinas. Além disso, o modo de agir, de falar e de se vestir também é traçado como diferença: “se você for no alojamento deles você vê uma coisa e no nosso você vê outra, é da água pro vinho”. Oferecendo seqüência ao seu raciocínio, ele explica que “nós”, “tipo de gente do Sul”, são alemães e têm uma *cultura* diferente dos trabalhadores de origem mineira e mato-grossense. Eles falariam, nas palavras do gerente, de modo grosseiro, dizem “eu fui”, “eu vortei”. Na suinocultura, onde há gente do Paraná,

completa ele, é outra linguagem, falam “porta” (pronúncia da vogal tônica [o] como meio-aberta, posterior, arredondada e da consoante [r] como aproximante alveolar – /p ta/) e mal sabem o que se passa na fazenda: se fosse dito que a soja está crescendo na fazenda perguntariam “mas tem soja aqui?”.

O gerente explica que isso se deve ao fato de que as pessoas são de “lugares diferentes”, com “tradições diferentes”. Cada cantina é acompanhada de um grupo de alojamentos e é servida a comida que agrada a cada pessoa de determinada região. O pessoal da construção é composto por 99% de maranhenses, explica. São descritos pelo gerente como “porcos, relaxados, mal-educados”, e tudo em razão da má formação. É completa:

a maioria que trabalha na agricultura é inteligente, fala duas línguas, o alemão e o italiano. Lá em cima não, os maranhenses são grosso, não tem estudo, setenta por cento não tem nem o primário, e se você for falar com eles, não te dão nem atenção (...). Na agricultura tem três ou quatro ainda, mas restrito à função que você coloca ele. Aprende a mexer com trator, mas não planta, não colhe. São assim, oh... o negócio deles é comer, tomar cachaça e dormir. Não gosto de meias palavras.

Além disso, o gerente destaca as formas de se vestir. Os responsáveis pelo trato com o gado, o “vaqueiro”, usa calça jeans, cinturão, bota, e chapéu de *cowboy*, de acordo com a formulação do gerente da fazenda. São peritos em vacas e bois e não entendem nada das máquinas. Os sulistas se vestem de calça jeans, bota, boné e camisa, “como eu estou”. E, embora “todos sejam iguais como seres humanos”, ele acrescenta que só se entendem quando falam de “mulher”, “cachaça” e “futebol”: “aí falam a mesma língua, mas no que se refere à língua do trabalho não”.

A diferença entre sulistas e maranhenses não apenas divide operadores de braçais, em um nível de acusações, já que ambos se enquadram na categoria “peão”, como se torna mais complexa quando expressa na relação entre encarregados (sulistas) e subordinados (maranhenses).

Uma moradora de uma vila (localizada próxima a uma grande propriedade) comenta que deixou dois filhos no Maranhão e que não desejaria que eles viessem para o Mato Grosso porque considera “muita humilhação”. Humilhação sofrida em relação ao tratamento dos gerentes e, especialmente, dos encarregados: “aquele [sujeito] é o cão”. O referido sujeito é encarregado da fazenda São Carlos, e, como todo encarregado, é responsável por chefiar e fiscalizar o trabalho de um grupo, ou “frente de trabalho”, durante o período de atividades diárias no campo.

Quando chegou ao Mato Grosso, Afonso (38 anos, gaúcho) conta que sofreu muito, especialmente pela “sua origem” (gaúcho e negro): “gaúcho não é bem-visto aqui não, tem gente que quer pisar na gente, sobe”. Questionado sobre quem fazia isso, ele respondeu: “o povo em geral”. Afonso, por ser negro, lamenta que se sente muito sozinho. Sua cor o coloca em uma posição um tanto quanto ambígua: nem tão próximo dos “gaúchos”, nem dos “maranhenses”, que, segundo ele, são “agrupados”, são reconhecidos por andar sempre juntos. Os maranhenses se encontram nos lugares, perguntam de onde são, e logo se tornam amigos, ficam agrupados, como uma família, explica Afonso. Quando chega alguém novo no lugar, como foi o seu caso, e descobrem que é gaúcho, comentam “se é gaúcho só pode ser porqueira”.

Afonso trabalha como operador de secadora, e no seu trabalho procura entender o conflito com os dois grupos e a sua solidão, explicando que:

quando se é novo e chega a um lugar, uma fazenda, as pessoas te desprezam, desfazem. Em geral isso ocorre entre encarregados e subordinados (...) se alguém ocupa uma posição de encarregado e é novo no lugar, os subordinados te avaliam, e, sendo maioria, podem tirar o encarregado, criando problemas até que ou você vai embora ou eles vão.

Afonso relata que, logo que chegou ao Mato Grosso, percebeu que havia algo errado com os encarregados que haviam sido contratados antes dele: ninguém permanecia no emprego, e imediatamente percebeu que teria que tratar os subordinados de outro modo, “adaptando

a linguagem”: “não gritar e entender o modo como os subordinados agem”. Afonso usou a expressão “outra nação”, para se referir à diversidade entre encarregados (sulistas) e subordinados (maranhenses). Ao chegar ao Mato Grosso e observar o grande número de maranhenses que havia entre seus subordinados, percebeu que não apenas o modo de falar era diferente: “os gaúchos falam mais forte, e o que tem um nome aqui não tem outro lá...”, mas que, principalmente, o “modo de trabalhar”, nas palavras dele, era diferente. Dessa forma “o modo de comando” teria que ser diferente também, se quisesse ser obedecido: “se eu falasse ‘*vamos* fazer tal coisa’, eles entendiam que eu deveria levantar e fazer. O maranhense não levanta e faz, eles ficam pensando. Agora, se falasse ‘*bora* rapaiz, vamo fazer tal coisa ali’, eles se levantavam e te acompanhavam”.⁷⁷

O antigo “gato” da fazenda São Carlos explica que é preciso “ter manejo” com os trabalhadores. Para tanto, sempre que comanda um grupo, procura perguntar “alguém quer ligar pro Maranhão?” Sabe que os trabalhadores sentem “saúde” da família e, quando ocorre algo que irá desagradar, procura explicar: “pessoal... atrasou o almoço, ficou atolado... tem que saber lidar (...). O dono da fazenda mesmo, quando vem aí, não vai ficar cuidando de bêbado, doente... O mais difícil é cuidar de bêbado e brigas”.

No que se refere às intrigas entre os “novatos” e os “antigos”, o problema reside principalmente quando os “novatos” sulistas são chamados para operar as grandes máquinas, as mais valiosas, sendo que há uma porção de trabalhadores fixos, maranhenses, que poderia executar tal tarefa. A falta de “oportunidade” aos trabalhadores maranhenses é uma das questões centrais em relação ao trabalho na região. O maior orgulho de Antônio (MA), trabalhador da fazenda São Carlos, é o fato de seu filho ter deixado de ser um trabalhador braçal. Apesar

77 Segundo o gerente, para a realização dos “serviços gerais”, recorre-se à contratação de mão de obra “não qualificada”, no caso, os “maranhenses”, caracterizados como totalmente analfabetos e dotados de um “dialeto característico”. O que significa que é preciso saber falar com os maranhenses para que se faça entender o que deseja. Por exemplo, ele diz que se quer que alguém faça um trabalho determinado, não é suficiente pedir, é preciso dizer “bora fazer tal coisa”.

de a fazenda, segundo Antônio, não pagar tão bem, ele diz que dão oportunidade: seu filho saiu do trabalho braçal para dirigir a “Melosa”.⁷⁸ Antônio conta que o filho teve a oportunidade de trabalhar no bag (transporte de adubo), o que ele teria recusado, porque o sal que se mistura com o adubo “come” os sapatos, as roupas, enfim, ele teria preferido continuar com o transporte de lubrificante. Em outra ocasião, um encarregado teria perguntado se ele era capaz de conduzir o uniporte até a sede da fazenda e ele teria aceitado. “As oportunidades surgem quando um encarregado manda você fazer algo e você faz bem feito”, não significa que alguém vai “parar para te ensinar”. Além disso, outros companheiros não podem ensinar se não tiverem permissão, diz Antônio. Caso contrário, o cara pode “pegar um gancho” (suspensão) com multa.

A “oportunidade” é uma das principais formas de ascensão. Severino (34 anos – AL), trabalhador hospedado na casa de passagem, relata sobre o modo como foi mudando de trabalho na fazenda, como deixou de ser trabalhador braçal para “tocar serviço” – função hierarquicamente superior: “uma noite meu patrão me chamou e perguntou se eu não queria trabalhar de ‘chapa’, de sacaria, e eu respondi que não, eu nunca trabalhei senhor. E ele disse que não tinha problema, que era só pra dar uma ajuda, porque o rapaz que fazia machucou a perna”. Severino explica que o serviço de sacaria é judiado, pois o sujeito trabalha em turnos de dez a doze horas, carregando sacos de cinquenta quilos nas costas. Conta que no segundo dia trabalhando nessa função estava quebrado, quase desistindo, mas, quando descobriu que um dia de trabalho como saqueiro equivalia a oito diárias como braçal catando raízes, pensou: “nem que eu tenha que me acabar, vou ficar nesse serviço”.

Em outro município localizado no extremo oeste do Mato Grosso, em outra fazenda, Severino conta que aprendeu a tocar equipe de catação de raiz, de preparo de terreno, a plantar soja e completa “passei a ser patrão, pequenininho, mas patrão”. Ao iniciar o seu trabalho “tocando equipe”, ele recebia um valor determinado e repassava para os

78 Melosa é um apelido para o transporte de lubrificante. Por trabalhar dirigindo a máquina, o filho de Antônio passou a ser conhecido como “Meloso”.

peões, tirando o dele: “chegava no patrão, dono da fazenda, e ele dizia ‘te dou tanto pra você fazer esse serviço aqui...’”. Esse trabalho podia ser realizado em outras fazendas, não exigia exclusividade. Ele apenas tinha que arranjar a equipe suficiente para liquidar tal serviço. Os serviços, por sua vez, eram obtidos diretamente com o dono da fazenda.⁷⁹ Severino explica que, quando via que um trabalho ia ser feito na fazenda, ele se oferecia. Ia de fazenda em fazenda perguntando, já que sabia a época em que a catação, a plantação ou outros serviços eram realizados.

A “oportunidade” oferecida aos “maranhenses” está em função de uma necessidade emergencial no campo do trabalho. Chico (MA – 24 anos) comenta que é difícil darem oportunidade para os maranhenses. Atualmente trabalha como “prensador” de fardo na algodoeira. Conseguiu o cargo porque ajudou a “montar a algodoeira e não pelo fato de darem oportunidade aos maranhenses”, explica o trabalhador. Na ocasião em que a algodoeira da São Carlos estava em processo de construção, Chico foi um dos trabalhadores que auxiliou no processo e ainda permaneceu no local por um ano e meio. Após a montagem, a fazenda pagou um curso para que ele pudesse operar a função na “prensa” do algodão.

O gerente geral da São Carlos destaca, no que se refere à mão de obra maranhense, que “Oitenta por cento dos maranhenses é difícil de evoluir... eles não têm interesse em crescer”. E um dos maiores problemas, aponta ele, é que eles querem ir embora e permanecem por aproximadamente seis meses: “hoje amanheceu com a lua virada e querem ir embora, querem o acordo de qualquer jeito”. O gerente destaca que este seria um problema emocional próprio dos maranhenses. Destes trabalhadores dos serviços gerais, apenas 20% se “aproveita”. Ele destaca que “aproveita” quem vai demonstrando interesse em sair de ajudante e alcançar o que ele chama de “*top* de linha”. É perceptível nas observações realizadas que o “topo da carreira” representaria a saída do trabalha-

79 Severino conta que nunca “tocou equipe” sozinho nessa fazenda. Na verdade, ele trabalhava “tocando equipe” para uma fazenda que prestava serviço para outra. O trabalho de “tocar equipe” se refere ao trabalho de fiscalizar e coordenar as atividades que os peões devem realizar no campo em um determinado dia.

dor braçal para operador de máquina, passando pela gradagem, depois máquina sem cabina, máquina com cabina, máquina mais moderna até chefe de setor. O trabalho como tratorista no calcário seria um dos primeiros níveis dessa “evolução de carreira”, que, digamos, não existe na prática – ou raramente se vê tal “evolução”, como descrita pelo gerente. Na prática, a ideia de uma mão de obra bem formada e bem treinada no Paraná se sobrepõe a qualquer “oportunidade”, e casos como o do filho de Antônio, que deixou de ser braçal, são mais raros, embora ele mesmo ainda esteja apenas “*dirigindo a Melosa*”.

No sindicato dos trabalhadores de um município próximo à Cidade do Eixo havia a ideia de que os maranhenses em geral são empregados como catadores de raízes porque não “têm qualificação”. A coleta e a capina do algodão seriam os principais trabalhos destinados a esses trabalhadores. Na verdade, a “falta de qualificação” é apenas um dos elementos que destina um grupo para a realização de trabalhos tidos como “braçais”, categoria que apresenta fortes implicações morais.

Uma das categorias abolidas pelo Ministério do Trabalho é justamente a de “trabalhador braçal”, como até recentemente os trabalhadores eram registrados. Embora eliminada da carteira de trabalho, a categoria é utilizada amplamente, tanto pelos gerentes e organizadores da “instituição”, como pelos próprios trabalhadores. Este é o termo utilizado para definir o trabalho que não exige conhecimento, mas força física.

Os maranhenses são descritos como “excelentes trabalhadores braçais”, e o aspecto positivo reside na força física, expressa na quantidade de comida que eles ingerem, considerada excessiva para alguém do Sul, mas perfeitamente compreensível para alguém que exerça um trabalho braçal, que exige muita energia. Um professor de uma Escola de Educação Profissional (EEP) na região acrescentou certa vez que “se não fossem os maranhenses... com sua força braçal, a boa mão de obra dos assentados não daria conta”. Isso porque se trata de uma mão de obra diferenciada, uma espécie de divisão entre força braçal e capacidade de lidar com a terra, que seria própria dos assentados sulistas na região, especialmente dos seus filhos, que formam o grosso dos técnicos formados pela EEP.

A ideia de registrar os trabalhadores sob a insígnia de “serviços gerais” ou, como mais recentemente se observa, “volante agrícola”, e não mais como “braçal”, é a de que o trabalhador pode exercer qualquer função que lhe for destinada pelo gerente geral. É ele o responsável por dividir as atividades que serão realizadas no dia. O gerente da fazenda Santo Antônio do Pinhal, elabora equipes que se responsabilizarão, durante dois dias ou uma semana, por algumas atividades: seja pelo reparo de algumas peças nas máquinas, para que no início da colheita tudo esteja funcionando perfeitamente, seja pela capina, levantamento de cercas, enfim, todas as demais tarefas que deverão ser realizadas na fazenda. Os trabalhos são distribuídos pelo gerente à noite, ou logo ao amanhecer. O gerente geral da fazenda São Carlos comenta que sua função na fazenda é capacitar e distribuir funções: ele treina, supervisiona, acompanha e delega, “já os outros, querem que a mão de obra venha pronta pra cá”. Na fazenda São Carlos, por exemplo, há um total de aproximadamente dez encarregados que supervisionam os turnos dependendo da atividade, como a colheita do milho, a do algodão, a correção do solo e a passagem de calcário – e todos sob a supervisão do gerente geral.

A figura do gerente é um misto de representação do “patrão”, já que o proprietário, embora conhecido pelos trabalhadores, raramente é um sujeito com o qual se tem interação, e de uma figura que, por vezes, se aproxima de um “conselheiro” dos trabalhadores, sendo sem dúvida a pessoa que mais se relaciona diretamente com eles. Ildefonso (MA), trabalhador da fazenda Santo Antônio do Pinhal, descreve o gerente como “um professor”, pois tudo o que sabe aprendeu com ele. A esposa do gerente reclama que, quando os trabalhadores vão à cidade, frequentemente vão à casa dela para pedir conselhos ao marido sobre como investir o dinheiro, sobre o melhor local para comprar roupa na cidade, o preço “do soja” para a venda, ou ainda para resolver alguma questão sobre loja de material de construção, compra de terreno ou pagamento de pensão para os filhos.⁸⁰ Em relação a este relacionamento que se esta-

80 O gerente conta que os peões costumam gastar muito dinheiro com roupa e mulherada quando vão à cidade. Um deles, por exemplo, conta que certa vez gastou R\$

beleceu entre o gerente e os outros trabalhadores, a esposa dele comenta: “eu não quero saber de peão na minha casa”.

Mas nem sempre o gerente é bem-visto, e sua imagem irá depender em boa medida se ele estará mais próximo dos trabalhadores, ajudando-os no que precisarem, ou se do patrão, já que se trata de uma figura que intermedeia os interesses deste com as necessidades daqueles. A relação com os encarregados (responsáveis por “tocar o trabalho no campo”), que supervisionam os grupos de trabalho, depende da cumplicidade com os trabalhadores. Genivaldo (MA) relata a relação que tem com os seus encarregados, e considera que pelo menos dois deles são muito bons. Com outro encarregado ele nunca trabalhou, mas diz “que na boca do povo dizem que ele é bom”. Com dois encarregados a relação é descrita como “mais complicada” em relação àqueles que são considerados bons encarregados. Ele explica que com o bom encarregado:

qualquer cagada que alguém fizer, eles ficam do lado da gente, mas não pode se repetir. Os outros não têm paciência, dão falta, gancho ou manda embora. O [sujeito da algodoeira], é cruel, gosta de quem entrega os outros... O [sujeito] não deixou nem eu cumprir aviso, disse: ‘pode ir embora’, só porque deixei acabar o óleo da máquina na roça, e não pode, só porque não cuidei, porque tava cheio de serviço. Tem gente que mata serviço pra beber cachaça, eu não deduro.

No que se refere à divisão do trabalho, Sr. Sebastião (MA), trabalhador fixo da fazenda São Carlos, diz que há “preconceito” em virtude da idade. Tal preconceito, como ele enuncia, não seria proveniente da família dos “patrões”: “o [proprietário] chega aqui, abraça todo mundo... dá pra confiar. O preconceito vem dos administradores deles. Pro [encarregado] o ‘homem tem que ser tratado no bico da botina...’”. A mulher

350,00 em um só dia com “brincadeira”. Além disso, muitos não pagam pensão para os filhos no Maranhão ou atrasam, e muitas mulheres ligam na fazenda para resolver o problema.

do citado encarregado da fazenda trabalha na cozinha e, segundo o Sr. Sebastião, é possível ver que ela tem preconceito no modo como ela serve os peões e no jeito de falar: serve apenas um pedaço de carne e diz “se quiser comer bem, vai comer em casa”. Mas o preconceito em relação à sua idade é o mais sentido por ele:

a saúde não ajuda mais no trabalho com a alvenaria,⁸¹ tenho uma distorção na coluna, não dou conta. Gosto de trabalhar como motorista porque pega menos peso. A idade pesa... preconceito tô sentindo bastante de dois anos pra cá, não pelo patrão, mas pelos funcionários da administração, técnico de segurança do trabalho, secretário e até mesmo peão que é mais fraco de serviço do que eu. Serviço que eles quer, e não o contratado (...) Tô construindo uma casa aqui dentro e os funcionários da administração ficam de preconceito com quem mora aqui e não dão oportunidade, preferem os de fora. Não dão oportunidade pra quem mora aqui (...).

Certa tarde, uma conversação entre o motorista do micro-ônibus da São Carlos, e mais duas cozinheiras, Rosângela (MA) e Solange (PR), tinha como foco a discussão sobre a posição de um gerente que teria deixado a fazenda Pineápolis recentemente, a quem eles descreviam como “gerente polenta” – que significa gerente que sempre promete, mas não cumpre. O ex-gerente, anterior a esse tal, seria muito bom: “pense num homem bom”, dizia Rosângela. Esse ex-gerente a que se referem na conversa, seria bom pagador, tanto que, exemplifica Solange, “um catador de raiz saía com uma moto da fazenda com 60 ou 90 dias de trabalho”. Ele prometia que ia pagar e cumpria: diferente do atual gerente, que deixou o cargo recentemente, e “que sempre prometia ir embora e não ia. Depois de dez anos, negociou, saiu, e comprou uma carreta... Era ruim para os funcionários... batia o telefone, era grosso, dava peça velha

81 Uma das pessoas que mais ajuda quem necessita de auxílio, segundo o Sr. Sebastião, é o líder comunitário Saulo. Tudo que se refere, de acordo com as palavras dele, à “doença e justiça”, ele soluciona.

pra deixar o operador sofrer...”. O motorista acrescenta à descrição das mulheres o caso das abelhas: diz que certa vez os “descarregadores” de caminhões sofriam com os ataques das abelhas na região e ninguém fazia nada. Até o dia em que a fazenda, dada a má fama, não conseguia contratar mais nenhum carregador porque a notícia sobre as abelhas havia se espalhado, sem que o gerente nada fizesse. Além disso, pagava-se muito mal, R\$ 100,00 a diária para descarregar o caminhão. Como a fazenda não conseguia contratar ninguém, incumbiram o motorista de recrutar trabalhadores na cidade. Ele só obteve êxito porque mentiu sobre o desaparecimento das abelhas dizendo: “já mataram tudo”, respondendo ao questionamento dos trabalhadores. Contrataram, naquela ocasião, vinte homens, “que sofreram os diabos com aquelas abelhas, e o gerente nem aí...”.

Em geral, a função de quem comanda um serviço é a de “encarregado”, como é designado pelo gerente geral, ou de “chefe de campo”, como pode ser chamado por alguns trabalhadores.⁸² Há situações em que o termo “gato” pode se referir a esta mesma função de comando, mas é pejorativo. Por exemplo, se um peão está sentado, “fazendo corpo mole”, e outro peão observa a aproximação do encarregado, o observador grita para outro peão sentado “olha o gato...”, para que ele se levante e retorne ao trabalho.

Todas as manhãs há uma reunião na fazenda São Carlos entre o pessoal da gerência e os encarregados, para definir as tarefas do dia, as frentes de trabalho.⁸³ Há também um técnico que treina cada frente de

82 Um dos principais problemas apontados não só pelos gerentes das fazendas entrevistados, no caso da São Carlos e da fazenda vizinha, Pineápolis, mas também pelos responsáveis pelo setor de recursos humanos dessas e de outras fazendas, está em “administrar o comportamento”. Entre os chefes ou encarregados, há a preferência por um ou outro trabalhador, e o deslocamento de um trabalhador que está sob coordenação de um encarregado para outras funções sob supervisão de outro encarregado gera muita discussão. O encarregado pensa que tem a posse do trabalhador que está sob sua supervisão, quando na verdade é o gerente que “manda”.

83 Atualmente está sendo passado calcário na área em que será plantada soja em agosto. Está ocorrendo ainda a colheita do algodão, o beneficiamento do mesmo, a colheita do milho, a prensa do algodão, a armazenagem e secagem do milho e a distribuição de calcário na lavoura.

trabalho no que se refere às normas de segurança que devem ser adotadas em cada atividade no campo. O encarregado ou chefe de campo é responsável pelas máquinas, pelo trabalho e pelas pessoas. Em um dia de colheita é possível observar um dos encarregados da fazenda São Carlos observando o andamento do trabalho, delegando funções e consertando máquinas. Aliás, o fato de consertar as máquinas sem depender de outro profissional é visto como uma característica diferenciada entre os trabalhadores, conferindo maior respeito a quem executa tal função. Não se trata apenas de subir em uma máquina e, se der algum problema, chamar alguém para consertar, como ocorre entre muitos operadores que se tornam desprestigiados aos olhos dos maranhenses, afinal “dirigir é fácil”, comentam alguns.

O termo “patrão” se refere ao gerente geral da fazenda ou ao produtor, mas em geral mais ao primeiro do que ao segundo, já que o “dono” (outro termo) quase nunca é referência nas relações de trabalho mais cotidianas. O grau de distância entre produtores (donos) e peões é grande demais. O gerente é como se fosse a figura do dono presente nas relações mais próximas: o que manda em todos, uma espécie de “encarregado de todos os encarregados”. Acima dele apenas o dono, que nunca se constitui como uma referência para os trabalhadores e, quando isso ocorre, é sempre de forma positiva, ressaltando o esforço dos gaúchos na região.

Como serviços gerais ou “trabalho braçal” podem ser considerados as atividades como carregamento e descarregamento de caminhões, limpeza de máquinas, catação de algodão que cai da prensa, abertura de terreno para a colocação dos fardos de algodão, a atividade de badequeiro (“ajudante das máquinas”), abastecimento de plantadeiras, tratamento de sementes, abastecimento dos fornos dos secadores com lenha, a capina, a abertura de área, o abastecimento das máquinas com combustível e outras funções exercidas no beneficiamento do algodão, enfim, uma pluralidade de serviços que não são realizados pelas máquinas e que absorvem boa parte da mão de obra contratada pelas fazendas. Na fazenda Muçambinho, por exemplo, há aproximadamente 350 trabalhadores, dos quais a maioria é “mão de obra braçal”.

O trabalho braçal pode ser caracterizado, conforme observado no plantio de algodão, como uma espécie de força de trabalho auxiliar ao trabalho realizado pelas máquinas. A função de badequeiro é emblemática desse “trabalho complementar”: trata-se de um homem que é direcionado para o trabalho em uma colhedeira, não para operá-la, mas para ficar do lado de fora da cabina equipada com ar-condicionado, praticamente preso em uma pequena plataforma que se forma com as escadas que dão acesso à cabina. O homem designado para tal função fica em pé, preso com um equipamento de segurança a uma grade próxima às escadas, observando se o algodão não “embucha”, ou seja, se não enrola na plataforma podendo causar incêndio em virtude da fricção. O interessante é que o sujeito, além de ir em pé, fica do lado de fora da cabina, com toda a poeira que levanta da colheita, enquanto o operador de máquina fica em uma cabina com ar-condicionado. Teoricamente, o operador teria à sua disposição todas as informações de que necessita sobre a máquina que está realizando o processo, incluindo um painel que, de fato, indica quando o algodão embucha. É muito improvável que tal máquina, que protege um homem do calor e da poeira, necessitasse de outro, do lado de fora, para observar coisas que a própria máquina informa – ficando o badequeiro à mercê não apenas do sol e do pó, mas também do risco que a monotonia do serviço em tais máquinas oferece, fazendo com que o trabalhador caia sobre a plataforma em funcionamento. Outros trabalhadores citaram acidentes como esse e indicaram mudanças no sistema de segurança, com o badequeiro tendo que utilizar um cinto de segurança que o impede de cair.⁸⁴

84 A monotonia do trabalho nas máquinas é citada como principal fator de acidentes durante o plantio, e foi comentado por alguns operadores como fator de desatenção. Quando estive com um operador em uma dessas máquinas com cabina e ar-condicionado, ele revelou que sentia sono e que o trabalho por horas, em uma máquina de baixa velocidade, sempre repetindo o mesmo processo durante horas, somado ao clima ameno da cabina, provocava sonolência. Um operador de máquina de outra fazenda comentou que preferia trabalhar à noite, nos períodos de colheita de soja, porque a vigilância era menor e se podia “tirar um sono” com a máquina parada a quilômetros do campo de visão dos encarregados.

Na algodoeira o trabalho maranhense é imprescindível. A algodoeira é uma espécie de conjunto de máquinas que visa ao beneficiamento do algodão. Todas as máquinas, desde aquela que puxa o fardo de algodão proveniente diretamente da lavoura até a embalagem final dos fardos que se destinam à exportação, compõem uma espécie de “grande máquina”. Cada fase do beneficiamento pode ser vista no espaço em que se localiza essa gigantesca engrenagem que visa principalmente à limpeza ou “purificação” do produto. E em cada uma das fases há o auxílio de mãos de homens que não apenas fiscalizam, mas trabalham na manutenção de todo o processo. No caso da embalagem dos pequenos fardos que se destinam à exportação, como se pôde observar, havia pelo menos dois homens e uma mulher no trabalho manual, colocando o fardo na melhor posição para ser embalada pela máquina. Do interior da algodoeira, saem pequenos fardos etiquetados (de acordo com a qualidade de cada algodão),⁸⁵ sendo posteriormente carregados para fora do galpão onde se localiza a engrenagem, e empilhados em uma área externa, próxima ao galpão. O carregamento e empilhamento são de responsabilidade dos trabalhadores braçais.

Sob a insígnia do termo “braçal” encontramos termos associados a certos tipos de atividades, como o trabalho de “emblocador” (atividade caracterizada pelo ato de empilhar algodão no galpão); “carriero” (responsável por levar os fardos de algodão com o carrinho, para que sejam carregados por uma máquina); o “prensador”, o trabalho na “sacaria”, o “badequeiro”, o “fazedor de terreno”, o “carvorejador”, o “veneneiro” e outros termos utilizados tanto pelos trabalhadores como pelos “patrões”. Para termos uma ideia sobre a construção desses termos associados às atividades podemos exemplificar a construção da expressão “fazedor de terreiro”, destinada àqueles que têm a responsabilidade

85 O responsável pela classificação do algodão e pela algodoeira em geral afirma que quanto mais branco o algodão, mais valioso será no mercado internacional. Tal classificação, que repercutirá no preço do produto, é discutida com base em dois processos: a classificação visual e a laboratorial, ambas realizadas com amostras retiradas de um dos pequenos fardos de algodão. A visual é realizada ainda na fazenda, em uma sala com luz branca e intensa, para que o produto, colocado sobre um papel pardo em uma mesa, seja mais facilmente distinguido entre: branco, levemente creme, creme e avermelhado.

de abrir um espaço para que a prensa do algodão possa ser instalada no chão, em uma determinada área em meio à plantação, e os fardos sejam montados e embalados para serem conduzidos à sede da fazenda. Os responsáveis por fazer o terreno retiram “seis ruas de algodão” para que o produto seja colocado na máquina e prensado. Posteriormente, após a prensa de certa quantidade, o produto é conduzido à sede da fazenda em fardos já montados.

No que se refere à divisão do trabalho, é preciso distinguir ainda o período de safra, em que as atividades são especificadas, do período fora da safra, em que a dinâmica da fazenda se altera entre os “peões fixos”. Na fazenda Santo Antônio do Pinhal, Floriano, um operador de colhedeira e plantadeira que veio do Paraná, opera as máquinas no período de safra e faz a manutenção delas no período de não safra. Em fazendas menores como esta, com 8.770 hectares, os peões fixos, sejam sulistas ou maranhenses, são registrados como “serviços gerais”. Termo que torna possível o direcionamento dos “peões fixos” para qualquer área, especialmente no período em que não ocorre a safra.

Osmundo (RS), operador de máquina que já trabalhou em várias fazendas de outros gaúchos, sempre com colheitadeiras e plantadeiras, destaca que, quando se passa muito tempo como trabalhador fixo de uma fazenda, não há como não fazer outras atividades, tais como a manutenção das máquinas, a limpeza do pomar, a passagem de calcário, enfim, “serviços gerais”. É completamente diferente do que ser contratado apenas para uma colheita ou plantio, período no qual o trabalhador irá exercer apenas a função para a qual foi contratado: “numa fazenda, quem fica tem que fazer de tudo, menos passar veneno ou catar raiz”. Estas duas últimas atividades citadas pelo operador são essencialmente destinadas aos “trabalhadores braçais”, como se pode observar em todas as propriedades.

Em uma visita à fazenda Santo Antônio do Pinhal, durante um dia regular fora da época de safra, foi possível observar a dinâmica do trabalho cotidiano de uma fazenda. Floriano (PR), um dos trabalhado-

res, dedicava-se ao reparo das máquinas; Luís (PR)⁸⁶ cuidava dos serviços que seriam do caseiro (que está em processo de contratação), como varrer o gramado; Orlando (PR) trabalhava no reparo da frente de uma colhedeira, e os outros, maranhenses, se dedicam ao reparo de cercas, podas e capina, atividades do período de não safra. Brasília (GO) cuidava da louça e era responsável pelo preparo do almoço e de todas as refeições. Este seria o serviço da esposa do caseiro. Na ausência de um casal que ocuparia a função de caseiros, Brasília foi destinado à cozinha por ser o único que sabia exercer o ofício e, apesar de não gostar muito, fazia porque “era mandado”. Dizia: “acho complicado o trabalho na cozinha. Há muita coisa que não sei. Não gosto. Gosto de trabalhar no mato, ‘serviço braçal’, sabe? Na enxada, cerca, picada. Serviço nenhum a gente gosta de fazer, faz porque é o jeito (...) Esse serviço na cozinha faço porque sou empregado, mas não gosto, faço porque o patrão manda.”⁸⁷

Badequeiro é a função exercida por Brasília nos períodos de safra. Nos períodos fora de safra, sua função principal, quando não está na cozinha, é arrumar as cercas da fazenda, podar e capinar, todas elas atividades destinadas ao “trabalhador braçal”. Brasília esclarece que nos períodos de colheita ele não participa, não sabe mexer nas colhedei­ras, e acaba indo fazer outros tipos de serviço, na enxada ou cerca, enfim, o “que mandarem ele fazer”.

As máquinas aparecem como portadoras de impressionante valor de distinção, e quem as opera se apropria deste valor. Em todas as fazendas, as máquinas eram a primeira coisa que se mostrava aos visitantes e é possível medir o tamanho de uma propriedade a partir do número e da qualidade das máquinas que ela apresenta.

86 Luís é natural do Paraná e veio para o oeste por indicação do cunhado, que é técnico agrícola e reside com a irmã dele, local onde ele fica quando vai à cidade.

87 Brasília conta que aprendeu a cozinhar com sua mãe, maranhense. Sua mãe dizia que era preciso aprender a costurar também. Tais atividades foram úteis quando ele passou pelo garimpo.

A operação das máquinas exige um conhecimento que, por vezes, é apenas do gerente, sendo os operadores meros executores.⁸⁸ Em relação ainda às máquinas da fazenda Santo Antônio do Pinhal, quatro plantadeiras e cinco colhedoras, apenas uma colhedora é considerada “sofisticada”, as outras são caracterizadas, em oposição a essa, como “mecânicas”. A máquina sofisticada⁸⁹ não possui “alavanca”, “embreagem” e “não tem mais caixa de câmbio”, é comparada a um carro automático, mas é fácil de aprender a trabalhar com ela porque, segundo o gerente, tem o mesmo “mecanismo” da mais velha, “o que muda é por fora, só o sistema que é automático, sensores e eletrossensores... tem uma ali que você só aperta um botãozinho e ela liga sozinha, abaixa a plataforma”. O homem que trabalha com esta máquina “sofisticada” é o Fontes, trabalhador que chegou recentemente de Rondonópolis e “já tem a manha”. Os outros aprenderam na fazenda Santo Antônio do Pinhal e mexem com as mais simples, com as esteiras, veneneiras e colhedoras mecânicas.

A área limítrofe entre trabalhadores braçais e operadores é a condução de tratores e esteiras. Uma vez que os trabalhadores deixam de fazer o serviço “braçal” e aprendem a dirigir tratores para a passagem do calcário, por exemplo, dificilmente suportam o trabalho braçal, especialmente porque operar um trator apresenta um *status* diferenciado. Genivaldo (29 anos, SE) conta que o oeste da Bahia, um dos locais em que trabalhou, não era um lugar bonito, e o primeiro trabalho que arrumou lá foi como catador de raiz: “fiquei dois dias e não aguentei... não gostei também, já sabia mexer com máquina um pouquinho, já puxava

88 O gerente ofereceu uma complexa e demorada explicação sobre o funcionamento das máquinas: na máquina responsável pela aplicação do veneno, dos fungicidas, herbicidas e dessecantes, é preciso saber que cada produto apresenta uma medida diferente “cada produto é uma regulagem, tem produto que é calculado por grama, outro por ml”, e, no caso de algumas fazendas, é o gerente o responsável por fazer as contas e dar tudo explicado apenas para a aplicação.

89 O Uniporte (máquina que encontrei na fazenda São Carlos) pode ser um exemplo. A máquina utilizada para a aplicação de fungicidas, venenos, custa aproximadamente R\$ 400 mil e é “cabinada, fechada, com ar, computador, não é qualquer um que trabalha nele”, explica o gerente da São Carlos.

esteira em Sergipe para a construção de represa, de barragem. Em Barreiras já pegava trator e em Mimoso já trabalhava com maquinário também”. Em uma cidade mais ao sul do Estado do Mato Grosso, ele ficou uma semana em um hotel, sem serviço. Inicialmente aceitou um trabalho que não deu certo porque, segundo ele, “era um trabalho braçal”. Fez um contrato de quatro meses apenas “para não ficar rodado” (sem dinheiro, sem emprego, sem lugar para ficar) e, em seguida, deixou a cidade com destino ao norte do Mato Grosso. Na Bahia, ele conta que teria sido enganado, já que foi contratado para trabalhar com máquinas e acabou catando raiz: “andava dois metros com o trator e descia pra catar raiz”.

Em uma algodoeira no Mato Grosso Genivaldo trabalhou quatro meses na sacaria, “carregando saca de 60 kg”, considerado trabalho braçal, e mais “quatro meses na planta”. Ele diz que só aceitou trabalhar inicialmente como braçal porque era recém-chegado à cidade e não queria ficar a todo o momento mudando de emprego, até que:

“me jogaram pra catar pedra, em um carregamento, era ruim demais o serviço. Sofri pra caramba e eles não me deram valor. Colocaram dois, três tratoristas pra fazer o serviço braçal e aquele cara que é morgado pra supervisionar o serviço. Quando eles não vão com a gente, com a cara, escraviza”. E completa: “o morgado põe de favorito e eu sou o cara que não rebaixo pro outro. E eu era bom de trampo, tudo o que mandava fazer eu fazia, e ele foi castigando, porque eu não sou aquele cara morgado como os outros. O morgado é aquele que põe pra fazer serviço e ele não faz. Os outros acabam abusando e vai injuriando”.

Genivaldo trabalhou carregando pedra na sacaria – enchendo caminhões e descarregando –, puxando arame para confinamento por dois meses (não puxava na mão, mas enrolava na cintura, explica), e, completa, “o gerente, quando sabe que o cara é bom de serviço, amola”.

Por fim, ele acabou permanecendo por um ano e seis meses. Quando saiu, fez um contrato de “planta” (ou, em outros termos: o período de plantio) em outra fazenda, na Muçambinho. Em seguida trabalhou por dois meses na Pineápolis, mas diz que não deu certo porque não ganhava hora extra, não ganhava nada, “tava lerando”, diz ele, o que significa o trabalho de empurrar o mato que foi derrubado depois da queimada em áreas recém-abertas. Quando saiu da Pineápolis, ficou por doze dias em um hotel e, quando estava decidido a ir para outra cidade, o gerente da São Carlos o chamou para trabalhar dirigindo trator.

O gerente da fazenda Santo Antônio do Pinhal explica que Brasília, por exemplo, é “um trabalhador braçal”, cozinha, varre, faz cerca, *mas* já aprendeu a andar com o trator, embora seja necessário posicioná-lo corretamente, para que ele apenas dirija, esclarece.⁹⁰ É nesse âmbito que a maioria das brigas e confusões ocorre, pois alguns trabalhadores “contam vantagem” sobre outros quando aprendem a dirigir um trator, tomando-o como se fosse uma máquina.

Embora haja uma valorização do conhecimento dos operadores de máquina, a transmissão e mesmo o aprendizado são por vezes determinados pela prática cotidiana. A distinção entre “operadores” e “braçais” (já que na fazenda Pineápolis, por exemplo, o serviço de mecânica é terceirizado) é, por vezes, marcada por um “saber” um tanto quanto controverso. Os nordestinos, a grande maioria maranhense, explica o gerente geral da Pineápolis, são braçais “é o que sabem fazer”, já “os do Sul têm uma noção de como fazer, já sabem, o que muda do Sul para cá é o tamanho da máquina”. A ideia de que o que diferencia é apenas o “tamanho” da máquina leva a uma subutilização da tecnologia.

O gerente da fazenda Santo Antônio do Pinhal diz que, tudo o que sabe, aprendeu com a prática “o trecho ensina (...) não sabia fazer nada, aí fui trabalhar nas máquinas e hoje sei tudo [sobre as máquinas: a quantidade de herbicidas, fungicidas, tempo de aplicação e mecânica das máquinas]”. Hoje o gerente conta que sabe mexer no trator, pulveri-

90 Tudo é regulado no vão da plantadeira e na linha da planta. Se estiver tudo regulado, na linha da planta, o “Brasília anda”. O problema, diz o gerente, é que ele já está velho demais “não aprende mais, só se acostuma”.

zador e até na mais complicada das máquinas: a colhedeira. Diz que é a mais complexa porque é preciso uma série de “regulagens”, a plataforma que colhe o milho, por exemplo, não é a mesma da soja, que colhe todo o tipo de grão, inclusive o do milho (há uma grande perda desse grão com a plataforma que colhe, tradicionalmente, a soja). Há cursos para aprender a utilizar as máquinas, mas até hoje ninguém da fazenda fez, nenhum empregado. Todos aprenderam na prática e são poucos os que não sabem manuseá-la, a exemplo do Brasília e do Luís, considerados trabalhadores braçais. Em outras fazendas, há relatos sobre um curso de poucos dias que é oferecido pelas revendedoras de máquinas aos operadores. Além disso, um técnico, na ocasião da entrega da encomenda de máquinas, vai até a fazenda para repassar algumas informações vistas na teoria, durante o curso. Depois dessas primeiras e parciais instruções o operador que fez o curso repassa as informações para outros funcionários da fazenda.

Um dos trabalhadores adverte que há “sacanagem” entre as “diferentes funções”, uma referência às relações entre operadores e braçais: “quem opera o trator pra deixar os fardos de algodão de toneladas pode facilitar o trabalho, mas, dependendo do humor do dia, ou por não ter passado por esse estágio na vida [braçal], acaba por não facilitar o trabalho dos outros”.

Rubens (MA – 27 anos) diz: “não tem jeito de não brigar lá não”, especialmente depois de algumas cervejas, acrescenta. Rubens garante que nunca brigou, apenas “discutiu”. Uma das razões para uma briga que teve foi o fato de que Rubens, em certa ocasião, teria “contado vantagem” em relação a um carregamento que havia feito em pouco tempo, mais rápido que qualquer um teria feito. Um cara teria reagido dizendo que aquele não era o momento para se falar de trabalho, pois estavam todos se divertindo em um boteco, e que, além do mais, ele era mentiroso, pois ninguém carregaria uma carreta tão rápido quanto estava afirmando. Rubens, que teria reagido de forma violenta, deixou a fazenda onde trabalhava e comenta: “as pessoas se zangam por qualquer motivo. Se um cara espirra água em outro enquanto lava a roupa já dá motivo para ficar injuriado”.

Outra razão para as brigas é a mudança de um trabalhador que inicialmente foi destinado para trabalhar em um setor e é transferido para outro. Quando chegou à fazenda, Sr. Sebastião (trabalhador e morador da fazenda São Carlos) trabalhava como motorista, como no “contratado”, nas palavras dele. Depois foi deslocado para o trabalho na construção civil, ou alvenaria, fato que o incomoda em virtude, também, da idade, já que ele não estaria mais suportando o trabalho pesado. Inicialmente ele foi contratado como motorista, depois trabalhou como tratorista e, antes de ir para o trabalho na construção, foi trabalhar como fiscal. Este último trabalho não o agradou, e o Sr. Sebastião foi reclamar com a responsável pela contratação dos funcionários. O serviço era considerado demasiado, tratava-se de conduzir os peões para a lavoura, indicar o talião (a área a ser trabalhada), levar o almoço, marcar o local e a hora para a entrega do almoço e fiscalizar o trabalho. Como reclamou muito, o encarregado mandou dispensá-lo. E lamenta: “eu era motorista, queria ficar como motorista, não fiscal”.⁹¹

A esta reclamação, o gerente da fazenda Santo Antônio do Pinhal responde que quando seleciona um trabalhador não contrata um funcionário para um trabalho específico. Não diz “você vai ser tratorista”, o contrato é para “serviço geral, se não souber aprende, vai com outro, vai ajudar”. Rubens (MA) reclama que, quando foi contratado como “serviços gerais”, o primeiro emprego foi na área de construção civil na fazenda São Carlos, para fazer barracão, silos para soja e elevador. Trabalhou oito meses na construção e, quando o serviço acabou, o convidaram para trabalhar no plantio do milho. Em seguida, o gerente o colocou para trabalhar na algodoeira como ajudante; depois como “carriero” (responsável por levar os fardos de algodão com o carrinho para que sejam carregados pela máquina); na sequência trabalhou como “emblocador”, onde o serviço dele era o de arrumar os fardos em pilha,

91 Atualmente, como foi dispensado do trabalho na fazenda, ele está há três meses fazendo bico. Consegue sobreviver carpindo quintais, ou fazendo, construindo e cobrindo casas, e não sabe o que fará quando acabar a última parcela do seguro-desemprego, na medida em que todos os serviços estão ligados à fazenda que o dispensou e a sua própria casa localiza-se nas proximidades.

trazidos pela máquina. Todas as atividades consideradas como “trabalho braçal”. Essas mudanças entre as mais diferentes atividades e setores “injeriava” não apenas Rubens, mas outros trabalhadores também.

Há ainda desavenças nas quais a “origem” do trabalhador é ressaltada. Rubens conta que há muitos que se zangam com o fato de que há pessoas de “outras origens” que criticam os maranhenses. Usualmente se ouve: “ele fez errado, é burro, veio do Maranhão”. A associação da expressão “burro” a outras que se seguem, como “só podia ser maranhense”, é comum entre trabalhadores de “origens” diferentes. Apesar de achar que o correto é não criticar o outro, Rubens diz que não se incomoda, “não vai atrás disso, fazer o quê?”. Mas acrescenta que há muitos que se incomodam, brigam e saem do trabalho, e completa “se criticam a gente, eu não ligo”.

Na escola de formação de técnicas agrícolas de uma vila local pode se observar que dos aproximadamente sessenta alunos apenas um é maranhense. O restante é paranaense, a maioria filhos de assentados da região. O único maranhense da escola enfrenta uma série de dificuldades no convívio com os outros alunos e no que se refere ao desempenho escolar. É visto como “incapaz” de aprender, já que foi reprovado algumas vezes. Um fator apontado pelo responsável é que os “maranhenses vêm sem referência, sem valores, sem família, o que dificulta suas relações com os daqui”.

Os técnicos formados pela escola, em geral jovens e sulistas, parecem não ser bem-vistos pelos maranhenses. Os jovens técnicos contam que, certa vez, quando estavam caminhando à noite pela vila, passaram em frente a um boteco com muitos homens se divertindo, a maioria “trabalhadores braçais”, oriunda do Nordeste. Um desses trabalhadores teria gritado “olha aí os filhinhos de papai”. Referindo-se ao modo como se vestem os técnicos, “engomadinhos”: calça jeans, camisa para dentro da calça, bota e chapéu. Um dos jovens sulistas teria retrucado dizendo “olha aí os filho de uma égua”. Diante de tal frase, os maranhenses partiram para a briga, correndo atrás dos técnicos atirando pedras e o que tinham à mão. Tal situação foi decisiva para que os técnicos não mais “andassem por aí”, e passassem a se divertir apenas “entre eles”.

Os trabalhadores identificados como braçais são descritos como predominantemente maranhenses, sem capacidade de aprender, sujos, brigões, mal-educados, com dificuldades de relacionamento e tendência ao isolamento, sem laços fortes com a família, traiçoeiros, malcheirosos, sem instrução, sem qualificação e destituídos de qualquer cálculo econômico. São tidos como “irracionais” e o que está em questão, nesse ínterim, é a própria “humanidade”, característica das categorias de acusação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por uma “etnografia itinerante” visava seguir os movimentos dos trabalhadores. A compreensão das trajetórias destes homens, de origem predominantemente maranhense, e das relações que estabelecem com encarregados, “patrões” e outros trabalhadores nas grandes propriedades do Mato Grosso (bem como destes com os chamados “trabalhadores braçais”), foi o ponto de partida para se pensar a complexidade do que se denomina genericamente de “agronegócio”, termo raramente utilizado para se fazer menção aos sujeitos que o constituem.

A pesquisa objetivou a compreensão das motivações dos sujeitos que partem de sua região de origem em busca de um trabalho, e não de qualquer trabalho, mas de um trabalho “fichado” como empregados nas grandes propriedades, nas construções e nas *trades*. Esses homens moravam em alojamentos das grandes fazendas e quitinetes de um lado específico da área urbana de Cidade do Eixo, o chamado “lado de lá” (sempre referencial).

Como observado, é a dinâmica de “acordos” e de “salário desemprego” proporcionada por este tipo de trabalho que está no cerne da lógica desses trabalhadores. É no “trabalho fichado” que a prática aparentemente descrita, por alguns moradores e patrões sulistas, como “irracional” (em virtude da ausência de cálculo econômico) em relação ao trabalhador maranhense torna-se mais compreensível, pois representa a segurança de que, com o chamado “acordo” e os consequentes “direitos”, seja obtido o capital necessário para a realização do “projeto inicial”.

A pesquisa também destacou a situação desses trabalhadores ao desembarcarem nas cidades, especialmente a incompreensão dos moradores sulistas em relação ao ir e vir anual desses homens, expressa pela categoria “rodado”, e empregada tanto pelos trabalhadores como pelas pessoas que estabeleciam alguma forma de relação com eles.

O termo “rodado” passa a ser compreensível na medida em que se descreve a trajetória de alguns trabalhadores. No discurso dos “gaúchos”, o “peão”, aquele que trabalha para outrem, que sai do Nordeste, especialmente do Maranhão, é “rodado” – como condição permanente e intrínseca do “indivíduo”. Enquanto o que se observa é que “rodado” é um estado transitório e não tem relação com a questão de “se aventurar” ou de não ter um destino certo. O risco é até certo ponto calculado: a certeza está na obtenção do emprego, enquanto a dúvida reside no tempo em que pode levar para obtê-lo – ou se haverá “sorte” em arranjar algum emprego que seja bom, o que significa ganhar bem e, especialmente, ter um bom “acordo” no final da temporada de trabalho. Outros imprevistos poderão ocorrer, como alguma doença física ou incerteza quanto ao bem-estar dos familiares no local de origem, especialmente a mãe, que os obrigará a retornar ao Maranhão sem que o tempo previsto tenha se cumprido e, conseqüentemente, os ganhos não tenham sido suficientes, de acordo com a expectativa que se tinha na partida.

Em oposição ao peão “rodado” está o trabalhador que já se estabeleceu há algum tempo na região, em geral são os que residem em quitinetes ou casas nos bairros do “lado de lá” da BR-163. O alojamento irá depender de alguns fatores, tais como o tempo de fixação, a situação conjugal, o tipo de emprego e o local de trabalho, ou ainda o cálculo econômico – o balanço realizado dos gastos em manter a família próxima ou a permanência solitária.

As primeiras impressões coletadas sobre os “trabalhadores” eram em relação à sua origem: “maranhenses”. Em uma fazenda como a Muçambinho, por exemplo, pode se notar a presença maciça dos maranhenses nas mais diferentes atividades, embora sempre registrados como “serviços gerais” e destacados como “trabalhadores braçais”.

Para além do estado de origem, “maranhense” se configurou como uma categoria nativa associada aos “trabalhadores braçais” que chegam ao Mato Grosso na condição de “rodados”, de certo ponto de vista, dos “gaúchos”. “Maranhense”, simultaneamente, se revelou como uma categoria portadora de um conjunto de valores negativos, mas também

positivos, e tinha, como consequência, uma distribuição na divisão do trabalho local e, como visto, na própria configuração da cidade.

As características destacadas pelos moradores sulistas da região indicam a baixa estatura, a pele escura, o formato diferenciado da cabeça, e, principalmente, o jeito de falar e os “modos” preguiçosos (a rede de dormir é emblemática desta característica). Seriam, ademais, acusados de serem traiçoeiros (em virtude do uso da arma branca e do fato de matarem por trás), traidores e volúveis, sem apego à família, em razão do próprio caráter do trabalho temporário por meses a fio, sem que a família acompanhe o trabalhador, e em razão, também, dos excessivos gastos com bebidas e prostitutas. Por fim, como contraponto, seriam “naturalmente” aptos ao trabalho braçal.

Inicialmente, o trabalho “braçal” foi destacado como predominantemente o de catação de raiz, mas, posteriormente, se pôde observar que tal “serviço” envolvia uma pluralidade de outras atividades, como a catação de algodão, o carregamento de calcário, o corte de lenha, a limpeza, a capina do algodão, o levantamento de cercas e o trabalho realizado pelo sujeito que trabalha no *bassboy* (cestão em que o algodão colhido é despejado). Envolvia também os que trabalham na prensa (pegando o algodão que cai, para que não haja desperdício); os responsáveis pela cobertura de lona do fardão de algodão (que amarram e que capinam a abertura de uma área para a instalação da prensa). São ainda considerados braçais os motoristas que carregam os fardões do campo até a área de depósito destes fardos na fazenda; os que trabalham no armazém com o carregamento e descarregamento; há ainda os que trabalham na algodoeira (seja empilhando ou ensacando algodão); os “emblocadores” (aqueles que trabalham fora do local onde está instalada a grande máquina do beneficiamento do algodão); além deles, há cozinheiras; “os ajudantes de máquinas”, os “badequeiros”, o trabalho de retirar a soqueira,⁹² os responsáveis pela passagem do calcário; os

92 Termo utilizado por produtores rurais para definir a produção obtida de plantas remanescentes de uma área cultivada, ou pela brotação de plantas que foram colhidas. Trata-se de um ramo/pé de algodão que permanece depois que a máquina passa e permite a propagação de um bicho que acaba com o algodão se ficar no campo.

aplicadores de veneno que não se utilizam de máquinas e aviões para a realização de tal atividade; e todos os que estão envolvidos em trabalhos não vinculados à operação de máquinas ou à supervisão do trabalho, destinados aos sulistas.

As oposições entre operadores *versus* braçais, assim como sulistas *versus* maranhenses, são centrais para a compreensão da dinâmica das relações locais e dos valores em torno de tais classificações. A máquina, cuja utilização atribui um valor a quem opera, seduz a todos os trabalhadores, sendo um de seus principais diferenciais o “ar-condicionado das cabinas” em relação ao trator de outrora. Apesar de toda a tecnologia empregada no processo produtivo, há um excesso em relação à vantagem técnica que os sulistas possuem em relação aos maranhenses.

Além disso, outro elemento, no que se refere à tecnologia, pôde ser observado. Recordo que um agrônomo da fazenda Pineápolis comentou que havia muitas perdas, durante a colheita e na plantação, em virtude da “linguagem” e “tratamento” empregado pelos “encarregados” em relação aos “braçais”. Uma situação exemplar é a passagem do calcário na terra, atividade cuja realização depende do emprego de estudo e tecnologia, mas também de trabalhadores para realizar o serviço. Antes de tudo, algumas amostras da terra em que será efetuado o plantio são enviadas para laboratórios da região, com o intuito de compreender a qualidade da terra e a quantidade de calcário que será necessária para “corrigir o solo”. Posteriormente, o uso de tratores com GPS, utilizado para a demarcação de áreas e para medir distâncias, irá indicar os locais e a quantidade ótima para a aplicação do produto em hectares a perder de vista. A passagem do calcário é predominantemente realizada por um trabalhador “braçal” que, com o auxílio de um trator e de uma espécie de carreta, passa despejando a quantidade de calcário previamente estabelecida. Apesar de toda a tecnologia, há um problema central que não permite o sucesso almejado: a relação entre encarregados e braçais. Isso porque, muitas vezes, os encarregados dão explicações de qualquer jeito e de modo grosseiro. Dessa forma, o “braçal” acaba não compreendendo e realizando o serviço do modo que julga ser o melhor, com o intuito de se livrar logo do trabalho e, com raiva do encarregado, acaba não atentando para fatores que influem no resultado final, como

o vento, que acaba alterando profundamente a distribuição do calcário na terra, tendo como consequência a perda de produção.

Interessante também é observar como os termos “natureza” e “cultura” são acionados tanto para justificar o fato de não haver mobilidade na hierarquia de trabalho (questão de “cultura”), quanto para explicar a posição no sistema de trabalho (questão de “natureza”). O termo “natureza” se relaciona mais à força física, evidente em expressões como “veja o tanto que eles comem...” ou “trabalham como uns animais”. Nesse ponto, a “natureza”, encarnada na “força física”, é marcada como um ponto positivo, pois só “eles poderiam realizar tal trabalho”. O termo “cultura”, por sua vez, vinculado mais às capacidades, ou à falta de capacidades, para o exercício de outras atividades (por conta da falta de estudo e da ausência de prática com o maquinário), aponta para uma porção de características negativas, que estigmatizam esses homens.

Em um dos assentamentos da região estudada, uma sulista, proprietária de um dos lotes e produtora de linguiças comercializadas na Feira do Produtor local, destaca que no assentamento tem muita gente do Sul, mas que há muitos maranhenses também, e que reconhece os maranhenses não apenas pelo seu aspecto físico, mas pelo fato de não “saberem” trabalhar com a terra, não “saberem” como criar galinhas, por não capinarem seus terrenos, pelo número elevado de filhos e pelo fato de “viverem” pedindo dinheiro e comida. Ela acrescenta que maranhense “toca boteco”, mas que não sabe lidar com a terra. Aliás, este argumento do “comerciante dono de boteco”, em contraposição à atividade agrícola, se constitui como um elemento diferencial entre o que se poderia chamar de “empreendedorismo” sulista e os “outros”, que estavam nas terras mato-grossenses, ou que chegaram posteriormente. “Trocavam terra por boteco” – este será um dos argumentos mais recorrentes de alguns pioneiros para se referir à falta de valor que os nativos, chamados de “cuiabanos”, atribuíam à terra quando os gaúchos chegaram. A produtora ressaltou ainda que, “onde se vê um boteco, há um maranhense. Eles bebem o dinheiro”. E completa afirmando que “eles não têm horário para comer ou para dormir”.

Outro caso relatado por ela foi o de sua vizinha. A produtora relata que a vizinha sempre fica em casa enquanto o marido, “que já não

é o primeiro, troca os frangos que ela cria, em virtude de um recurso que obteve do Pronaf, por cachaça no boteco”, e comenta: “ela não tem sorte para arrumar marido, ela é do Paraná e o marido um maranhense”.

A incapacidade de lidar com a terra e a vida “nômade” faria com que o “nordestino” fosse visto como um sujeito que não tem apego à terra, representativa do próprio trabalho. Seria visto, ademais, como preguiçoso, atrasado, improdutivo e que não conta com a participação da família para ajudá-lo no trabalho – o contrário do que seria o sulista. A desqualificação é recorrente.

Um dos primeiros estigmas, se assim se poderia pensar, é o do homem desempregado, que parte de uma região pobre, espoliado pela seca, pela fome, em busca de trabalho; o dos indivíduos solitários e “rodados”. Sayad, em seus trabalhos sobre a imigração e migração, destaca que tal ponto de vista é compartilhado por outras experiências sociais, e não representam uma novidade neste ponto:

A emigração não é simplesmente a exportação da força de trabalho. Não é a exportação de uma espécie de força de trabalho que está disponível para uso, e que está disponível para uso, porque não está sendo usado em casa. No entanto, é assim que os emigrantes são definidos, primeiro como homens desempregados, e depois como homens desempregados que emigram de forma a deixar de ser desempregado: nada mais e nada mais. (Traduzido de SAYAD, 2004, p. 5).

Do “lado de lá” da BR-163 há uma parcela da população que teria vindo em busca de trabalho: são os fugitivos da pobreza do Nordeste brasileiro que vieram aproveitar o desenvolvimento trazido pelos “gaúchos”. A ideia é a de que “se não fossem os gaúchos, esta área não seria nada”. Essa formulação compartilhada pelos “gaúchos” é expressa em grande parte pelos próprios trabalhadores, especialmente a visão de que os “gaúchos” são os sujeitos do desenvolvimento. Os gaúchos são descritos por um ex-posseiro da região como “um pessoal corajoso”, “que não tem medo”, mas que, ao mesmo tempo, “é só lavoura”, referindo-se a um tipo de trabalho próprio do gaúcho homem, em contraposição ao

trabalho com leite (gado) e porcos, que seriam próprios das mulheres, dos paulistas e mineiros. Gaúcho gosta de “trato”, “colheitadeira” e “carne assada”: “o máximo que gaúcho faz é tirar as próprias botas”.

Em uma pesquisa na região das Chapadas do Sul Maranhense e Baixo Balsas, Maristela Andrade (2008, p. 164) destaca como os produtores agrícolas se percebem como portadores de elementos de inovação e progresso, percebendo os nativos, os maranhenses, como alheios à tecnologia. Ao contrário do que se destaca em outras pesquisas, não se pode dizer que o trabalho temporário na região é “assentado no subemprego”, ou que os salários mal asseguram a reprodução do trabalhador, ou ainda “que o trabalho temporário toma a forma de precarização do emprego” (BERNARDES, 2005, p. 61) – ao menos não nas propriedades mais próximas ao eixo da BR-163.

Os trabalhadores “maranhenses” alegam “falta de oportunidade” em relação ao trabalho nas máquinas, destinados em sua maioria aos peões sulistas, em geral paranaenses. O “trabalho braçal” é a principal modalidade de emprego da mão de obra maranhense. Tais representações sobre esses trabalhadores, compartilhadas ou não pelos homens que oferecem sua mão de obra, é parte do discurso dominante dos sujeitos que os empregam nas grandes propriedades ou que determinam políticas públicas na cidade.

O estudo das relações sociais foi revelador, por um lado, da produção de certas distinções e estigmas e, por outro lado, do modo como os “maranhenses” são conhecedores de seus “direitos”, inclusive negociando condições de trabalho e “acordos” com os “patrões”, ainda que vistos como “incapazes para aprender”.

Pôde-se observar, a partir de múltiplas experiências, que diferentes motivações mobilizavam a partida: o investimento, a reprodução do próprio modo de vida camponês, o pagamento de dívidas, as melhorias na casa, especialmente a instalação da cerâmica e a compra de equipamentos eletroeletrônicos, assim como a compra de pontos comerciais para a instalação de um estabelecimento destinado à venda de cereais ou transporte local (moto-táxi), ou ainda, visto como um processo, naturalizado pelos jovens, como algo necessário para se adquirir “experiência”, sobretudo, de vida. Percorrer o “trecho”, utilizado no trabalho como

metáfora para a experiência no mundo, fora da região de origem, é o que lhes confere tal “experiência”. O *lugar de origem* é o espaço marcado pela segurança, pelos elementos do que é conhecido, pelo cotidiano, enquanto o *trecho* é caracterizado nas narrativas como o espaço marcado pela insegurança, pelas dificuldades, sofrimentos, privações e pela vida na estrada. A casa em oposição ao mundo, o desconhecido.

A partida para outra região é mobilizada por algumas “necessidades”, embora não sejam as do tipo imaginado (o das “necessidades básicas”), destacado não apenas localmente, mas também em algumas pesquisas. Embora em muitos contextos a ideia de que o sujeito que partiu deva mandar os recursos financeiros para casa, dispersando-se para regiões com rendas maiores, a prática revelou algumas nuances, marcadas por excessivos gastos com “brincadeira” e um dinheiro destinado ao “investimento”.

A construção civil aparece como um trabalho “temporário” em relação a um conjunto de possibilidades de trabalho no Mato Grosso, especialmente até que o emprego na lavoura surja como oportunidade. Nesse caso, a rotatividade de trabalhadores na construção civil parece ser maior do que no trabalho realizado nas fazendas, para as quais, quase sempre, o trabalhador retorna no ano seguinte. O caso da construtora a que a maioria dos trabalhadores se refere é exemplar, pois absorve, inicialmente, os recém-chegados e desavisados quanto à situação dos trabalhadores na empresa: diária baixa em relação à praticada na região, péssimas condições de trabalho e atraso na entrega da carteira profissional. A construção civil não é um trabalho desejável, mas, como se ressaltou, é uma espécie de “coringa”.

Por outro lado, diferentemente da condição dos recém-chegados, e, particularmente entre os casados e com família no Mato Grosso, a condição de “temporários” em fazendas é uma opção para quando não se está trabalhando na construção civil ou em alguma empresa, especialmente nos períodos de safra. Na verdade, como visto em alguns casos, é mais provável ainda que a construção civil seja a opção para os períodos de entressafra. Nesse caso, a família provavelmente reside na cidade e o trabalhador em um alojamento na fazenda.

Partindo das temporalidades distintas de fixação, duas situações diferentes são destacadas: primeiro a dos que se localizam por mais tempo em uma casa na cidade, e que, em geral, são casados e não são considerados “rodados”; em segundo está a dos solteiros ou homens solitários, que se fixam em quitinetes, em casa de algum parente, ou ainda em alojamento de fazendas e empresas, e que são considerados “rodados”.

Dentre os trabalhadores casados com residência fixa na fazenda é mais difícil de encontrarmos maranhenses, mas há alguns que são fixos com casas em cidades próximas, especialmente para que os filhos possam estudar. Pouquíssimos possuem residência fixa e mantêm toda a família na fazenda, mesmo porque os custos para manter a família mais perto são ainda maiores. Quando se está sozinho, os custos com aluguel e alimentação para o trabalhador são praticamente nulos. Dentre os que arranjam emprego na cidade, especialmente na construção civil, em armazéns próximos ou até em fazendas mais adjacentes à cidade, as quitinetes, ou as casas de parentes já estabelecidos há algum tempo na cidade, constituem uma boa opção de moradia. Além do que, muitas empresas possuem moradias e alojamentos próprios. Há vantagens e desvantagens entre morar na cidade e na fazenda. Na fazenda se pode juntar melhor o dinheiro, especialmente entre os casados, porque não há com gastar, exceto se o sujeito decide ir à cidade para “aproveitar” as “brincadeiras”, o que ocorre quinzenalmente, dependendo da distância a ser percorrida, ou após meses. O problema de se viver em uma fazenda, ressaltam os interlocutores solteiros ou divorciados, é que se vive “isolado”, sozinho, “longe do mundo”.

Seja entre os casados ou entre os solteiros a procura por mulheres no Mato Grosso é grande.⁹³ Quase todos gastam uma boa parte do salário com as mulheres que vivem da prostituição e com bebidas

93 Os trabalhadores com os quais tive contato são, em sua maioria, casados, embora nem sempre oficialmente. Muitas vezes o elo da união são os filhos, especialmente entre os trabalhadores mais jovens. Entre os mais velhos se encontra um maior número de casados com filhos residindo com a família. A concepção de “mais jovens” e “mais velhos” adotada aqui é nativa, utilizada pelos gerentes de fazenda, gerentes do setor de recursos humanos e outras pessoas que se relacionam diretamente com os trabalhadores.

consumidas nesses locais, em geral bem mais caras do que em qualquer bar da cidade. As casas de prostituição são um dos principais espaços de sociabilidade dos homens, seguido de bares e locais, ambos na Cidade do Eixo. Para os trabalhadores das fazendas, ir à cidade é um “momento especial”, único para se divertir. Alguns trabalhadores preferem ficar em fazendas cujo deslocamento para a cidade seja mais fácil. É na cidade que está a vida social, fora do universo do trabalho.

Portanto, na cidade, como preferem os solteiros, há uma gama de possibilidades de consumo e de diversão, enquanto as fazendas são lugares exclusivamente para se trabalhar. Viver nos alojamentos das empresas e fazendas apresenta a vantagem de reduzir ou mesmo anular gastos com alimentação e moradia, mas a liberdade para se fazer o que quiser, dormir no horário que se deseja e se sentir “em casa” é bem menor. Há regras nos alojamentos, a exemplo da restrição ao consumo de bebida, além do “desconforto”, apresentado por alguns, quanto ao fato de ter que dividir o quarto com “estranhos”.

O projeto de aquisição de capital, no entanto, pode ser comprometido pelos excessivos gastos com a “brincadeira”, algo que é igualmente visto como dotado de certa “irracionalidade” por uma certa perspectiva sulista. Essa situação muitas vezes contribui para a construção de certos atributos negativos que influem na relação com os patrões e com uma porção da cidade. Isso porque os gastos com a “brincadeira”, somados ao fato de que esses trabalhadores passam uma considerável temporada longe de suas famílias, conduzem à impressão de que se trata de indivíduos cuja “família” não é importante e de que tais sujeitos são volúveis e traiçoeiros, o que teria como consequência um desinteresse pela fixação familiar no Mato Grosso.

Há uma predominância de solteiros e de casados com residência fixa na terra de origem, no Maranhão, entre os trabalhadores “temporários” das fazendas. Como se pode observar, a designação de “fixos”, e especialmente de “temporários”, não é dos trabalhadores. Para os trabalhadores, o trabalho “temporário” é uma espécie de trabalho fixo durante parte do ano, e que se repete quase anualmente, quase sempre nas mesmas fazendas. Era comum observar trabalhadores que estavam pela segunda ou terceira vez trabalhando na mesma propriedade, o

que torna o trabalho permanente. Tal trabalho “temporário”, no Mato Grosso, é intercalado com trabalhos, em certa medida, “temporários” também no estado de origem. Portanto, pode se dizer que a condição de “temporário” é de certa forma “permanente”.

A lógica predominante é a do trabalho “temporário” e não do que se vê como “fixo”. Aliás, o suposto “trabalho temporário” não significa ausência de trabalho em outros momentos, seja na Cidade do Eixo – especialmente entre os casados – seja no Maranhão. Talvez a palavra seja mais trabalho “estratégico” do que “temporário”, na medida em que se faz um uso consciente dos mecanismos que estão à disposição do trabalhador, tais como os direitos trabalhistas (acordos e seguro-desemprego), somados à própria forma de produção das grandes lavouras que surgem e desaparecem da paisagem de tempos em tempos. Tempo que é “suficiente” e “necessário” para os propósitos dos que aqui vêm trabalhar com intenções múltiplas e diferenciadas.

A idade e o casamento parecem fixar o “peão”, seja no Mato Grosso ou no Maranhão. Se por um lado a constituição de uma família é fundamental para a articulação entre o tipo de residência, o local de fixação (campo/cidade) e a escolha de um trabalho que seja “temporário” ou “fixo”, por outro, a idade também pode servir como um guia que direciona a fixação e o momento de parar de circular, de viajar: “a idade começa a pesar para o peão velho”, dizia Antônio (50 anos, MA – fazenda São Carlos).

A “escolha” do trabalhador entre ser “temporário” ou “fixo” não é apreensível pela lógica do sulista, “patrão” ou “peão”, já que a escolha do suposto “migrante” deveria ser a preocupação central dos trabalhadores que deixam sua terra natal em busca da “satisfação das necessidades básicas”. O patrão (gerente) não compreende bem esse momento em que o trabalhador “pede para ir embora”, não é “lógico”, não é “racional” abandonar um “trabalho garantido”, e tal atitude nem mesmo é compreensível em termos de “escolha”. Na verdade, é como se esses “sujeitos maranhenses” fossem realmente incompreensíveis, estranhos à forma de conceber o trabalho, a família, a oportunidade, enfim, a própria vida.

A viagem ao Maranhão, por sua vez, propiciou um entendimento melhor das estratégias, especialmente pela organização das regiões de origem e destino, planejadas por grupos fraternais, de “conhecidos” ou de vizinhos de uma mesma comunidade. Os maranhenses vinham de uma região mais ao centro/leste. A cidade que concentra a saída dos trabalhadores maranhenses é São Eleutério (MA), de onde partem os ônibus com destino ao Mato Grosso. Os trabalhadores saem de pequenas “comunidades”, como usualmente se referem a um agrupamento localizado mais ao “interior”, que se distancia alguns poucos quilômetros da cidade. Há uma ideia de planejamento antes da saída do Maranhão que pode ser alterada, dependendo de como se desenrola a vida no Mato Grosso. A partida, na maioria das vezes, é compartilhada por um grupo de homens e suas respectivas esposas e mães. É acompanhada de grande ansiedade, mas também de certo temor pelos que ficam e pela incerteza do que irão encontrar no Mato Grosso, da própria “sorte” ou “azar” diante dos empregos que são “certos”. E essa é a única certeza: o emprego fácil.

Entre os mais jovens, era comum ouvir que queriam “brincar muito, aproveitar a vida”, além de ganharem experiência de trabalho, mesmo que de partida não soubessem que tipos de trabalho deveriam realizar, se na construção civil ou na agricultura. Dentre os que viajam com “dicas de conhecidos” que trabalham em fazendas, a chance de conseguir um emprego na mesma fazenda é grande. Já entre os que viajam de “ouvir falar do lugar”, a chance de ter como primeiro emprego a construção civil é maior, isso porque são empregos mais rápidos de arrumar, são localizados na cidade e a demanda é grande.

A expressão “se aventurar”, entre os jovens, apareceu mais do que qualquer outra justificativa para a partida do Maranhão para o Mato Grosso. A “aventura” dos mais jovens é simultaneamente um risco, uma aposta, e um desejo. “Aventurar-se” é uma expressão comumente empregada para o destino que, em certa medida, é incerto. É o mesmo que “levar a vida no peito”, como ressaltou Gustavo (mecânico da fazenda Muçambinho). Para “aventurar-se” é preciso coragem, ter “sangue nos

oio”, como diz Feliciano (trabalhador de carvoaria recém-chegado ao Mato Grosso).⁹⁴

O que se pode observar, por fim, é que a decisão de ir para o Mato Grosso não é motivada por questões de “necessidades básicas” pura e simplesmente, mas por motivações das mais variadas ordens, seja em função da idade ou do tipo de trabalho e de vida que se tem no Maranhão, seja das “conquistas” e do próprio “retorno” que os distingue da maioria das pessoas em suas respectivas cidades.

Entre os solteiros e jovens os deslocamentos são motivados, especialmente, pela compra da moto. A viagem muitas vezes representa uma “nova experiência”, trata-se de uma oportunidade de ganhar o próprio dinheiro pela primeira vez, diferentemente do orçamento familiar compartilhado: ter mil reais que sejam seus é de fato algo novo para os jovens que até então viviam com suas famílias. A empolgação inicial diante do primeiro salário, e de certa liberdade experimentada nas decisões, leva muitos a gastarem todo o dinheiro ainda no Mato Grosso. Segue-se diante de tal postura certa vergonha, que pode implicar o adiamento da data de retorno.

Uma postura diversa parece ser apontada pelos depoimentos sulistas em relação ao retorno à terra natal. Afonso (RS) sentia-se muito sozinho antes de conhecer a atual esposa, e pensou várias vezes em voltar para o Sul, principalmente no início. Afonso julga que não voltou porque tinha medo da vergonha. Nunca saíra de casa: arrumar as “trilhas” em uma semana e estar de volta na seguinte era inconcebível. Se ele saiu de casa foi para “vencer”. Muitos não saem pelo medo de não se adaptar, de não dar certo e ter que voltar, e pensam “se não der certo vou ter que voltar e a vergonha será ainda maior. Nunca fui de desistir, todo lugar que cheguei me dei bem. Vim para vencer e vou vencer”.

94 Interessante a passagem de um estudo que destaca sentimentos que puderam ser observados também entre os trabalhadores no Mato Grosso: “A migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade com o *status* transformado de rapaz para homem (...). Para tornar-se homem é preciso enfrentar o mundo, mesmo entre os fortes, e retornar vencedor, o que será atestado pelo dinheiro trazido na volta (...). Ter viajado torna as pessoas superiores a quem nunca saiu do lugar” (Woortmann, 1990, p. 36).

Parece que se, para o gaúcho, o voltar à terra de origem significa retrocesso, e, ao mesmo tempo, vergonha diante dos familiares, fracasso, para os maranhenses o retorno é sinal de que “deu certo”, e a permanência no Mato Grosso é persistir na eterna condição de empregado, de subordinado, sem nunca deixar de ser peão para se tornar “dono de si”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maristela de Paula. A modernização da agricultura e a colonização do Sul Maranhense. In: *Os Gaúchos Descobrem o Brasil – projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDES, Julia Adão. Técnica e Trabalho na Fronteira de Expansão da Agricultura Brasileira. In: *Formas em Crise – Utopias Necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 47-66.

—; FREIRE FILHO, Osni de Luna. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR 163 mato-grossense. In: BERNARDES, Julia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire (Orgs.). *Geografias da Soja – BR 163 Fronteiras em Mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p. 13-37.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARMO, Maria Andréa Angelotti. Trabalhadores Temporários, Trabalhadores o Tempo Todo – o deslocamento para a safra de café na região do Cerrado Mineiro. *Revista Travessia – Temporários*. Revista do Migrante, CEM, ano XXI, n. 61, p. 42-46, maio-ago. 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. ONGs, expertise e o mercado do desenvolvimento sustentável: a certificação florestal na Amazônia brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, v. 9, n. 1, p. 131-160, jun. 2006.

COSTA, Cléria Botelho. Eu e as Fronteiras do Outro. *Revista Travessia – Identidades*. CEM, ano VII, n. 19, p. 10-12, maio-ago. 1994.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da Economia da Soja em Mato Grosso. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRS, 2007.

FILHO, Gilberto Montibeller. Crescimento econômico e sustentabilidade. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 81-89, jun. 2007.

GARCIA JR, A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Editora Marco Zero, Universidade de Brasília e CNPq, 1989.

—. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, p. 40-71, 19, out. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/afranio19.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

—. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HAESBAERT, Rogério. Ser ‘Gaúcho’ no Nordeste. *Revista Travessia – Identidades*. CEM, ano VII, n. 19, p. 13-16, maio-ago. 1994.

HEREDIA, Maria Alasia de. *A Morada da Vida – Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Série Estudos sobre o Nordeste, v. 7.

KUPER, Adam. *Cultura – a Visão dos Antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

LIRA, Waleska Silveira; GONÇALVES, Geuda Anazile da Costa, et al. Alianças estratégicas para o desenvolvimento sustentável. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 217-232, dez. 2007.

LOPES, J.R.B. *Desenvolvimento e mudança social*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 220p. (Estudos Brasileiros v. 10).

MARTINE, George; ARIAS, Alfonso R. A Evolução do Emprego no Campo. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 39-84, jul./dez., 1987.

MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira. In: Fernando A. Novaes (Coord.); Lilia Moritz Schwarcz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4., p. 660-726.

—. *Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. *AGRÁRIA*. São Paulo, n. 4, p. 165-184, 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Grande Propriedade, Grandes Proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens (1890-1930). *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 10, p. 31-44, jan./jun., 1994.
- MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes* – Um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- . Questionamentos às categorias migrante de retorno e migrante. *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 3, p. 47-51, 1992.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. Buscar Dinheiro Fora – A migração como estratégia. *Travessia – Temporários*. CEM, ano XXI, n. 61, p. 5-10, maio-ago. 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Paraíso e inferno na Amazônia Legal. *Revista Travessia – Fronteira Agrícola: rasgando terra e lei*. CEM, ano I, n. 3, p. 19-25, jan.-abr. 1989.
- PALMEIRA, Moacir et al. Projeto Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico* 76, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- ; WAGNER, A. A invenção da migração. *Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE, relatório final, v. 1, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1997.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Agricultura e tecnificação: notas para um debate. *AGRÁRIA*, São Paulo, n. 4, p. 3-19, 2006.
- PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 3 tomos, 1972.
- RIBEIRO, Eduardo M. & GALIZONI, Flávia M et al. Lembranças de Viagens às Fronteiras do Brasil – migrações temporárias de lavradores do nordeste mineiro (1950/1960). *Revista Travessia – Temporários*. CEM, ano XXI, n. 61, p. 11-15, maio-ago. 2008.
- ROCHA, Betty Nogueira. Em Qualquer Chão Sempre Gaúcho!: a multiterritorialidade do migrante gaúcho no Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.
- ROCHA, Jonas Romão; SALAZAR, Vera Lúcia. A soja transformando Chapadão do Sul. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 107-121, jun. 2007.
- SANTOS, José Vicente Tavares. *MATUCHOS: exclusão e luta do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

—. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v. 13, n. Esp., p. 7-32, jan. 2000.

—. *The Suffering of the Immigrant*. Tradução de David Macey. Cambridge: Polity Press Ltd, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. As Novas Formas Sociais do Trabalho no Meio Rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, p. 75-109, set.-dez. 2004.

SCOTT, R. Parry. Estratégias Familiares de Emigração e retorno no Nordeste. *Travessia – Retorno*. CEM, ano VIII, n. 22, p. 23-27, maio-ago. 1995.

SECRETO, Maria Verônica. A Fronteira Amazônica no Governo Vargas: Campanha da borracha e mobilização de trabalhadores nordestinos. *Travessia – Fronteiras*. CEM, ano XVII, n. 48, p. 15-22, jan.-abr. 2004.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: Zarur, G. de C. Leite. (Org.). *Região e Tradição na América Latina*. 1. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000, p. 81-109.

SIGAUD, L. A percepção dos salários entre trabalhadores rurais. In: P. Singer (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.

—. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

—. A Nação dos Homens. *Anuário Antropológico* 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Economia política da urbanização*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de Souza. Proletário e Migrante: livre para a subordinação. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 3, n. 1, p. 25-40, jan.-jun. 1986.

SUÀREZ, Mireya. Agregados, Parceiros e Posseiros: a Transformação do Camponato no Centro-Oeste. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. p. 13-59.

- STEWART, Julian H.; Robert A. Manners; Eric R. Wolf; Elena Padilla Seda; Sidney W. Mintz; Raymond L. Scheele. *The People of Puerto Rico: A Study on Social Anthropology*. Urbana: University of Illinois. 1956.
- STRATHERN, M. Parts and Wholes: Refiguring Relationships in a post-Plural World. In: Adam Kuper (Ed.) *Conceptualizing Society*. Londres: Routledge, 1992.
- SYDENSTRICKER, John M. & TORRES, Haroldo G. Mobilidade de Migrantes: Autonomia ou Subordinação na Amazônia Legal? *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 8, n.1-2, p. 33-60, 1991.
- VARGAS, Gloria Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 191-203, dez. 2007.
- VALBUENA, Rubén & COHENCA, Daniel. Reactivación De La Frontera Agrícola Y Aumento De La Tasa De Deforestación Al Norte De La Br-163, Municipios De Santarém Y Belterra, Pará, Brasil (1999-2004). *AGRARIA*, São Paulo, n. 4, p. 98-123, 2006.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura – notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- VELHO, Otávio. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan.-jun. 1990.
- ZART, Laudemir Luiz. Desencanto na Nova Terra: Assentamento no Município de Lucas do Rio Verde – MT – Na Década de 80. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1998.